

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO

**Acre: das Lutas Socioambientais ao Desafio de
um Desenvolvimento Sustentável**

Rosa Maria Roldan Santa Isabel

2001



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**ACRE: DAS LUTAS SOCIOAMBIENTAIS AO DESAFIO DE UM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

ROSA MARIA ROLDAN SANTA ISABEL

Sob Orientação do Professor
Jorge Romano

Dissertação submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre de Ciências
Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade.

Seropédica, RJ
Março 2001

333.7150098112 Isabel, Rosa Maria Roldan Santa
I74a Acre: das lutas socioambientais ao desafio de um
T desenvolvimento sustentável / Rosa Maria Roldan
Santa Isabel. – 2001.
117f.

Orientador: Jorge Romano.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 102-104.

1. Desenvolvimento sustentável - Acre - Teses. 2. Recursos naturais – Acre - Teses. 3. Extração madeireira – Amazônia - Teses. I. Romano, Jorge. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE**

ROSA MARIA ROLDAN SANTA ISABEL

Dissertação submetida ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 15/03/2001

.....
Jorge Romano (Dr.)
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, CPDA
(Orientador)

.....
José Augusto Pádua (Dr.)
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, CPDA

.....
Paulo Kageyama (Dr.)
UNIVERSIDADE DE São Paulo - ESALQ

AGRADECIMENTOS

A semente que gerou este trabalho encontra-se nos longínquos seringais e cidades acreanas, onde deixei amigos que tanto me ensinaram e me ajudaram a crescer. A eles todo o meu respeito por sua imensa sabedoria de homens e mulheres simples, que entendem como ninguém o verdadeiro valor da natureza.

Agradeço ao meu orientador Jorge Romano, professores, companheiros e funcionários do CPDA, sem os quais este trabalho não teria vindo à tona. Também a Edgard de Deus, responsável pela Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente do Acre (SECTMA), sem cujo apoio não teria sido possível viabilizar meu trabalho de campo, assim como a todos os que gentilmente me concederam entrevistas e informações.

Um agradecimento especial pela paciência e carinho com que minha mãe, Gisele, Vanor e Santana me apoiaram no dia-a-dia.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Preço médio local de venda da madeira serrada na Amazônia (1997).....	11
Quadro 02	Ilhas de Alta Produtividade (IAPs) visitadas pela equipe de avaliação técnica no seringal Floresta – Xapuri-AC (1999)	72
Quadro 03	Ilhas de Alta Produtividade (IAPs) visitadas pela equipe de avaliação técnica no seringal São Pedro – Xapuri-AC (1999).....	72
Quadro 04	Avaliação Econômica das IAP's	75

RESUMO

ISABEL, Rosa Maria Roldan Santa. **Acre: das Lutas Socioambientais ao Desafio de um Desenvolvimento Sustentável**. 2001. 117p. Dissertação (Mestre de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2001.

O presente estudo trata de duas propostas-piloto que estão sendo desenvolvidas em áreas de reserva extrativista (RESEX), visando ao seu desenvolvimento sustentável. Considera-se que a construção desse tipo de alternativa para as populações agroextrativistas da região representa um desafio. O objetivo principal foi caracterizar, analisar e compreender os significados políticos, econômicos, culturais e sociais de dois projetos: “Manejo Florestal de Uso Múltiplo do PAE Porto Dias” e “Ilhas de Alta Produtividade – Racionalização da Extração Gumífera em Áreas Extrativistas”.

O estudo das duas propostas se faz a partir das análises da situação da exploração madeireira na região amazônica e do contexto social e político acreano, em particular o que se abre com a eleição de representantes do movimento popular para o governo do Estado.

Sua análise pode ser um passo adiante no desenvolvimento desses projetos, que visam à melhoria das condições de vida dos trabalhadores extrativistas sem esquecer a questão ambiental. Acreditamos na alternativa do neoextrativismo, que o projeto IAPs defende, por ter um caráter participativo, fortalecer a cultura do seringueiro e acenar para uma perspectiva de viabilidade econômica, ao mesmo tempo em que recupera áreas devastadas e respeita a biodiversidade da floresta.

A metodologia utilizada deu a devida importância ao trabalho de campo, durante o qual foram feitas entrevistas e levantados dados secundários junto aos principais atores envolvidos direta ou indiretamente com os projetos. Incluiu, também, revisão e análise da escassa bibliografia existente e de relatórios e avaliações sobre ambos.

Palavras-chave: Lutas socioambientais, Exploração madeireira, Biodiversidade da floresta amazônica.

ABSTRACT

ISABEL, Rosa Maria Roldan Santa, **Acre: From the social and environmental fights to the challenge of a sustainable development**, 2001, 117p. Dissertation (Master of Science in Development, Agriculture and Society), Course of Post-Graduate in Science in Development, Agriculture and Society, Federal University Rural of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2001.

The current study deals with two proposals, which are being developed in Extractive Reserves in Acre State, aiming its sustainable development. The construction of this kind of alternatives for agro extractivist populations of this region represents a challenge. The main objective is to characterize, analyze and understand the political, economical, cultural and social meanings of the projects: “The Forest Handling of the Multiple Usage of the PAE Porto Dias” and “High Productivity Island – Rationalization of the Extraction of Gum in Extractive Areas”. The study of these two proposals considers the situation of logging in the Amazon region as well as the social and political context of Acre State, particularly the opportunities arisen after the election of representatives of the popular movements for the State Government. Its analyses can be a step forward in the development of these projects, which aim at the improvement of life conditions for the extractivist workers and for the environment. We believe in the alternative of a new extractivism, defended by the IAPs project, for its characteristics of partnership, which strength the culture of rubber tappers, with a perspective of economical feasibility, recovering devastated areas and respecting forest’s biodiversity.

The methodology used gave a special importance to fieldwork with interviews and complementary data obtained from those involved direct or indirectly with the project. It also included a revision and analyses of a scarce existent bibliography and reports and evaluations of both.

Key-words: Social and Environmental Fights, Logging, Amazon forest biodiversity

SUMÁRIO

1 A QUESTÃO DA MADEIRA NA OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA.....	1
1.1 Produção e consumo de madeira na Amazônia.....	5
1.2 As transnacionais da madeira na Amazônia.....	7
1.3 Espécies amazônicas com maior valor médio.....	11
1.4 Exploração ilegal e modo de extração.....	12
1.5 Certificação florestal: uma solução incerta.....	13
1.6 Danos ambientais, questões trabalhistas e baixa geração de emprego e renda.....	14
2 O ESTADO DO ACRE.....	16
2.1 A economia extrativista da borracha.....	17
2.2 Estrutura fundiária.....	19
2.3 Ocupação do Acre pelos “paulistas”.....	20
2.4 Situação madeireira no Estado do Acre.....	22
2.5 Os movimentos sociais.....	26
2.5.1 Sindicalismo e o papel da Igreja.....	27
2.5.2 Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e a criação de RESEXs e Paes.....	28
2.5.3 Cooperativa Agroextrativista de Xapuri Ltda. (CAEX).....	34
2.5.4 Associações de moradores da RESEX Chico Mendes.....	36
2.5.5 Comissão Pró Índio do Acre (CPI-AC).....	37
2.5.6 União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (UNI).....	38
2.5.7 Centro dos Trabalhadores da Amazônia – CTA.....	39
3 A CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS PARA O APROVEITAMENTO DE RECURSOS NATURAIS NO NOVO CONTEXTO ACREANO.....	41
3.1 Novo contexto no Acre.....	43
3.1.1 Criação da SEFE.....	45
3.1.2 Criação dos Centros Comunitários de Serviços Rurais (CCSRs).....	47
3.1.3 Lei Chico Mendes.....	47
3.1.4 Proposta de projeto de desenvolvimento sustentável do setor de produção de fitoterápicos.....	50
3.1.5 Projeto Arboreto.....	51
3.1.6 Mapeamento do planejamento participativo do uso dos recursos naturais.....	51
3.1.7 Fábrica de Preservativos.....	51
3.1.8 Projeto Cipó.....	52
3.1.9 Projeto Equinócio.....	52
3.2 Dois projetos em jogo: madeira <i>versus</i> não madeira.....	52
3.2.1 Projeto “Manejo Florestal de Uso Múltiplo no PAE Porto Dias”.....	53
3.2.2 Projeto “Ilhas de Alta Produtividade – Racionalização da Extração Gumífera em Áreas Extrativistas.....	64
4 NEOEXTRATIVISMO E/OU MANEJO DE RECURSOS MADEIREIROS.....	79
4.1 O debate no contexto político acreano.....	82

4.2 Ampliação do debate.....	87
5 CONCLUSÕES.....	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	102
GLOSSÁRIO.....	105

CAPÍTULO I

A QUESTÃO DA MADEIRA NA OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA

CAPÍTULO I - A QUESTÃO DA MADEIRA NA OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA

Na Amazônia, a falta de consciência e a ganância por alta e imediata lucratividade por parte de empresas nacionais e estrangeiras, fazendeiros e madeireiros, assim como a conivência do Estado, ameaça de extinção não só suas populações tradicionais, como um número cada dia maior de espécies de sua fauna e flora.

A partir da década de 70, a Amazônia passa a sofrer um processo acelerado de degradação. Com sua política desenvolvimentista, o governo militar tinha em vista a ocupação de um território indevidamente considerado vazio, a integração nacional ("Integrar para não Entregar") e a defesa da nossa fronteira norte, como uma questão estratégica de segurança nacional. Essa foi a tônica que orientou os quatro planos nacionais de desenvolvimento elaborados pelos governos militares:

- 1964-1966 - Plano de Ação Econômica de Governo, que reconhecia as disparidades regionais, definindo uma política de ocupação econômica da Amazônia e criando os incentivos fiscais o Ministério Extraordinário para Coordenação de Organismos Regionais;
- 1971-1975 - I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), baseado em uma política de integração nacional ampla, com a finalidade de incorporar os vales úmidos do Nordeste, principalmente o do São Francisco, e novas áreas da Amazônia e do Planalto Central;
- 1975-1979 - II PND, que apesar de ter incorporado pela primeira vez as questões ambientais e um esboço da política florestal para Amazônia, criando inclusive as Florestas Nacionais, acabou sob o domínio da política de integração e ocupação;
- 1980-1985 – III PND fortalece a estratégia de ocupação e integração, não dando tanta ênfase à preocupação ambiental.

Portanto, o regime militar foi responsável pela criação de instrumentos institucionais como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o Banco da Amazônia S.A. (BASA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), assim como aprovou verbas para os Planos de Desenvolvimento da Amazônia I e II, articulados com os PND. Tendo como bandeira a segurança e o desenvolvimento e com o objetivo de trazer do Nordeste e do Sul as chamadas populações excedentes (dominadas pelas oligarquias locais de latifundiários e que acabavam por gerar conflitos de terra), promoveu a ocupação com planos de colonização pública que acabaram levando cerca de 77.467 famílias para 13.694.965 hectares da Amazônia, bem como planos de colonização privados, que facilitaram a migração de um número equivalente de famílias. Na tentativa de viabilizar a colonização, os projetos agropecuários e a implantação de projetos de exploração das riquezas naturais da região, abriu estradas no meio da floresta, como a Transamazônica, a Cuiabá-Santarém, a Cuiabá- Rio Branco, sem que fossem levadas em consideração as populações locais e o meio ambiente.

Colonos eram assentados sem nenhuma infra-estrutura ou assistência técnica para viabilização do cultivo. Grandes projetos agropecuários foram incentivados, devastando enormes extensões de floresta, assim como licenças eram dadas a projetos madeireiros, sem a devida fiscalização posterior. Além dos incalculáveis impactos ambientais causados pelos mega projetos do Jari e de Carajás (este último voltado para a exploração mineral, visando a exportação e utilizando a queima de carvão vegetal). Para a instalação mineral em larga escala grandes barragens foram construídas, inundando imensas extensões de florestas, cujos beneficiados eram as firmas estrangeiras exportadoras. O resultado desastroso foi a destruição da fauna e da flora, além da expulsão de grande contingente de populações tradicionais das suas áreas, que acabaram perdendo sua fonte de sustento. Os colonos migrantes continuaram sua peregrinação, tendo que abandonar as terras que ocupavam. Os únicos beneficiados eram os poderosos, que aumentaram suas fortunas com a especulação fundiária e as firmas nacionais e estrangeiras que se beneficiaram com os incentivos concedidos pelo governo.

Esse falso desenvolvimento econômico em que a qualidade de vida da população e a preservação ambiental ficam em segundo plano, arrasa com o meio ambiente e aumenta a desigualdade na distribuição da renda regional e nacional, legando às gerações futuras apenas a destruição. O saldo que essa política de integração nacional nos deixou foi um aumento do desmatamento na Amazônia Legal de 9,2 milhões de hectares em 1975 para 22,4 milhões de hectares em 1985. Sua população, que em 1960 era de 5.693.545 habitantes, chegou a cerca de 12.296.600 habitantes em 1985, havendo, portanto, um incremento de 216%.

Dois casos podem exemplificar esta situação de ameaça a sustentabilidade. Paragominas no Pará, nos anos 60 tinha grandes extensões de florestas virgens, porém a colonização iniciada por fazendeiros em meados dessa década, com a abertura da estrada Belém-Brasília, causou uma alteração de 24% em sua cobertura florestal primária (dados do Centro de Sensoriamento Remoto da Amazônia de 1986). As pastagens degradadas aumentaram e no começo dos anos 90 ocorreu a intensificação da extração madeireira. Para cada caminhão que saía do município com gado, dúzias deles saíam carregados de madeira. Após exaurirem as florestas, os madeireiros passaram a abandonar Paragominas.

Em termos de recursos, particularmente o mogno é paradigmático no que se refere à exploração extensiva e intensiva de madeiras, que acaba por ameaçar a existência do próprio recurso. O Pólo Siderúrgico de Carajás (sul do Pará), principalmente os municípios de Parauapebas, Tucumã e São Félix do Xingu (atingindo a Reserva Indígena de Gorotire), assim como no Estado do Acre os municípios de Feijó, Tarauacá e Sena Madureira são exemplos dessa exploração predatória do mogno.

Entretanto, a partir do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, a estratégia de integração nacional das décadas dos anos 60, 70 e primeira metade da década em 80, dá lugar a uma estratégia de globalização em curso desde então. Ela é decorrência do novo modelo de desenvolvimento, no qual a intervenção direta do Estado na economia é reduzida, com a implementação da abertura comercial e as privatizações, assim como com iniciativas que levam a uma nova política de ocupação, uso e exploração dos recursos da Amazônia, como segue:

- nova política mineral com abertura de novas concessões de áreas de exploração mineral;
- viabilização de quatro hidrovias: Madeira-Amazonas, Araguaia-Tocantins, Paraguai-Paraná e Teles Pires-Tapajós-Amazonas;
- beneficiamento da agricultura mecanizada de soja (Lei Kandir), transferindo o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para o exportador;
- intensificação do processo de Reforma Agrária na Amazônia, pressionando ainda mais as áreas de floresta;
- nova política florestal, cuja base é a atração de investimento de capital transnacional, a abertura das florestas públicas - Florestas Nacionais (FLONAS) à exploração privada e a recente tentativa de revisão do Código

Florestal, na qual o Congresso, pressionado pela bancada ruralista, tenta entre outras coisas, reduzir a área de reserva legal da Amazônia de 80 para 50% e a do cerrado de 50 para 20%.

A estas iniciativas de âmbito federal somam-se outras dos governos estaduais e municipais, como abertura de estradas, instalação de grupos de empresas mineradoras e apoio a iniciativas de empreendedores privados, que acabam consolidando o cinturão do desmatamento (por meio da retirada de madeira ou da expansão da fronteira agrícola) e o cinturão da soja, que o acompanha (Mato Grosso, sul do Piauí, oeste e sul do Maranhão, sul do Pará, Rondônia, chegando ao sudoeste do Estado do Amazonas), ocupando além de áreas do cerrado, áreas de floresta de transição e de floresta amazônica típica já desmatada.

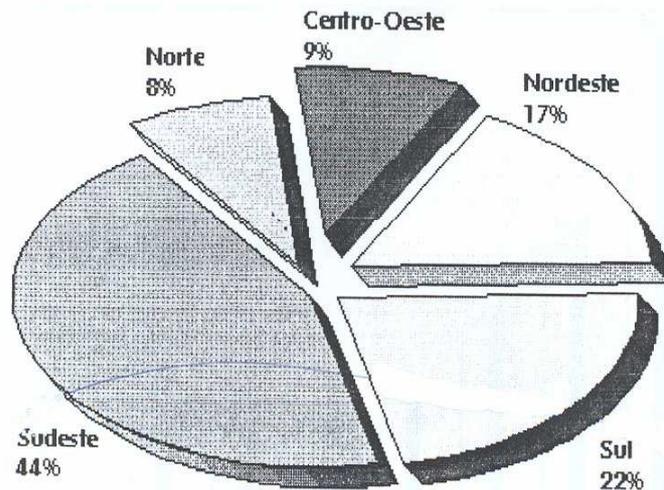
1.1 Produção e consumo de madeira na Amazônia

Em 1997 a produção de madeira em tora da Amazônia foi em torno de 32 milhões de metros cúbicos, de acordo com dados da FAO, sendo os 3 principais estados produtores o Pará, Mato Grosso (mais de três quartos) e Rondônia. No Pará um grande número das atividades madeireiras está sendo transferido para o oeste do Estado, por haver um acesso relativamente fácil ao mercado, baixo valor do recurso e, portanto, a possibilidade de um aumento total da produção. Com seu esgotamento progressivo, os estados do Mato Grosso, Tocantins e Maranhão tendem a apresentar uma queda na produção. Já no caso do Amazonas, há previsão de aumento nas exportações, considerando a desvalorização do Real e no Acre a possível produção através de manejo em florestas públicas.

Segundo dados do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), o Brasil exporta apenas 14%, contra 10% estimado pela International Tropical Timber Organization (ITTO). Portanto, a exportação de madeira da Amazônia é inexpressiva, se comparada com o consumo interno brasileiro, principalmente do sul e do sudeste, considerando que há diferenças regionais bastante acentuadas como podemos perceber na Figura 1.

Figura 01

Figura 01 – Destino das madeiras amazônicas por região (1997) – Amigos da Terra/IMAFLOA / IMAZON (1999)



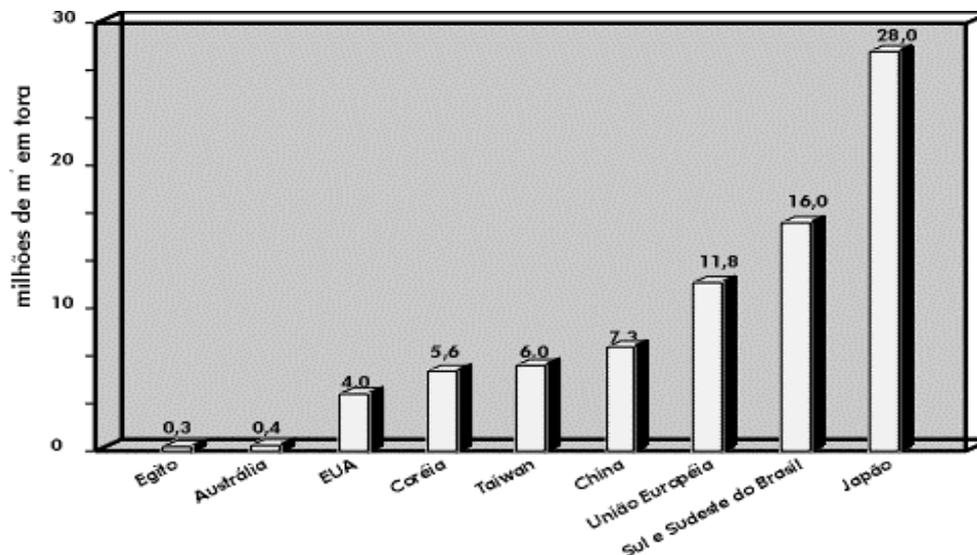
Fonte: IMAZON

Além disso, o consumo de madeira tropical do sul e sudeste do Brasil pode ser comparado ao dos principais países importadores, considerando que a matéria-prima em ambos os casos vem de fora de seu território. Como exemplo, podemos citar o estado de São Paulo que consome mais que o dobro de madeira tropical consumida pela França, principal consumidora entre os países da União Européia.

Considerando os dados da ITTO (Figura 2), entre os maiores consumidores de madeira tropical do mundo (incluídos os que apenas importam e os que são produtores e importadores ao mesmo tempo), o Brasil desponta em segundo lugar.

Figura 02

Comparação do consumo de madeira tropical entre regiões brasileiras importadoras e os maiores países importadores (1997) – Amigos da Terra / IMAFLORA / IMAZON (1999)



Fonte: ITTO, IMAZON (para Sul e Sudeste) 1

Portanto, a responsabilidade não deve ser apenas atribuída às madeireiras estrangeiras, mas também às nacionais e ao consumo do mercado interno de madeira da Amazônia, principalmente das regiões Sul e Sudeste (66% do consumo de todo país). Segundo dados do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLORA), IMAZON e Amigos da Terra – Programa Amazônia na publicação *Acertando o Alvo* (junho, 1999), apenas 14% da madeira da Amazônia no ano de 1997 foi exportada, contra 86% consumida internamente, como segue:

- Amazônia:..... 10%
- São Paulo:..... 20%
- Restante do Brasil:..... 56%

1.2 As transnacionais da madeira na Amazônia

O investimento transnacional na indústria madeireira na Amazônia teve duas etapas (Viana, G., 1998): entre os anos 70 e 80 os capitais eram originários de países consumidores de madeiras tropicais (Estados Unidos, Alemanha, China Popular, etc.), que se concentraram

nos Estados do Amazonas e Pará, beneficiando-se de incentivos fiscais; a partir de 1995 instalam-se grupos madeireiros asiáticos, principalmente da Malásia, ou seja, países produtores de madeiras tropicais. Esses grupos estabeleceram-se em dois importantes centros industriais da Amazônia: Belém-Ananindeua, no Estado do Pará, e Manaus-Itacoatiara, no Estado do Amazonas.

As características da indústria madeireira transnacional da Amazônia seja qual for sua origem, são as seguintes:

- concentração na atividade industrial, principalmente de compensado;
- não possui fontes próprias de matéria-prima;
- no caso de haver planos de manejo florestal em suas terras, eles só abastecem parte de sua demanda de toras (exceção feita à Mil-Madeiras Itacoatiara Ltda, cuja madeira é extraída de suas florestas e planos de manejo);
- produz fundamentalmente para o mercado externo;
- infringem a legislação ambiental, sendo autuadas tanto quanto as empresas nacionais.

Segundo o relatório do Greenpeace *Desflorestando o planeta - madeiras asiáticas invadem nossas últimas fronteiras florestais*, a respeito da atuação dessas madeiras ao redor do mundo, temos um quadro nítido da degradação socioambiental e cultural que elas causaram na Malásia, Suriname, Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão e Camboja.

Embora a Malásia e a Indonésia dominem as exportações mundiais de madeiras tropicais, a escassez de matéria-prima é apontada pela direção da Indústria Madeireira da Malásia, como um fator crítico que poderá afetar o desenvolvimento da indústria de processamento de madeira da Malásia. A projeção de seu Sétimo Plano, que abrange o período de 1996-2000, prevê a redução da produção de madeira aproximadamente em 28,3 milhões de metros cúbicos, ou seja, uma queda de 17% se comparado ao plano anterior. Isto está levando os exportadores de madeira à busca de novos suprimentos na América Latina, África e Pacífico.

O avanço na América Latina começou em meados dos anos 90 e o interesse de expansão dos investimentos dessas empresas deve-se ao baixo nível de devastação das florestas dessa região, assim como ao deficiente controle ambiental e fiscal, aos incentivos legais e econômicos oferecidos em alguns países e a fragilidade do cumprimento da legislação trabalhista e baixos salários pagos.

Portanto, as companhias asiáticas buscam investimentos Sul-Sul, que aparentemente poderiam parecer positivos se comparados aos tradicionais e paternalistas Norte-Sul, porém percebe-se que essa nova modalidade de investimento não está beneficiando economicamente aos países fornecedores, nem impulsionando seu desenvolvimento sustentável. Por não possuírem capacidade institucional para lidar com operações de tamanho porte, níveis insustentáveis de exploração são gerados.

Muitas dessas madeireiras possuem ligações estreitas com altos escalões dos governos de seus países, que as utilizam para expandir suas atividades no exterior, auxiliando essa expansão através de visitas de delegações comerciais a países com recursos potenciais para a exploração. São comuns, inclusive, os casos de corrupção, como as “doações” de empresas a políticos de alto escalão na Guiana e a tentativa do diretor administrativo do Berjaya Group Ltd., Tony CT Yeong, de subornar o Ministro do Trabalho e Comércio das Ilhas Salomão (Solomos, S., 1994).

As negociações não são realizadas através de parcerias justas ou de cooperação mútua, como ocorreu na Melanésia em 1996, quando o Ministro das Indústrias Primárias da Malásia ajudou as madeireiras malaias a pressionar a redução dos impostos florestais e as tarifas de exportação, bem como a não efetivação de medidas restritivas às exportações.

Por outro lado, após as práticas de desmatamento insustentáveis, que levaram à escassez de madeira na Tailândia, Indonésia e Malásia, implantou-se nesta última uma política florestal que foi banindo a exportação de toras, e aumentando os impostos e as taxas visando um melhor gerenciamento florestal, de modo que as atividades de processamento aumentassem em todo o ciclo industrial da madeira.

Os conflitos entre as companhias madeireiras e as populações locais na Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Suriname, Guiana, etc. foram denunciados mundialmente. Se na Papua Nova Guiné, onde os malaios dominam a indústria madeireira, somente 22 dos 316 projetos estabelecidos desde 1975 foram submetidos a um plano ambiental (Barry, G., 1992), a situação das florestas de Sarawak não é melhor. O acesso às áreas desmatadas é controlado pelo governo estadual, e os militares apóiam e cooperam com as companhias madeireiras, não permitindo, portanto, uma avaliação real dos impactos ambientais e sociais por elas causados.

No próximo século provavelmente a Amazônia vai ser o grande pólo produtor de madeiras tropicais do mundo, já que as florestas da Ásia, Malásia e África estão à beira da exaustão. A partir da década de 70, derrubava-se a floresta para transformá-la em pastagem. Nos anos 80 o ciclo exploratório volta-se para a madeira e a situação atual aponta para poucas chances de sustentabilidade.

No Estado do Amazonas estamos à beira de um desastre imprevisível. Madeireiras de origem asiática (principalmente malásios e chineses) já têm o controle hegemônico do setor industrial madeireiro do Estado, tendo assumido o controle de madeireiras já existentes (VIANNA, 1998). São quatro os grandes grupos malaios: RH/JTH, WTK, KTS e Samling (este associado a um grupo chinês); e dois grupos chineses, Tiajin Timber e RPC/Cifec. A KTS comprou 400.000 hectares de floresta com a intenção de construir uma planta industrial no pólo madeireiro de Itacoatiara, que fica a 150 km de Manaus. O Governo da República Popular da China (RPC) possui o controle da CIFEC, localizada no distrito industrial de Manaus. Pelo que a Comissão Externa da Câmara dos Deputados conseguiu averiguar em 1998, a extensão de terras compradas pelas empresas asiáticas está em torno de 1,5 milhão de hectares.

No Estado do Pará estão a RH/JTH (Rimbunan Hijau/Jaya Tiasa Holding) que adquiriu o controle acionário das empresas Maginco Compensados S.A. e Selvaplac Indústria Madeireira do Pará Ltda. e associação com uma terceira empresa, a Maginco Madeireira Araguaia S.A. Indústria e Comércio Agropecuário.

O IBAMA calcula que a produção de madeira do Estado do Amazonas terá de aumentar cinco vezes para atender essas empresas. O órgão informou que só a madeireira malaia WTK comprou 1,2 milhão de hectares às margens do Rio Juruá, no município de Caruarari. Além dos baixíssimos preços cobrados por hectare, dependendo da localização, a legislação brasileira não possui nenhum mecanismo de controle sobre a compra de terras na Amazônia. É necessário, portanto, que comece a vigorar efetivamente a lei de crimes ambientais e que o IBAMA passe a submeter os planos de manejo por ele autorizados a uma fiscalização eficiente.

Preocupado com os grandes impactos socioambientais, assim como com o tamanho e escala das operações dessas companhias, o Greenpeace em seu relatório sobre as madeireiras asiáticas de 1997, *Desflorestando o Planeta* faz uma série de recomendações ao Governo Federal brasileiro. Entre elas estão: o estabelecimento imediato de auditorias sobre as madeireiras e o congelamento de aprovações de quaisquer novas solicitações de grandes empresas estrangeiras para planos de manejo e exploração, enquanto essas auditorias não forem realizadas, e uma avaliação sobre os impactos econômicos, sociais e ambientais das propostas de concessões de terra ou planos de manejo, cujos custos devem incluir os danos ambientais, os potenciais danos às indústrias extrativistas, ao solo, aos recursos hídricos, à fauna e à flora, etc.

1.3 Espécies amazônicas com maior valor médio

Em 1997 os maiores preços médios de venda de madeiras serradas para consumo interno, foram atingidos pelas espécies da Amazônia. Esse levantamento, realizado pelo IMAZON, apresentou imensas dificuldades pois em muitos casos os mesmos nomes são utilizados para indicar espécies parecidas, às vezes com o intuito de camuflar espécies menos valiosas e vendê-las pelo preço das verdadeiras.

Dos dados de preço das 137 espécies pesquisadas, 31 aparecem listadas no Quadro 1 com preço médio igual ou superior a R\$135,00 por metro cúbico, as quais são as mais conhecidas e visadas atualmente pelo mercado consumidor, não necessariamente por sua qualidade superior.

Quadro 1

Preço médio local de venda da madeira serrada na Amazônia (1997)

VALOR	NOME VULGAR	NOME CIENTÍFICO	SERRADO \$/M ³⁽¹⁾
Baixo ⁽²⁾ ⁽³⁾	Mandioqueira	<i>Qualea spp</i>	135
	Abiu	<i>Pouteria spp</i>	140
	Cambará	<i>Moquina polymorpha</i>	140
	Quarauba	<i>Vochysia maxima</i>	140
	Tachi	<i>Sclerobium goeldianum</i>	140
	Breu	<i>Protium spp</i>	145
	Cedrinho	<i>Scleronema micranthum</i>	145
	Copaiba	<i>Copaifera spp</i>	145
	Maçaranduba	<i>Manikara huberi</i>	150
	Acapu	<i>Vouacapoua americana</i>	150
	Marupá	<i>Simaruba amara</i>	150
	Piquiarana	<i>Caryocar glabrum</i>	150
	Guajurá	<i>Neoxythece robusta</i>	151
	Andiroba	<i>Carapa guianensis</i>	154
	Jatobá	<i>Hymenaea courbaril</i>	160
	Piquiá	<i>Caryocar villosum</i>	160
	Sumauma	<i>Ceiba pentandra</i>	160
	Angelim pedra	<i>Hymenolobium spp</i>	162
	Muiracatiara	<i>Astnium lecointei</i>	190

Continua...

Continuação...

Médio ⁽⁴⁾	Curupixa	Micropholis meliniana	250
	Pau amarelo	Euxylophora paraensis	250
	Roxinho	Peltogyne maranhensis	250
	Tatajuba	Bagassas guianensis	280
	Cerejeira	Torresia acreana	340
	Angelim Vermelho	Dinizia excelsa	356
Alto ⁽⁵⁾	Cumaru	Dipteryx odorata	360
	Freijó	Cordia sagoti	360
	Ipê	Tabebuia spp	365
	Cedro	Cedrela odorata	370
	Louro	Nectandra pichurim	375
	Ibaúba	Mezilaurus itauba	380
Alto ⁽⁵⁾	Mogno	Swietenia macrophylla	900

Fonte: IMAZON

- ⁽¹⁾ O preço médio serrado corresponde ao valor da madeira negociada diretamente com o proprietário da serraria, na região produtora.
- ⁽²⁾ No total são aproximadamente 350 as espécies exploradas na Amazônia Legal. As espécies acima são as mais citadas durante as entrevistas.
- ⁽³⁾ Espécies de baixo valor: até 200 R\$/m³ serrado
- ⁽⁴⁾ Espécies de valor médio: entre 200 e 500 R\$/m³ serrado
- ⁽⁵⁾ Espécies de valor alto: acima de 800 R\$/m³

1.4 Exploração ilegal e modo de extração

Segundo o último relatório de 1997, do Grupo de Trabalho sobre Política Florestal coordenado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), 80% da madeira sai ilegalmente da Amazônia e seu índice de desperdício é estimado entre 60/70%, o qual poderia ser reduzido com alterações dos métodos de extração e beneficiamento.

Considerando que aproximadamente 6.000 empresas madeireiras estão registradas na Amazônia Legal, o número de vinte e duas empresas transnacionais (IBAMA, 1998) é pequeno, porém com grande importância econômica e altos padrões de tecnologia. Essas empresas com capital estrangeiro, que controlam em torno de 70% do mercado de madeiras tropicais do mundo, possuem terras na Amazônia que, em 1998, garantiram a produção anual de somente 3 mil metros cúbicos de madeira, embora fossem processados 30 milhões de metros cúbicos, cuja origem geralmente é de terceiros ou de áreas de reserva legal ou preservação permanente, tornando evidente a desproporção entre a entrada de capital

declarado pelas empresas e o volume de transações realizadas na exploração e comercialização de madeira. O total de áreas manejadas pelas madeireiras não corresponde à capacidade de produção, indicando que as normas legais vigentes são burladas tanto para compra de terras, quanto para a exploração de madeira e seu manejo. Das 13 Companhias Multinacionais Madeireiras (CMMs) investigadas, 12 apresentaram transgressões ambientais por manejo florestal irregular e/ou aquisição irregular de madeira (inclusive de terras indígenas); 10 tinham planos de manejo florestal insuficiente; 5 foram penalizadas durante a inspeção e 4 acusadas de transgressões a povos indígenas (Viana, G., 1998).

Embora a Malásia e a Indonésia dominem as exportações mundiais de madeiras tropicais, a escassez já se faz sentir nesses países, levando seus exportadores de madeira à busca de novos suprimentos na América Latina, África e Pacífico. Esse avanço na América Latina começou em meados dos anos 90 e o interesse de expansão dos investimentos dessas empresas deve-se ao baixo nível de devastação das florestas na região, assim como ao deficiente controle ambiental e fiscal, aos incentivos legais e econômicos oferecidos em alguns países e à fragilidade do cumprimento da legislação trabalhista e baixos salários pagos.

1.5 Certificação florestal: uma solução incerta

Apesar de encontrar-se ainda em um estágio incipiente, a certificação florestal no Brasil tenta promover o manejo sustentável. A primeira experiência foi em 1992, com a entidade norte-americana Rainforest Alliance, que certificou a primeira empresa brasileira.

Em 1995 criou-se o IMAFLORA, instituição certificadora pioneira do hemisfério Sul no setor florestal. Através dos princípios e critérios do *Forest Stewardship Council* (FSC), a certificação socioambiental de florestas só começou a ser utilizada em 1997, sendo a primeira a reunir, de maneira paritária, os representantes dos setores social, ambiental e empresarial. Nesse mesmo ano, também foi criado o Grupo de Trabalho Brasileiro do FSC, atualmente secretariado pela *World Wild Foundation* (WWF) - Brasil, cujo objetivo é a elaboração de princípios e critérios nacionais para os vários tipos de florestas existentes no país.

No Sul do país, principalmente nos estados do Paraná e de Santa Catarina, a certificação tem se desenvolvido, com ênfase em florestas plantadas. Até o final de 1999, dezessete empresas haviam sido certificadas com o selo do FSC no Brasil. Somente a Mil Madeireiras, pertencente ao grupo suíço *Precious Woods*, é produtora da Amazônia e a única

que opera com manejo de florestas naturais em uma área de 81.000 hectares no município de Itacoatiara, estado do Amazonas.

1.6 Danos ambientais, questões trabalhistas e baixa geração de emprego e renda

O modo de extrair a madeira nas áreas de terra firme da Amazônia danifica, em média, 26 outras árvores para cada uma que é retirada. O processo de trabalho se dá com as seguintes etapas: abertura de estrada pelo trator; abertura de uma clareira para as manobras e estocagem da madeira; estocagem da madeira; derrubada de árvores; corte da copa; arraste do tronco por cabos de aço puxados a trator até o centro da clareira; arraste do tronco e subida do mesmo no caminhão. O arraste do tronco provoca sulcos sobre o frágil e raso solo. Esses sulcos enchem-se de água posteriormente, originando focos de insetos e dando condições para a proliferação de arboviroses, pois este processo desaloja os insetos de seu “habitat” natural.

Graves danos ambientais são causados por esses processos primitivos de trabalho, como o empobrecimento da biodiversidade da natureza em geral, que muitas vezes causa o desaparecimento de espécies florestais ou animais. A abundância de cipós na floresta amazônica faz com que a copa de uma árvore derrubada, arraste consigo um emaranhado de cipós que se prendem a outras árvores em torno da árvore principal e sobre as quais desabam a copa e o tronco desta.

Além dos métodos primitivos de exploração, há o baixo aproveitamento da madeira nas serrarias, que produzem apenas pranchas ou peças para esteios e vigas. Portanto, uma grande quantidade de material que poderia confeccionar produtos menores é desperdiçada ou simplesmente queimada nos pátios das serrarias, causando ainda forte poluição no ar.

Os trabalhadores das serrarias situadas nos grandes centros produtores vivem precariamente com total ausência de bem-estar social, com baixíssimos salários e submetidos a árduos trabalhos insalubres, sem segurança e vítimas de constantes acidentes e péssimas condições de trabalho. Mesmo a Empresa Mil Madeireira Itacoatiara Ltda, única que possui a certificação da FSC, foi alvo de críticas por parte do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Madeireira daquele município, que denunciou o aumento do número de acidentes após a certificação, devido à intensificação do ritmo do trabalho e demissão de funcionários à Comissão Externa Destinada a Averiguar a Aquisição de Madeiras, Serrarias e Extensas Porções de Terras Brasileiras por Grupos Asiáticos.

Portanto, existe uma denúncia generalizada quanto ao desrespeito à legislação trabalhista por parte das empresas madeireiras instaladas no Estado do Amazonas. A atividade madeireira tem baixa geração de emprego e renda, desarticulando a pequena produção agrícola e extrativa e expulsando os produtores rurais e populações tradicionais para as periferias das cidades. Desta forma, quanto mais se exploram os recursos naturais, mais empobrecimento ocorre e mais remotas são as possibilidades de retomada de um verdadeiro desenvolvimento na virada no século, à medida que os recursos naturais vão se tornando mais escassos. Menos de 1/3 das serrarias da região Amazônica estão envolvidas em alguma forma de processamento secundário, o que poderia acrescentar valor local ao produto (Greenpeace/Barreto et al, 1998).

A extração de madeira para carvão vegetal tem tido como fonte principal o manejo da floresta nativa, embora oficialmente se fale de plantações de silvicultura. Segundo P.Fearnside, o custo e a dificuldade para produzir a madeira necessária em plantações, exigiriam aproximadamente dez vezes a área de plantação do Projeto Jari.

Devido a todas as questões abordadas neste capítulo, chegamos à conclusão que devido, entre outros fatores, à atividade madeireira, o Brasil encontra-se na iminência de um aumento potencial da atividade de desmatamento na bacia Amazônica, que ameaça a destruição de nossa biodiversidade e qualquer plano a longo prazo de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

CAPÍTULO II
O ESTADO DO ACRE

CAPÍTULO II - O ESTADO DO ACRE

Com a descoberta do processo de vulcanização da borracha e o posterior aperfeiçoamento dos pneumáticos, em 1888, e, portanto, o desenvolvimento da indústria automobilística, a partir de 1895, a demanda da borracha cresceu, provocando a elevação dos preços.

Esse crescimento deu lugar à expansão das áreas produtoras, estimulando a migração para a Amazônia de nordestinos atingidos pelas secas. De acordo com Benchimol, no período de 1877-1900 só do Ceará emigraram 158.125 pessoas para a Amazônia. O Acre, praticamente deserto até os primeiros anos do século, em menos de um decênio passa a ter mais de 50 mil habitantes, segundo Caio Prado.

2.1 A economia extrativista da borracha

Os seringueiros vivem na floresta em pequenas clareiras em casas de paxiúba, em áreas contínuas de igarapés, praias de rio, mata virgem, zonas de caças, roçados e capoeiras, chamadas colocações, que variam de 600 a 1,2 mil ha. Os produtos comerciais que a mata lhes oferece, sem se degradar, são principalmente a borracha e a castanha.

Sendo a Amazônia privilegiada pela grande concentração da seringueira nativa, tornou-se o grande centro produtor e exportador da borracha. Chegando a exportar no princípio do século 213.755 t, das quais o Acre foi responsável por mais de 110.000 t só em 1907, ficando em primeiro lugar entre as regiões produtoras brasileiras.

Portanto, nessa época a borracha destacava-se como um dos principais produtos brasileiros de exportação, chegando a representar 25,7% do total das exportações brasileiras. Seu auge foi o ano de 1912, quando a produção brasileira atingiu 43.000 toneladas. Apesar do contínuo incremento da produção, não foi possível atender à forte pressão do mercado mundial e os preços continuaram elevados, gerando o surgimento da concorrência.

Aos ingleses coube essa empreitada, pois desde 1876, baseados em pesquisas realizadas por Sir Wickman, trabalhavam na coleta e aclimação de sementes

(contrabandeadas daqui) e na cultura da *Hevea sp* fora da Amazônia, iniciando o plantio da seringueira no Ceilão e posteriormente na Birmânia, Malásia e nas Índias Neolandesas. A produção asiática rapidamente superou a brasileira, que já em 1913 caía para 39.560 t, ao passo que a da Ásia subia para 47.618 t. Em 1919 nossa produção era de 34.285 t contra a asiática de 381.860 t.

O Acre, cuja principal economia era o monoextrativismo gumífero, sofreu terrivelmente com essa crise. Seringais abandonados e re-emigração para o Nordeste acabaram causando um grande esvaziamento populacional. Segundo Craveiro Costa, a população acreana de aproximadamente 100 mil habitantes no início do século, baixa para 79.768 em 1940; voltando a crescer de novo somente no censo de 1950, quando atinge 114.755 habitantes. A agricultura, a coleta da castanha, a caça e a pesca complementam a irrisória extração de borracha. Os seringais foram abandonados em sua grande maioria pelos seringalistas e os seringueiros, que permaneceram como posseiros, ficaram livres de sua dependência. A economia passa a ser mais diversificada.

Um novo impulso do setor só ocorre com a Segunda Guerra Mundial, pois com a ocupação da Malásia e Ceilão pelos japoneses, os países aliados ficam sem fornecimento de borracha, passando a importá-la novamente da Amazônia. Grande leva de nordestinos é outra vez transportada para o Acre e outras partes da Amazônia: os "soldados da borracha", que partiam de suas terras cheios de promessas e esperanças, ao mesmo tempo em que pensavam estar servindo à pátria. Esse novo contingente de nordestinos, faz com que a população acreana apresente em 1950 um acréscimo de 34.987 habitantes em relação a 1940.

Com o fim da guerra e o reinício da produção na região asiática, a Amazônia é novamente relegada ao abandono e sua pequena produção, torna-se uma superprodução, considerando a concorrência mais competitiva da borracha asiática e a baixa demanda do mercado interno.

Entretanto, nos anos 50, com a expansão da indústria nacional, a produção brasileira de borracha não consegue suprir o aumento da demanda interna, sendo necessária à liberação das importações. Portanto, o Brasil de maior exportador no início do século, passa a importador, perdurando essa situação até nossos dias.

2.2 Estrutura fundiária

Principalmente no Acre, Estado com grande incidência de seringueiras, o monoextrativismo da borracha deu lugar a uma estrutura fundiária bastante concentrada. Considerando à dispersão das seringueiras, o seringal (unidade produtiva da borracha) estendia-se por imensas áreas de floresta. De acordo com o Censo de 1920, 84,7% das áreas recenseadas do Acre eram ocupadas por propriedades com mais de 10.000 ha, numa média de 50.165 ha por propriedade.

Até o começo da expansão dos seringais na região amazônica, não se cogitava muito sobre a legalização da propriedade da terra, a qual só passou a ser importante com a intensificação de seringais, ou seja, na década de 70 do século passado. Ao contrário do setor agrícola, o que se valorizava não era a terra, mas o número de seringueiras que nela existiam.

A Província do Amazonas (na República, chamada de Estado) emitiu os primeiros títulos de terra no Acre. Em 1899, com a instalação da Delegação do Governo Boliviano no Acre, deliberou-se que tanto as antigas como as novas concessões deveriam ser registradas na Secretaria da Delegação. A legislação sobre terras também ocorreu no Estado Independente do Acre, tanto com Galvez, como com Plácido de Castro. Em 1903, ano de anexação do Acre ao Brasil, o governo brasileiro considera os títulos emitidos pelos governos anteriores.

A concorrência da borracha asiática, seguida da desarticulação da produção extrativa na Amazônia, causa algumas alterações na estrutura fundiária e na posse e uso da terra. No período entre as guerras houve uma estagnação do extrativismo da borracha e abandono dos seringalistas, diminuindo o percentual de seringais que eram dirigidos pelos próprios proprietários (73,8% em 1920 contra 28,0% em 1940). Nesse mesmo período, os arrendatários responsáveis pelo estabelecimento subiram de 15,8% para 45% e o de ocupantes, que não apareciam no Censo de 1920, passam a 13,8% em 1940.

Quando o seringalista abandonava a terra, o seringueiro ficava sem o *aviamento* (fornecimento, a crédito, de bens de consumo e instrumentos de trabalho, que tornavam o seringueiro constantemente dependente do seringalista/patrão) e passava, a organizar sua cultura de subsistência. Com a queda dos preços da borracha a partir de 1912, começa a ocorrer a pequena produção no Acre. O que ele não conseguia suprir, assim como a compra de sua produção de borracha, passam a ser feitos pelo *regatão* (comerciante com embarcação que fazia o comércio através dos rios, substituindo em parte o papel do *barracão*, que supria o seringueiro de todos os seus meios de subsistência e o qual comprava toda sua produção).

Mesmo com o surgimento da pequena produção no período de crise da borracha, os censos de 1920 e 1940 constataam um decréscimo da quantidade de estabelecimentos inferiores a 1.000 ha (em 1920 eram 6,0% do total, ocupando 84,7% da área total e em 1940 passaram a 18,8%, representando 91,7% da área).

Há certas contradições no resultado do processo de endividamento dos seringalistas devido à decadência da borracha. As *casas aviadoras* de Manaus e Belém (financiadas pelos bancos ou com crédito de exportadores financiavam e organizavam o transporte de nordestinos para os seringais e *aviavam*, ou seja, forneciam, a crédito, aos seringalistas, as mercadorias para abertura e funcionamento do seringal) apossaram-se de vários seringais para ressarcir as dívidas dos seringalistas. Isto causou uma reconcentração de terras. Porém com o extrativismo desestimulado, as formas de repressão e sujeição da força-de-trabalho diminuíram para os seringueiros.

2.3 Ocupação do Acre pelos "paulistas"

A partir dos anos 60, devido às políticas militares de integração e ao declínio dos seringais nativos, devido à alta produtividade dos seringais asiáticos, os fluxos migratórios são de empresários do sul e sudeste do país (chamados genericamente pelos acreanos de “paulistas”). Eles buscavam expandir seu patrimônio fundiário, favorecidos pelos baixos preços das terras e pelos incentivos fiscais criados pelo governo federal, com o objetivo de atrair capital nacional e estrangeiro para desenvolver a região (Plano de Valorização Econômica da Amazônia). Além deles, vinham também os colonos atraídos para os projetos de colonização do INCRA, destinados às atividades agropecuárias.

O então governador do Acre, Walderley Dantas (1970-1974), também não poupou na implementação desses incentivos fiscais (Decreto-Lei 291/67) e adotou a agropecuária como atividade econômica básica a ser desenvolvida. Além disso, utilizou uma intensa campanha publicitária para enaltecer a potencialidade, facilidade e vantagens de investir em terras acreanas. Foram vendidos, somente no período do seu mandato, 30% da área total do Estado, ou seja, 4.290.930 ha de seringais a 284 proprietários de fora, sendo que 32% dessa área foi adquirida por apenas quatro proprietários (depoimento do ex-governador Geraldo Mesquita, na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados). Essa intensa procura deu origem a reconcentração fundiária local.

A simples especulação imobiliária e financeira foi a principal razão da compra, sendo motivada pelos baixos preços das terras naquela época. No início de 1967, o BASA perde o monopólio que tinha sobre a borracha, devido às mudanças traçadas pelo governo com relação à ocupação econômica da Amazônia. Ele, que no início, era Banco de Crédito da Borracha, deixou de ser o único nas operações de compra e venda da borracha e de financiar os seringalistas, que por sua vez ficaram sem condições de *aviar* os seringueiros. Estes começaram pois, a cortar seus laços de dependência com os seringalistas, que não conseguiam mais borracha suficiente para saldar seu débito no Banco. Portanto, foram obrigados a vender suas terras a preços irrisórios.

A venda dos seringais aos pecuaristas e especuladores resultou em:

- redução da produção da borracha, devido aos desmatamentos de seringais para a introdução da pecuária (entre 1973 e 1979 o Instituto Brasileiro de Florestas (IBDF) - autorizou 2.063 pedidos de desmatamentos, totalizando 108.201 hectares). Segundo dados do Diretor do Instituto de Pesquisa da Amazônia (INPA), Warwick E. Kerr, em 1974 o desmatamento não chegava a 1% da área florestal do Estado; em 1975 chegou a 1,8% e em 1976, a 3,5%. Ele alertou para o fato de que, se esse ritmo continuasse, em 30 anos todas as reservas florestais do Acre estariam exauridas;
- expulsão de um grande número de famílias de seringueiros, que passam a fugir para às cidades, principalmente para Rio Branco. A maioria dos seringueiros, habituados ao sistema de *aviamento*, ao não encontrarem outro patrão, acabavam indo para as cidades à procura de emprego. Os que permaneciam produzindo, acabam se sujeitando à exploração dos *marreteiros* (comerciantes ambulantes que compram a borracha dos seringueiros e lhes vendem outras mercadorias);
- grande devastação ambiental, que passará a ser denunciada local, nacional e internacionalmente por Francisco Mendes Filho (Chico Mendes) e o movimento de seringueiros. A incorporação da questão ambiental à luta pela terra, além de ser um avanço para o movimento, é a que lhe trará visibilidade e um grande número de aliados que lutam pela mesma causa.

As expulsões desses posseiros, que já tinham direito à terra, assim como de grupos indígenas, ocorriam pagando-se irrisórias indenizações e na maioria das vezes sem elas, por

meio de ameaças e violência. Alguns dos métodos empregados eram: destruição de plantações, proibições de desmatar para fazer roçados, obstrução de varadouros, invasão de posses, derrubadas próximas às casas dos posseiros, atuação de pistoleiros, ameaças feitas por policiais a serviço de proprietários e prisões sem ordens judiciais (segundo depoimento de Dom Moacyr Grechi, Bispo da Prelazia do Acre e Purus à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Fundiário).

Essa nova tendência de uso dos recursos naturais da Amazônia não coincidia com os interesses das populações extrativistas, por não considerar suas atividades culturalmente desenvolvidas, nem mesmo sua existência. Portanto, a partir da década de 70, com a expansão das grandes fazendas, os seringueiros são obrigados a migrar de suas colocações principalmente para as periferias de Rio Branco, aumentando os índices de miséria, prostituição e criminalidade na capital, que atualmente acumula mais da metade da população do Estado. Grandes levadas de seringueiros também partiram para os seringais bolivianos, onde, para permanecerem, são obrigados a pagar taxas de permanência como estrangeiros, sendo mais explorados que os seringueiros bolivianos. Apesar desse êxodo, muitos deles permaneceram nos seus locais de origem e resistiram.

Por outro lado, os fazendeiros enriqueceram com a especulação das terras e com os empréstimos que eram, na realidade, utilizados em rentáveis transações financeiras. Devido à falta de fiscalização, a maior parte do dinheiro não era utilizada na pecuária, como acordado.

2.4 Situação madeireira no Estado do Acre

A atividade madeira no Acre começa a intensificar-se a partir da década de 80 com a chegada de madeireiros vindos de outros Estados. Apesar de não possuírem serrarias, com o capital que possuíam, eles encontraram um campo fértil para desenvolver seus negócios, ou seja, recursos florestais imensos, a quase absoluta falta de fiscalização e políticas públicas, assim como um mercado consumidor em expansão.

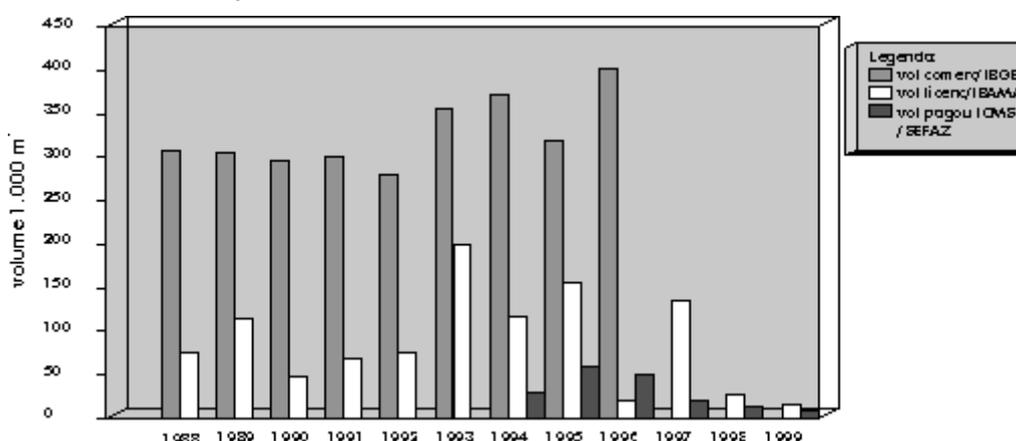
Considerando que o interesse dos grandes madeireiros são geralmente as espécies mais valiosas, no momento encabeçadas pelo mogno no mercado mundial, e que o Acre é um dos seus últimos redutos, assim como acompanhando a trajetória da ação predadora desse tipo de investimento na Amazônia, não temos dúvida que após o Estado do Amazonas, ou até

concomitante a este, o Estado do Acre será um alvo inevitável e correrá o risco de ver sua floresta explorada até a exaustão.

O principal obstáculo para se falar desse tema é a falta de dados e as contradições das informações existentes nos órgãos consultados. Como exemplo podemos citar o dado do IBGE de 400 mil metros cúbicos de madeira em tora beneficiada no ano de 1996, contra os 19 mil metros cúbicos licenciados pelo IBAMA/AC, ou seja um valor 21 vezes menor do que o do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O gráfico a seguir (Figura 3) demonstra claramente que os dados, apesar de oficiais, divergem entre si.

Figura 03

Produção estimada de madeira em tora do Estado do Acre



Fonte: IBAMA, IBGE, SEFAZ

Para os anos de 1997 a 1999 o IBGE não publicou nenhum dado e para o período de 1988 a 1993 a SEFAZ não possui esta série de dados.

Segundo a Fundação de Tecnologia do Acre (FUNTAC), que em 1990 realizou o último estudo sobre o setor madeireiro do Estado, em todos os municípios acreanos houve um aumento do número de serrarias no final dos anos oitenta - só em Rio Branco havia em torno de 64 microsserrarias funcionando, com o dobro cadastradas com licença para funcionar. Entretanto, dez anos depois, ocorreu uma drástica redução, baixando para 16 o número de serrarias em atividade nesse mesmo município.

Apesar de até meados deste ano a SEFE ainda não ter publicado o *Diagnóstico da atividade madeireira do Estado do Acre*, ela considera que existem em funcionamento no Estado 349 marcenarias, 35 serrarias, 25 processadoras de madeira (empresas que processam madeira em prancha) e uma fábrica de compensados. Considerando a classificação de

Hummel et al. (1994) as indústrias madeireiras do Estado são de pequeno porte (produção anual inferior a 5 mil metros cúbicos). As serrarias e processadoras começaram sua produção a partir dos anos 80 e 70% se instalaram na década 90. Embora tendo crescido o número de marcenarias no último ano, os problemas que elas enfrentam continuam os mesmos: falta de capital de giro, de mão-de-obra qualificada, de administração, planejamento e gerenciamento na produção, de controle de qualidade, além de maquinário e infra-estrutura precários, que acabam causando enorme desperdício de matéria-prima e energia.

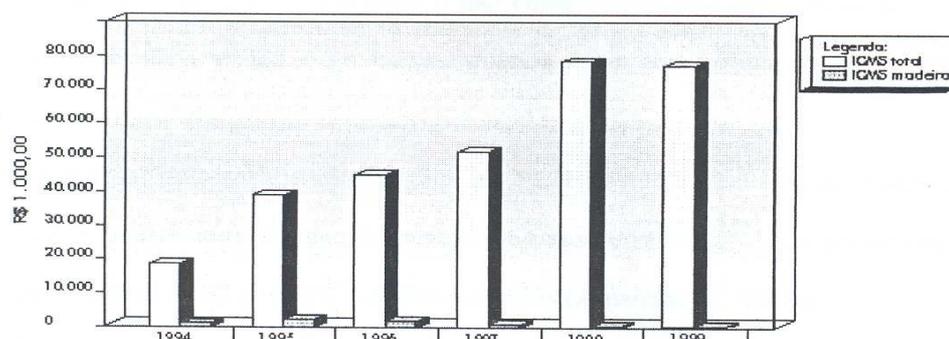
Apesar da legislação atual só permitir o corte seletivo, a falta de fiscalização faz com que o volume de madeira explorado através do Manejo Florestal Sustentado seja incipiente. A forma de exploração é extremamente predatória para a biodiversidade da floresta: “Na exploração, as árvores são identificadas e derrubadas com motosserras e arrastadas por tratores até os pátios de estocagem (esplanadas) onde são empilhadas. As toras são transportadas por caminhões até as serrarias” (BRILHANTE S., 2000).

Segundo o IBAMA, desde 1996 não foi explorada madeira por manejo no Estado. Apesar da adesão ao Pacto Federativo no ano de 1999 entre o IBAMA-DF e o IMAC - Instituto de Meio Ambiente do Estado do Acre, que visa que ambos os órgãos devem ser responsáveis pelo licenciamento, monitoramento, fiscalização e controle dessa atividade, não passa de 13 o número de fiscais para todo o Estado (sete do IBAMA e 13 do IMAC). Fica portanto inviabilizada a fiscalização dos 153 mil quilômetros quadrados de território acreano. Conseqüentemente, constatou-se que a sonegação é enorme, independente da fonte consultada. Observamos que em 1994, o ICMS pago representou 20% do volume licenciado pelo IBAMA e 7% do volume comercializado de acordo com o IBGE.

De acordo com a Figura 4, podemos observar que a contribuição de ICMS por parte do setor madeireiro é mínima.

Figura 04

Arrecadação total de ICMS do Estado do Acre e ICMS correspondente à madeira em tora, em unidades de R\$ 1.000,00 por ano



Fonte: SEFAZ (1999)

Usando como fonte o diagnóstico da SEFE (1999), no ano de 1998, em torno de 90% da produção total de madeira foi negociada ilegalmente no Estado, se considerarmos que o consumo das 60 indústrias processadoras de madeira e serrarias, estimado em 212 mil metros cúbicos, representam apenas 7% do valor licenciado pelo IBAMA e 0,2% do total apreendido. Em todo o Estado do Acre, a SEFE identificou que 94% da madeira é comprada de áreas de terceiros (que não possuem licença do órgão ambiental), restando apenas 6% oriundas de áreas próprias.

Constatou-se pelos dados do IBAMA que nos últimos dez anos houve uma grande redução da madeira apreendida pelo órgão. Como o monitoramento deixa muito a desejar, esse dado certamente não reflete a realidade. Entretanto, existem hipóteses de que esse declínio pode refletir a diminuição da atividade ilegal, ou o fato de que a atuação da fiscalização tenha-se tornado ainda mais ineficiente, ou ainda, que o setor realmente encontrasse em declínio (BRILHANTE, 2000).

Outros dados que corroboram para os pontos negativos dessa atividade são: o pequeno número de empregos que ela gera, o não cumprimento das leis trabalhistas, o alto índice de acidentes de trabalho e os baixos salários - em torno de um salário mínimo (BRILHANTE, 2000).

As empresas do setor madeireiro geraram 2.221 postos de trabalho de forma direta no ano de 1999, distribuídos da seguinte forma: 664 nas serrarias, 128 nas processadoras, 1.279 nas marcenarias e 150 na fábrica de compensados (AMARO et al., 2000).

Além disso, o rendimento médio no processamento de uma tora costuma ser 36% na região Norte (VIDAL et al., 1997). “Nas serrarias e processadoras do Acre a maior parte dos resíduos na forma de serragem e maravalha são queimados ou descartados. Uma parte dos sarrafos, toras e costaneiras são aproveitados pelas cerâmicas. Nas marcenarias 67,6% da madeira é queimada e/ou descartada.” (AMARO et al., 2000). Portanto, no Acre onde se processam em torno de 212.000 metros cúbicos/ano (SEFE, 1999), estima-se que a área florestal devastada pela atividade madeireira seja ao redor de 8.000 ha/ano, se forem considerados 25 metros cúbicos/ha (VERÍSSIMO et al., 1999). Entretanto, se considerarmos que prevalece no Estado o sistema de corte raso, a área danificada certamente é muito maior.

O preço médio da madeira em pé é R\$9,00 para madeira de baixo valor e R\$39,00 para madeira nobre. Já a madeira em tora, na serraria, onde ela costuma ser comercializada, tem um preço médio de R\$52,00 a de baixo valor e R\$63,00 para a nobre. O Acre abastece principalmente o seu mercado interno, exportando apenas 16% de sua produção e

representando 0,8% da produção amazônica de madeira em tora, ou seja, 28 milhões de metros cúbicos (VERÍSSIMO et al., 1999).

Como vemos, a exploração da madeira é uma questão que tem adquirido uma importância econômica e ambiental que envolve interesses de atores nacionais e estrangeiros com amplo poder e que suscita desafios para a ação governamental na região. Ao mesmo tempo, os colonos e as populações agroextrativistas encontram-se no meio desses interesses em jogo, levando os movimentos a internalizarem de formas diversas, essa questão.

2.5 Os movimentos sociais

A princípio, devido à falta de organização e do não conhecimento de seus direitos, houve apenas algumas resistências individuais e isoladas por parte dos seringueiros, mas a maioria deles, ou acabavam aceitando as indenizações injustas de suas posses e benfeitorias ou abandonavam a terra sob as intimidações e ameaças dos jagunços contratados pelos *paulistas*. O maior êxodo rural ocorreu na região do Alto Purus, a preferida pelos pecuaristas, por ser esta área servida pelas rodovias BR-364 e BR-317.

De 1970 a 1980, Rio Branco teve sua população no estado, aumentada de 39,48% para 66,17%, agravando seus problemas sociais, principalmente por sua infra-estrutura deficiente. As famílias expulsas dos seringais passaram não só a viver em condições sub-humanas nos barrancos do Rio Acre, cujas inundações os obrigavam a mudanças constantes, como também tiveram que enfrentar o desemprego. Aumentou com isso a marginalidade e a prostituição, principalmente de menores de idade.

Começaram a surgir os primeiros conflitos, como o do Seringal Catuaba, em Rio Branco em 1974, quando os posseiros passam a resistir às tentativas de expulsão do pseudo-proprietário, José Alexandre de Oliveira, cuja intenção era a “limpeza da propriedade” para venda a pecuaristas. O resultado do confronto foi a morte do gerente do seringal e ferimento de um fiscal por parte do posseiro Raul Veras. Finalmente, em 1980 esse seringal foi desapropriado para a regularização das posses e assentamento em seus 33.600 hectares.

No decorrer desses anos, outros conflitos se seguiram, entre eles: Seringal Nova Empresa (1976), culminando com a morte de duas pessoas em 1977; Fazenda Paraná 2, km 104 da BR-317, que liga Rio Branco a Boca do Acre-AM (1976); Seringal Nova Califórnia,

BR-364 a 180 km de Rio Branco (1976); ataque à sede da Fazenda Carão (1979), além de graves enfrentamentos no alto do Rio Iaco, no município de Sena Madureira.

Os constantes desmatamentos de imensas áreas e a expulsão dos seringueiros de seus seringais de origem acabaram dando origem a novas formas de luta. Surgem, então, os "empates", que eram uma forma de resistência dos seringueiros, que acompanhados de suas famílias tentavam impedir as ações das frentes de desmatamentos.

2.5.1 Sindicalismo e o papel da Igreja

Igreja, através da Prelazia do Acre Purus, seguidora da Pastoral da Libertação, com sede em Rio Branco, desde o começo dos anos 70, foi aliada dos seringueiros nessa luta. Essa Prelazia, que abarca a capital, os municípios de Xapuri, Brasiléia, Senador Guiomar, Assis Brasil, Sena Madureira, Epitaciolândia, além do município amazonense de Boca do Acre, é bem distinta da tradicional Prelazia do Alto Juruá, com sede em Cruzeiro do Sul. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) já tomavam fôlego nas cidades com a participação de ex-seringueiros e, começavam a se espalhar pelos seringais, organizando e conscientizando a população. Esse trabalho da Prelazia do Acre Purus, foi anterior à criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) a nível nacional, que ocorreu após o Encontro de Bispos da Amazônia sobre Terra e Migrações, em 1975, em Goiânia, e acabou sendo fortalecido por ela. Nesse encontro foi criada a Comissão de Terras, cujo objetivo era divulgar o Estatuto da Terra e a Legislação Rural, além de promover campanhas de conscientização dos agentes de pastoral e dos trabalhadores rurais. Foi fundamental o papel da Igreja, como base para a fundação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), sendo que muitos dos delegados sindicais, também eram monitores das CEBs.

A Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) também teve um grande peso nessa luta de resistência. Implantou uma Delegacia em Rio Branco em 1975, cuja jurisdição englobava o Acre, o município de Boca do Acre e o então território de Rondônia. Seu envolvimento com os problemas dos posseiros foi gradativo e seu trabalho político foi facilitado pela atuação anterior da Igreja.

A CONTAG passou a orientá-los sobre seus direitos básicos, como: plantar para caracterizar a benfeitoria; o direito de permanecer na terra que tivesse benfeitorias, desde que já estivessem nela há mais de um ano mais um dia; que sua retirada da terra pela polícia só poderia ocorrer com intimação por escrito, etc. Sua participação mais importante acabou sendo a organização dos STRs, que em 3 anos já funcionavam em 12 municípios acreanos.

Sua atuação foi decisiva em Xapuri, Brasiléia e Rio Branco, onde a maioria dos seringueiros não era mais cativa, mas onde os pecuaristas haviam efetivamente se instalado. Entretanto, encontraram grande dificuldade na região do Alto Juruá no trabalho de sindicalização entre os seringueiros cativos, ainda sob forte influência dos seringalistas.

A partir de 1979, as ameaças se intensificaram contra os integrantes dessas instituições, e com a ajuda da polícia são cometidos atos de violência, até que em julho de 1980, o presidente do STR de Brasiléia, Wilson de Souza Pinheiro, é assassinado dentro do sindicato. A polícia mais que nunca provou sua conivência com o latifúndio, sem tomar nenhuma providência. A reação veio por parte dos seringueiros, quando em um ato público realizado após a solenidade de fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), os ânimos se acirraram. Alguns dias depois o suspeito de ser o mandante do crime, Nilo Sérgio de Oliveira, foi encontrado morto. Dezenas de seringueiros foram imediatamente presos, sendo alguns torturados e algumas lideranças sindicais como Chico Mendes, que na época também era vereador de Xapuri, José Francisco da Silva (Presidente da CONTAG), João Maia da Silva Filho (Delegado da CONTAG no Acre), assim como Luís Inácio da Silva (Lula) e Jacob Bittar (ambos do Diretório Nacional do PT), foram processados e enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Entretanto, o assassino de Wilson Pinheiro só foi preso muitos anos depois.

A impunidade, portanto, fortalecia a ação dos fazendeiros e os desmandos e a violência prosseguiram até o ano de 1988, com a morte de outras lideranças do movimento, como Ivair Higino de Almeida, assassinado em 17 de junho. A família Alves da Silva passa a ser suspeita da participação em vários desses crimes, após ter entrado em conflito pela posse da terra com seringueiros do Seringal Cachoeira, onde residiam familiares de Chico Mendes. Denúncias constantes às autoridades estaduais e federais foram feitas pelo sindicalista, inclusive a respeito das ameaças e tentativas de homicídio que ele próprio vinha sofrendo. Os casos não eram apurados e os responsáveis não eram presos, até que em 22 de dezembro de 1989, ele foi assassinado em Xapuri, na presença de dois seguranças da Polícia Militar (PM) que lhe davam proteção.

2.5.2 Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e a criação de RESEXs e PAEs

O CNS foi criado em 1985 em Brasília no I Encontro Nacional dos Seringueiros, ao qual trabalhadores extrativistas do Acre, Rondônia e Amazonas compareceram para discutir e levar ao governo federal uma pauta de reivindicações de políticas públicas para toda a

Amazônia. Dela constavam itens como: uma aposentadoria para os “soldados da borracha”; a desapropriação e indenização dos seringais nativos, visando sua preservação; a participação dos seringueiros na demarcação das terras, na política de comercialização da borracha e a definição de áreas ocupadas por seringueiros como RESEXs. Em suma uma política de desenvolvimento para a Amazônia que atendesse aos interesses dos seringueiros e que respeitasse os seus direitos.

Portanto, além de terem criado um fato político, trazendo a público a realidade de exclusão em que vive a maior parte da população amazônica, esse Encontro acabou sendo o berço de uma proposta coerente e viável para seu desenvolvimento. Chico Mendes, representando o CNS e apoiado por entidades ambientalistas teve um papel importante no desenvolvimento dessa proposta. Após ter denunciado e conseguido que o Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento cancelassem os empréstimos para a pavimentação da rodovia BR-364, o governo brasileiro foi obrigado a revisar sua política de desenvolvimento e em 1988 começou as negociações com o CNS sobre as RESEXs.

A partir de 1989, após a realização do I Encontro dos Povos da Floresta e II Encontro Nacional dos Seringueiros, o CNS passa a consolidar realmente suas regionais por toda a Amazônia. Porém é a partir da regional Acre, como principal herdeira do exemplo de Chico Mendes, que começa a se solidificar a hegemonia das diversas lutas travadas na região.

A luta das populações extrativistas, principalmente dos seringueiros do Acre, foi a que levou o Governo à institucionalização de duas modalidades de áreas extrativistas: inicialmente, os PAEs, coordenados pelo INCRA e, posteriormente, as RESEX, que são "espaços territoriais protegidos pelo poder público, destinados à exploração auto-sustentável e à conservação dos recursos naturais renováveis, por populações com tradição no uso de recursos extrativos, reguladas por contrato de concessão real de uso, mediante plano de utilização aprovado pelo órgão responsável pela política ambiental do país (IBAMA)" (ALLEGRETTI, 1994).

É através do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), que é um órgão descentralizado do IBAMA, que se promove a elaboração, a implantação e a implementação de planos, programas, projetos e ações demandadas pelas populações tradicionais, por intermédio de suas entidades representativas e/ou indiretamente, através dos órgãos governamentais constituídos para esse fim, ou ainda, por meio das ONGs. Essa instituição possui uma estrutura funcional de co-gestão entre representantes das populações tradicionais, ONGs e do Governo Federal e Estadual, que atuam por meio de órgãos colegiados (Conselho Consultivo e Conselhos Regionais), e

executivos (escritórios). O CNPT possui três vertentes principais de ação: organização social e capacitação das Populações Tradicionais (consideradas as comunidades que tradicional e culturalmente têm sua subsistência baseada no extrativismo de recursos naturais renováveis); gestão participativa dos recursos naturais (RESEXs) e incremento de alternativas econômicas sustentáveis que diminuam a pressão sobre os recursos naturais.

A proposta da RESEX chamou a atenção do mundo, pela concessão do uso da terra e o direito de utilização de seus recursos naturais por famílias já habitantes dos locais, incorporando-lhes sistemas produtivos preservadores de sua base e, atendendo plenamente às necessidades de desenvolvimento, ocupação regional e de preservação do meio ambiente. É, na verdade, um modelo diferencial de reforma agrária para a Amazônia, que prevê o não parcelamento da área em lotes, permitindo a manutenção das estradas de seringa e do modo de vida do seringueiro.

Em 30/07/1987, a Portaria 627-INCRA criou os PAEs, incorporando-os ao Programa Nacional de Reforma Agrária. Até 1989, sob a responsabilidade do INCRA, haviam sido criadas 10 áreas, totalizando 889.548 ha que beneficiavam 2.924 famílias.

Em 1988, os conflitos fundiários e os “empates” para impedir novos desmatamentos culminaram com a morte de Chico Mendes. A pressão nacional e internacional levou o governo brasileiro a uma tentativa de solução dos conflitos socioambientais na Amazônia, alterando a Lei 6.938 de 31/08/81, que dispõem sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, através do Decreto 98.897 de 30/01/90, o qual passou a considerar as RESEXs como Unidades de Conservação de Uso Direto. Isso permite que as populações tradicionais extrativistas permaneçam na floresta, participem de sua gestão e viabilizem a possibilidade de conciliar o desenvolvimento a partir de suas práticas culturais tradicionais e a manutenção da biodiversidade. Sob a responsabilidade do IBAMA, foram criadas as primeiras quatro áreas que beneficiavam 6.250 famílias, totalizando 2.162.989 hectares, conforme segue:

Reserva Extrativista Rio Ouro Preto	204.583 hectares	Rondônia
Reserva Extrativista do Rio Cajari	481.650 hectares	Amapá
Reserva Extrativista do Alto Juruá	506.186 hectares	Acre
Reserva Extrativista Chico Mendes	987.579 hectares	Acre

Em maio de 1992, criaram-se mais cinco Reservas:

Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé	1.444 hectares	Santa Catarina
Reserva Extrativista da Mata Grande	10.450 hectares	Maranhão
Reserva Extrativista Ciriaco	7.050 hectares	Maranhão
Reserva Extrativista do Extremo Norte	9.542 hectares	Tocantins
Reserva Extrativista do Quilombo Frechal	9.542 hectares	Maranhão

Entre 1996/98 outras duas RESEXs foram criadas, perfazendo um total de 11, com uma área de 3.101.853 hectares, beneficiando aproximadamente 10 mil famílias. No final da década de 90, segundo informações do CNPT, o número de RESEXs foi se multiplicando pelos seguintes Estados:

- Amazonas: RESEXs Médio Juruá, Baixo Juruá, Jutaí, Uati-Paraná, Catuá, Ipixuna
- Pará: RESEX Tapajós/Arapiuns
- Rondônia: RESEXs Rio Cautario, Rio Pacaás Novos, Aquariquara, Maracatiaras, Rio Jaci Paraná, Cuniã, Jacundá, Pedras Negras
- Rio de Janeiro: RESEX Marinha de Arraial do Cabo

Essas RESEXs apresentam, entre outros, os seguintes benefícios econômicos e socioambientais:

- reconhecimento dos direitos históricos dos seringueiros sobre as áreas de florestas que tradicionalmente ocuparam e protegeram, gerando assim a oportunidade do estabelecimento de programas sociais, econômicos e tecnológicos visando um verdadeiro desenvolvimento sustentável;
- limitação dos desmatamentos;
- preservação de áreas para pesquisa e manutenção de bancos genéticos e garantia de diversidade biológica;
- fixação da população na floresta, evitando o êxodo para as cidades;
- diminuição dos custos de proteção das florestas, pois suas populações tradicionais são os melhores guardiões das mesmas;

- possibilidade de implantação de programas para melhoria das condições de vida dentro da floresta, considerando a importância da regularização fundiária para o desenvolvimento de programas que apoiem economicamente a produção, a tecnologia e serviços públicos básicos;
- criação da base de um novo modelo regional de desenvolvimento para Amazônia, estimulando economicamente novos mercados e produtos.

Além disso, com o reconhecimento dos direitos dessas populações a terra, as RESEXs concorrem para o fim das relações exploratórias de comercialização. Um exemplo de tentativa de mudança nessas relações foi a criação por seringueiros, em 1989 da CAEX.

Atualmente, o Estado do Acre possui 11% de seu território ocupado por PAEs e RESEXs (1.676.203 ha), como segue: 1,3% de PAEs (193.447 ha) e 9,7% de RESEXs (1.482.756 ha). Segundo estudos realizados entre 1996 e 1999, estima-se sua população em torno de 3.064 famílias: 28% nos PAEs e 72% nas RESEXs.

Entretanto, segundo o Programa Estadual do ZEE (Zoneamento Ecológico-Econômico) do Acre, os extrativistas dos PAEs e RESEXs vivem em condições precárias, sem infra-estrutura e serviços básicos (transporte, saúde, educação, assistência técnica e crédito), o que acabou resultando no aumento da migração e no uso indevido dos recursos naturais.

Sendo esse quadro consequência da falta de políticas públicas de apoio ao setor e da debilidade das ações dos órgãos responsáveis pelos PAEs e RESEXs, o ZEE considera fundamental para que se proceda a consolidação, assim como a criação de novas RESEXs, o fortalecimento de estratégias de ações através de parcerias entre os órgãos da esfera estadual e federal (IBAMA, INCRA, EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), UFAC, ONGs, o CNS e comunidades locais. Esse processo de descentralização tem o objetivo de reduzir despesas e melhorar a eficiência dos órgãos. Nele incluem-se também as parcerias para promover, além do repasse das ações, uma melhor eficiência das mesmas, assim como a integração das diversas secretarias do governo.

Nos indicativos para a consolidação e criação de RESEXs e PAEs do ZEE-AC, alguns fatores devem ser trabalhados: a regularização fundiária e emissão de posse, a concessão de uso, a demarcação e a sinalização, o plano de utilização, planos de desenvolvimento e principalmente a fiscalização, além do fortalecimento da organização social.

a) regularização fundiária

O Contrato de Concessão de Uso é o dispositivo legal adotado, tanto pelo IBAMA, quanto pelo INCRA, para promover a regularização fundiária das áreas extrativistas e através do qual as comunidades adquirem o direito legítimo sobre o uso da terra. Contudo, nenhum PAE ou RESEX no Estado possui a Concessão de Uso até o momento, por não terem sido efetivadas as desapropriações e estabelecidos os respectivos Planos de Utilização, que devem ser aprovados pelo IBAMA ou pelo INCRA. Para que isso ocorra, esses órgãos requerem a organização social estabelecida na forma de Associação de Moradores. Estas recebem a concessão de uso coletivo, contendo as condições para a permanência na área, que por sua vez devem estar em consonância com o Plano de Utilização.

O fato dos moradores das RESEXs não terem recebido até hoje a Concessão de Uso, deve-se, em grande parte, à inabilidade do IBAMA com questões fundiárias, especialmente no que se refere à aquisição das terras. As pendências na regularização fundiária das RESEXs são as principais responsáveis pela persistência de conflitos de acesso aos recursos naturais, resultando em ações inadequadas ao cumprimento do Plano de Utilização e dificultando as ações de fiscalização.

b) plano de utilização e fiscalização

Outros problemas constatados nos PAEs e RESEXs são a falta de assimilação dos moradores e a conseqüente falta de cumprimento do Plano de Utilização e a deficiência na fiscalização do mesmo e do acesso de estranhos às áreas, devido a ineficiência de atuação do IBAMA. No caso dos PAEs, o problema está tanto na falta de fiscalização do IBAMA quanto do INCRA.

O ZEE-AC considera, portanto, que são necessárias ações de mobilização e educação/sensibilização dos moradores, para a importância do Plano de Utilização como instrumento de gerenciamento da RESEXs e seus recursos naturais e a potenciação das ações do IBAMA/CNPT nas mesmas e nos PAEs, envolvendo principalmente a comunidade local.

c) demarcação e sinalização

Constatou-se que os PAEs e as RESEXs necessitam reavivar seus limites já instalados. As áreas de entorno das RESEXs, segundo a Resolução 0013/90 do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), compreendem um raio de 10 km a partir do seu limite. É obrigatória a licença do órgão ambiental competente para qualquer atividade que venha a ser

desenvolvida nessa área, visando a proteção da biota. Devido à desarticulação entre o IBAMA e o INCRA, sérios problemas têm ocorrido com a presença de assentamentos promovidos pelo INCRA, assim como de propriedades particulares que praticam a caça e a abertura de pastagens.

A partir de 1999, o IMAC, além de sua responsabilidade pelo licenciamento estadual, passou a licenciar os projetos do INCRA e a assumir efetivamente a responsabilidade de uma série de atividades, que não vinham sendo cumpridas em governos anteriores. O órgão admite a necessidade urgente de ações educativas com a população do entorno, o monitoramento de suas ações, bem como a discussão de políticas públicas adequadas para essas áreas, visando garantir o cumprimento de seus objetivos.

d) infra-estrutura e serviços básicos

Para que os seringueiros permaneçam nas áreas, ainda devem ser sanadas uma série de deficiências na infra-estrutura e serviços básicos, principalmente no que diz respeito à educação e saúde. O ZEE-AC admite que apesar das ações desenvolvidas pelo CNPT, IBAMA, INCRA e ONGs, esses dois setores são extremamente precários nas RESEXs e muitas vezes chega a ser fator determinante da saída de famílias da floresta.

Com relação aos serviços de assistência técnica oficiais, eles não são suficientes para atender a todas as áreas, carecendo de capacitação dirigida a um novo modelo de desenvolvimento rural sustentável para o Estado.

Apesar de todas as dificuldades, as RESEXs e os PAEs são as únicas figuras institucionalizadas que garantem o direito de uso da terra por comunidades extrativistas.

Através do trabalho de pesquisa realizado no âmbito do ZEE, foram identificadas 42 áreas solicitantes de PAEs e RESEXs, que estão sendo estudadas pelo IBAMA e INCRA. Destas 32 são pedidos de comunidades extrativistas, representando uma extensão de 1.460.401 há, ou seja, 9,3% do território acreano. A realidade mostra a grande demanda e, portanto, a necessidade da criação de novas RESEXs, assim como uma nova metodologia com as distintas etapas do processo, que vise ações integradas, estabelecendo as devidas atribuições institucionais.

2.5.3 Cooperativa Agroextrativista de Xapuri Ltda. (CAEX)

A origem da CAEX está vinculada a um segundo momento das conquistas históricas

dos seringueiros acreanos ao aceitarem o desafio de estruturar, no final da década de 80, mecanismos alternativos de desenvolvimento para a região da floresta, compatibilizando exploração econômica e preservação ambiental. Fundada em 1988 com 33 associados, funcionou, inicialmente, comercializando os dois únicos produtos de mercado do extrativismo tradicional: a castanha e a borracha. Cada sócio integralizava sua cota em produtos, que constituía uma espécie de capital de giro, reutilizado pelos gerentes na aquisição de instrumentos de trabalho e bens de consumo necessários e imprescindíveis às atividades produtivas dos associados.

Com um estoque mínimo de produtos florestais, a cooperativa revendia-os, “in natura”, sem agregação de valor, para usinas instaladas em Estados da Região Norte. Ou seja, buscava no mercado regional compradores que ofereciam um preço melhor, incluindo ou não os custos de transporte. A partir de 1988, negociações para a ampliação da cooperativa foram iniciadas, aumentando o número de associados e a área de abrangência da CAEX. Foram sendo instaladas unidades de beneficiamento de castanha e borracha, para agregar valor aos produtos e potencializar as atividades da cooperativa.

Após a entrada da CAEX, o comércio local de castanha do Pará, que era monopolizado por marreteiros, sofreu um impacto significativo. Os preços irrisórios pagos por eles aos produtores locais subiu em torno de 100%.

Através do Projeto Castanha, financiado pela entidade norte-americana Cultural Survival e pelo Ministério de Economia da Áustria, em 1990 foi criada a Usina de Beneficiamento de Castanha Chico Mendes, ligada à CAEX, para processar e beneficiar as castanhas que passam a ser exportadas para o exterior. Posteriormente, o beneficiamento é descentralizado da Usina em Xapuri e criam-se micro usinas e usinas familiares dentro de alguns seringais para coleta, quebra e classificação das castanhas, remetidas em seguida à Usina para desidratação, secagem e embalagem. Este processo de produção passa a aumentar a renda das famílias de seringueiros em 54%.

Ressalte-se que a mão-de-obra utilizada nessa atividade é predominantemente feminina, permitindo, pela primeira vez, que dentro dos seringais as mulheres sejam remuneradas em dinheiro pelo fruto de seu trabalho. Em troca dos recursos alocados, a Cultural Survival receberia percentuais da castanha beneficiada.

Até o ano de 1993 a Usina funcionou em razão de uma possível demanda ambientalista, que consumia um produto verde, se é que podemos assim caracterizar o aumento relativo do consumo da castanha. Esta conjuntura aparentemente favorável estimulou a CAEX a investir na ampliação de sua capacidade de produção, fazendo estoques do produto

“in natura”, contratando diretamente 130 pessoas, comprando equipamentos e fazendo gastos com embalagens e publicidade. Porém, a partir de 1994, devido aos planos de estabilização da moeda, à abertura da economia, à concorrência internacional, à excessiva carga tributária sobre pequenas empresas, ao pagamento de indenizações trabalhistas em razão de demissões, somados à falta de experiência técnico-administrativa de sua direção, a CAEX enfrentou uma grave fase de dificuldades, paralisando inclusive suas atividades de 1997 a 1998, por falta de capital de giro para aquisição da castanha *in natura*. Apesar de todas as adversidades enfrentadas, não podemos negar os pontos positivos da implantação da CAEX e do Projeto Castanha:

- combate aos atravessadores;
- criação de um mercado regulador de preço e comprador do produto, provando ser esta uma atividade rentável;
- a agregação de valor e a comercialização do produto resulta em melhor remuneração;
- aprendizagem técnico-administrativa para lidar com o mercado: custos de produção, qualificação, armazenamento, etc.

Em meados de 1997, o IBAMA financiou a implantação de uma Usina de Beneficiamento de Borracha em Xapuri, a ser financiada pela CAEX com previsão de processar 30 t/mês de borracha. A Pirelli da Itália, assinou um contrato com a CAEX para compra dessa borracha.

Conforme mencionado no início deste projeto a CAEX, em parceria com a Universidade Federal do Acre e a Associação dos Moradores da Reserva Extrativista de Xapuri, vem também implementando uma proposta de desenvolvimento alternativo, baseada em Ilhas de Alta Produtividade, que será um dos objetos de estudo específico deste projeto.

2.5.4 Associações de moradores da RESEX Chico Mendes

A RESEX Chico Mendes compreende uma extensa área de floresta, com 976.570 hectares, que abrange sete municípios do Vale do Rio Acre. Suas características naturais apresentam-se preservadas. Nela vivem aproximadamente 730 famílias que buscam viabilizar um desenvolvimento socialmente democrático, economicamente viável e ecologicamente

sustentável, através do direito de concessão de uso da terra e dos recursos naturais, a biodiversidade.

Para administrá-la, as comunidades e suas lideranças optaram por um gerenciamento descentralizado, através de três associações:

- AMOREAB - Associação dos Moradores da Reserva Extrativista de Assis Brasil;
- AMOREB - Associação dos Moradores da Reserva Extrativista de Brasília;
- AMOREX - Associação dos Moradores da Reserva Extrativista de Xapuri.

Numa parceria com o IBAMA, desde 1995, através do Projeto RESEX, as Associações executam programas e projetos em educação, saúde, alternativas econômicas, comercialização da produção, organização e capacitação dos trabalhadores extrativistas.

A AMOREX possui 250 associados, moradores da Reserva e trabalhadores extrativistas, com novas opções de trabalho e melhoria das condições de vida na floresta. Essas famílias garantem a preservação dos recursos naturais, fauna e flora, solos e mananciais hídricos, utilizando-os de maneira sustentável. O projeto, que foi financiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), incentiva a redução da migração para as cidades regionais. A diretoria de cada associação é eleita e responsável pela administração da área da reserva no município, na aplicação dos recursos, assim como pela prestação de contas ao IBAMA-CNPT. O CNPT monitora e presta assistência técnica aos projetos e programas.

As atividades realizadas exigiram a criação de uma rede de colaboradores locais: CNS, CAEX, CTA, de Xapuri, Universidade Federal do Acre, Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agro-Florestais do Acre (PESACRE) e IBAMA-CNPT-AC.

2.5.5 Comissão Pró Índio do Acre (CPI-AC)

A partir de meados da década de 70, com o início do processo de demarcação das terras indígenas e da organização de cooperativas indígenas, diferentes grupos indígenas no Acre manifestaram sua necessidade de conhecimentos numéricos e escritos em língua portuguesa. Em seus depoimentos colocavam a necessidade de preparação de monitores índios para que os mesmos assumissem, nas aldeias, o papel de agentes educacionais e de saúde.

Em 1983, a CPI iniciou o trabalho de alfabetização, que até hoje vem sendo desenvolvido em várias aldeias, em diferentes línguas indígenas. Nesse mesmo ano, foi organizado o primeiro curso de formação de professores em Rio Branco. O material didático que foi utilizado nesse primeiro curso, a cartilha "Poronga", elaborada para seringueiros, mostrou-se inadequada para a utilização em contexto indígena. Por conseguinte, a partir de então, surgiu a idéia da criação de um material didático específico para a alfabetização daquelas populações em língua indígena e também a publicação de livros bilíngües que contam alguns de seus mitos tradicionais. Dessa forma, valoriza-se a manutenção de seus conhecimentos tradicionais, sem que eles sejam sobrepostos pelos novos conhecimentos.

O incentivo e a viabilização da criação de material didático pelos próprios índios é uma das linhas básicas de ação do projeto. O projeto também assessora as aldeias, observando de perto o trabalho desenvolvido pelo professor, dando-lhe assistência e recolhendo subsídios para a melhoria do processo de educação diferenciada indígena. Atualmente a CPI atua em 13 terras indígenas, através de 39 escolas, formando e assessorando um total de 56 professores responsáveis por 1.166 alunos. Nos últimos 16 anos de trabalho foram publicados cerca de 50 materiais didáticos.

2.5.6 União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (UNI)

A UNI foi fundada em 1991 para representação política e cultural dos povos indígenas. Sua coordenação é de indígenas e tem se mostrado competente no trato de assuntos diversos, como saúde, educação e demarcação.

De 1994 a 1998, a entidade executou o Projeto Autodemarcação Kulina no Médio Juruá, que delegava aos próprios índios a responsabilidade pela regularização das suas terras e seu reconhecimento pelo Estado, através de convênio com a FUNAI. Em vez de realizar mais um ato de pressão política por uma demarcação provisória, visando à demarcação legal, foi iniciado um procedimento de demarcação conforme exigências legais, a fim de conseguir a regularização oficial da área.

A FUNAI, como órgão executivo e empresas particulares contratadas pelo órgão público foram substituídas pela UNI (equipes do povo Madijá e profissionais técnicos contratados, além dos agentes de entidades indigenistas). Essa proposta de autodemarcação exige do Estado apenas o reconhecimento jurídico, ao final dos trabalhos realizados pelos próprios índios.

O povo Madijá, cuja população está em torno de 3.500 a 4.000 pessoas mora na fronteira entre os Estados do Acre e Amazonas, bacia do Rio Juruá em uma área de aproximadamente 703.000 hectares em três terras indígenas, com cerca de 30 aldeias. Por muito tempo a terra dos Madijá esteve ameaçada de invasões, principalmente no fim da década de 80 e início dos anos 90, quando, cansados de depender da iniciativa do órgão público, decidiram autodemarcar suas terras.

Esse processo sem antecedentes no Brasil, acabou sendo reconhecido pela autoridade estatal por um convênio entre os Madijá, a UNI e a FUNAI. Pela primeira vez o Estado Brasileiro reconhece oficialmente a responsabilidade e competência dos índios em demarcar sua própria terra, representando uma vitória não só para a UNI e os Madijá, mas para todas as nações indígenas e suas organizações representativas no Brasil.

2.5.7 Centro dos Trabalhadores da Amazônia – CTA

O CTA nasceu em 1983 em Xapuri, quando começou a desenvolver uma proposta pedagógica de educação específica para os moradores da floresta, que não seguia os moldes do currículo nacional padronizado. A proposta era introduzir e qualificar escolas nos seringais dos Vales dos Rios Acre e Purus, através de uma metodologia compatível com a realidade sócio-cultural das populações que vivem na floresta, cuja característica mais marcante é a oralidade. É importante, que se saiba que desde 1981 já existia o Projeto Seringueiro, iniciado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, por Chico Mendes e alguns de seus companheiros, com a finalidade de mobilizar a sociedade civil e reivindicar do Estado a construção de um projeto de educação e construção de escolas no interior da floresta.

As primeiras ações do CTA foram dirigidas à organização e resistência dos seringueiros aos fazendeiros e a um processo de "pecuarização", que desde os anos 70 vinha causando constantes conflitos fundiários, com a omissão conivente do Estado. Prestando assessoria ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Xapuri, epicentro da resistência, principalmente através de seus "empates", o CTA promoveu o I Encontro Estadual de Delegados Sindicais. Nesse trabalho de assessoria, constatou-se que o fator mais preponderante de desmobilização e facilitação do trabalho de reconcentração fundiária exercida pelos fazendeiros, era exatamente a falta de atendimento a serviços públicos básicos elementares, como educação, saúde e comercialização. O CTA dedicou-se, portanto, durante todos estes anos a desenvolver em áreas de extrativismo, projetos de educação e saúde, além

de implementar serviços de fomento e assistência à produção e à comunicação, através da instalação de rádios amadores em comunidades mais distantes.

Com recursos de entidades de cooperação nacionais e internacionais o CTA construiu várias escolas nos seringais e mantém um programa de capacitação de docentes leigos, o qual foi premiado em 1997 em um concurso instituído pelo Banco Itaú e pela UNICEF, na categoria de formação continuada de professores, além de produzir materiais didáticos compatíveis com a realidade sócio-econômico-cultural dos povos da floresta.

O programa de saúde do CTA investe na formação de agentes e construção de postos de saúde, assim como na produção e edição de materiais educativos. Seu trabalho baseia-se, principalmente, no saneamento da moradia, dedicando especial atenção aos cuidados com as fontes de água, à produção de alimentos e à cura através da homeopatia e da fitoterapia.

Abaixo faremos um pequeno relato de alguns dos principais projetos do CTA, além do Projeto Florestal de Uso Múltiplo, um dos objetos principais deste estudo:

Funcionando desde 1981, o Projeto Seringueiro é desenvolvido em áreas tradicionais extrativistas dos Vales dos Rios Acre e Purus, priorizando-se as áreas regularizadas, como a Reserva Extrativista Chico Mendes e os Projetos de Assentamento Extrativistas, localizados nos municípios de Xapuri, Epitaciolândia, Bujari, Capixaba, Assis Brasil e Acrelândia. Esse trabalho desenvolve-se com o apoio e parceria dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos municípios e com as Associações de Moradores das Reservas e Projetos de Assentamentos Extrativistas onde as escolas estão localizadas.

Nos últimos 4 anos os esforços têm-se concentrado na sistematização de uma metodologia de capacitação de professores leigos - que são escolhidos pelas comunidades onde irão trabalhar - e na elaboração de materiais didáticos específicos para a realidade das Populações Tradicionais Extrativistas, assim como materiais pedagógicos utilizados na capacitação dos professores.

O CTA desenvolve projetos de saúde desde 1989, cuja principal atividade é a formação de agentes comunitários de saúde. A partir de 1993, concentraram-se no desenvolvimento de um programa de saúde comunitária adequado às comunidades amazônicas, o Projeto Saúde na Floresta, funcionando na Reserva Extrativista Porto Dias e Reserva Extrativista Chico Mendes. As linhas temáticas de atuação do projeto são: práticas sociais de saúde na prevenção de enfermidades; utilização de recursos locais e aplicação de tecnologias simplificadas para a manutenção da saúde.

CAPÍTULO III

CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS PARA O APROVEITAMENTO DOS RECURSOS NATURAIS NO NOVO CONTEXTO ACREANO

CAPÍTULO III - CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS PARA O APROVEITAMENTO DOS RECURSOS NATURAIS NO NOVO CONTEXTO ACREANO

O Acre possui uma grande variedade de ecossistemas e altíssima biodiversidade em sua flora e fauna, além de ser o estado da Amazônia brasileira com maior área de floresta tropical contínua intacta (31,51% de seu território são áreas de preservação), com um índice aproximado de 10% de área alterada de sua superfície (incluindo desmatamento e outras formas de antropização).

Por outro lado, desde os anos 70, com a abertura de estradas e a expansão da atividade pecuária, imigrantes do Centro, Sul e Nordeste do país aumentaram a população acreana de 215 mil para 550 mil habitantes. A expulsão de seringueiros de suas áreas e a falta de políticas públicas, principalmente para os trabalhadores extrativistas, acabou gerando um grande êxodo rural, que reduziu de 80% para 35% a população rural do Estado.

Portanto, apesar de tanta riqueza em recursos naturais, a situação que o denominado “Governo da Floresta” tem enfrentado, desde que tomou posse em janeiro de 1999, é desalentadora: alto índice de pobreza, serviços públicos deteriorados que não atendem às necessidades mais prementes da população e uma incipiente indústria que acabou agravando o quadro de estagnação econômica.

No final de 1998 a estimativa era que haviam 72.715 desempregados no Acre, ou seja, 19,98% da população em idade economicamente ativa, e a agricultura e o extrativismo encontravam-se paralisados. Com uma enorme concentração espacial e populacional, o quadro é portanto, de generalizado desemprego, miséria, violência e marginalidade.

Segundo avaliação do Ministério da Educação e Cultura (MEC), a qualidade do ensino, infra-estrutura escolar, equipamento por aluno e vagas ofertadas era um dos piores do país. Os serviços de saúde atingiam os últimos lugares no ranking nacional, com atraso na implantação do SUS (Sistema Único de Saúde).

3.1 Novo Contexto no Acre

A partir do início de 1998 algumas mudanças vêm ocorrendo. Se por um lado os dados alarmantes de desmatamento e queimadas escandalizaram a opinião pública, por outro a implantação de alguns programas e políticas públicas federais e estaduais tem servido para beneficiar a população que vive na floresta. A luta de parlamentares da região, como a senadora Marina Silva e de lideranças políticas – e atuais governadores- como Jorge Viana no Acre e João Alberto Capiberibe no Amapá, deu origem em 1996 ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo (PRODEX) do Fundo Constitucional do Norte (FNO), que tem seus recursos administrados pelo BASA.

Em apenas um ano de funcionamento foram beneficiadas 3.600 famílias de extrativistas da Região Norte do país com esse tipo de financiamento, atingindo R\$9 milhões, que foram utilizados no custeio de safras de castanha, borracha e açaí, assim como no reflorestamento de áreas desmatadas nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Os maiores beneficiados e os que apresentaram o maior número de propostas de projetos até o final de 1999 foram o Acre e o Pará.

Esse programa apóia o extrativismo vegetal e é dirigido aos mini e pequenos produtores que recebem financiamentos de R\$ 600 a R\$ 7.500, com juros de 5,25% ao ano e assistência técnica para desenvolver os projetos. Uma das exigências para sua obtenção é que os produtores pertençam a uma associação ou cooperativa, morem há um ano na localidade onde o recurso será aplicado, utilizem mão-de-obra familiar e apresentem documento que comprove a posse da área onde desenvolve o seu trabalho ou carta de anuência do IBAMA, no caso de moradores da RESEX. A renda do produtor advinda do extrativismo vegetal e agroflorestal não pode ser superior a R\$ 14 mil.

Aliado a esse tipo de política do governo federal, o governo do Acre está conseguindo reverter a migração da floresta para as cidades, que vinha ocorrendo nos últimos vinte anos, de tal forma que a população da capital chegou a ter 50% dos 500 mil habitantes do Estado. Outros fatores também têm impulsionado o retorno à mata, como a retração dos seringais do Sudeste Asiático, principalmente da Malásia, Tailândia e Indonésia, devido à: praga nos seringais nos anos 80 e 90, industrialização urbana e surgimento de uma árvore chamada Palma, produtora do óleo de dendê, que tem boa demanda no mercado internacional e possui preço mais alto que o látex.

Além disso, não pode ser esquecida a alta dos preços da borracha e da castanha no mercado internacional. Esta última teve uma supervalorização no início deste ano, passando de R\$ 1,50 a lata de 10 quilos (preço desde dezembro de 1998) para R\$ 5. Porém, a castanha não existe na região do Vale do Juruá, somente no Vale do Acre, onde se produzem em média 10 mil toneladas ao ano. Segundo Salustiano Diogo, gerente da Usina de Beneficiamento de Castanha Chico Mendes, 80% de sua produção bruta foram compradas por empresas exportadoras do Pará, que a beneficiam e a vendem para os Estados Unidos, Europa e Ásia. Os 20% restantes foram vendidos beneficiados para empresas do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná. No caso das cooperativas não terem condições de comprar a castanha dos seringueiros, o governo do Estado garante sua aquisição pelo preço mínimo, sendo que no ano passado as cooperativas compraram 40% da produção, fazendo com que os atravessadores acompanhassem o preço.

Existem ainda outras iniciativas fora do Estado, como o projeto da Universidade de Brasília (UnB), em parceria com o Greenpeace, para a produção de borracha, utilizando a tecnologia de defumação líquida, a qual dispensa o beneficiamento tradicionalmente usado pelos seringueiros em usinas, cuja fumaça e o calor causavam sérios problemas à saúde dos seringueiros.

Essa nova tecnologia tem a vantagem de fazer com que o produto já saia pronto da floresta, em pequenas lâminas diretamente para as indústrias em São Paulo, aumentando consideravelmente o seu preço. Além disso, o cuidado redobrado com a limpeza, devido aos padrões de qualidade exigidos, faz com que a borracha passe a ser de primeira qualidade. Apesar da tecnologia de defumação líquida já estar sendo usada em cinco estados da Amazônia, a primeira produção comercial será a do Acre. A UnB pretende propor um mapeamento genético das melhores seringueiras, logo que a rede produtiva estiver consolidada.

Com a posse de Jorge Viana no Acre várias iniciativas vêm sendo tomadas também desde o governo estadual, nesse Estado de cultura eminentemente extrativista - que possui em torno de 90% dos seus 152 mil quilômetros quadrados cobertos de mata - tendo a floresta como base de um novo modelo econômico, no qual os produtos florestais são encarados como o marco diferencial com o qual o Estado poderá competir nos mercados nacional e internacional. Assim foi criado um novo conceito na região, que incorpora o compromisso com o desenvolvimento econômico, humano e cultural das populações tradicionais: a “florestania”, que se traduz como “cidadania na floresta”.

Porém, cabe identificar as formas institucionais e as principais ações governamentais através das quais vem tentando se implementar idéias e propostas que tiveram origem dentro do movimento acreano.

3.1.1 Criação da SEFE

A SEFE, que encontra-se ligada à Secretaria de Produção, é responsável pela promoção e execução de políticas e programas de desenvolvimento que valorizam os recursos florestais e pela modernização das atividades tradicionais extrativistas. Através do “Programa de Desenvolvimento de Cadeias Produtivas” são trabalhados os produtos não madeireiros, envolvendo produtos tradicionais como a borracha, a castanha, ao mesmo tempo que tentam desenvolver outros potenciais como os fitoterápicos, os cosméticos e as sementes. Esse programa é responsável pelo desenvolvimento de planos de manejo, estudo e planejamento de cadeias produtivas e pela elaboração de políticas públicas de apoio à exploração racional e comercialização para cada produto. O CNS tem sido um dos parceiros na discussão de ações para o fortalecimento e modernização das cooperativas, associações e usinas, assim como na capacitação de seringueiros.

O Programa da Borracha, executado pela SEFE agrega ações que vão desde a capacitação dos seringueiros para a melhoria da produção, até a introdução de tecnologia para o beneficiamento e a confecção de artefatos de borracha. Ele também apóia o escoamento e a comercialização da produção da borracha, estimula a formação de associações e cooperativas, fortalece tecnicamente a gestão cooperativista e de unidades de beneficiamento, bem como as parcerias com mercados industriais. Além disso, instalou um entreposto para a comercialização da borracha. Em 1999 foram comercializadas 500 toneladas do produto.

Em convênio com a WWF-Brasil e a Central de Associações de Pequenos Produtores Rurais de Epitaciolândia e Brasiléia (CAPEB), a SEFE iniciou um projeto para a produção de solados de borracha no Estado. Os primeiros protótipos já foram feitos e a expectativa é de que, ainda este ano, o Acre já esteja vendendo solados de borracha natural. A intenção do governo é montar uma unidade de fabricação com capacidade mensal de produção de 20 mil pares de sandálias.

Com relação ao segundo produto mais importante da economia acreana, a castanha, o secretário da SEFE nos informou que há planos de implantar duas usinas de beneficiamento, uma no município de Brasiléia e outra no de Xapuri (além da que já se encontra funcionando). Cada uma terá capacidade de beneficiar 3.000 kg/dia, num total de 6.000 kg/dia, gerando em

torno de 200 empregos diretos por usina. Há planos de desenvolvimento de produtos alimentícios e pesquisa de novos produtos oriundos da castanha, cursos de gerenciamento de usinas com visitas técnicas a experiências nacionais e internacionais do mercado desse produto e o desenvolvimento de planos de manejo para as cooperativas e associações explorarem suas áreas. Cogita-se a instalação de uma terceira usina no município de Sena Madureira, em 2001.

Considerando o aumento dos preços da borracha de R\$ 0,50/0,60 para R\$ 1,00 com o subsídio (principalmente devido à desativação das plantações na Indonésia), e da castanha de R\$ 1,50/kg para R\$5 do início de 1999 até julho de 2000, a SEFE está empenhada em desenvolver as cadeias produtivas desses dois produtos e também do murmurú, visando a criação de 9 mil empregos diretos em todo o Estado. Parcerias estão sendo feitas com as organizações extrativistas, com órgãos públicos como a Embrapa, o Ministério do Meio Ambiente, a Suframa e a Universidade Federal do Acre com o objetivo de fortalecer essas atividades.

Além disso, a SEFE está formando uma rede de especialistas sobre o manejo e aspectos da biologia reprodutiva, que possuam um acúmulo de conhecimento sobre as seguintes espécies: açaí, bacaba, buriti, jarina, patuá, mogno, cajá, cedro, copaíba, jatobá, ipê roxo, andiroba, jagube, unha de gato, mururu e rapuama. O governo priorizou essas espécies para desenvolvimento de seus trabalhos, após consultas feitas a ONGs como o CNS, o CTA e o Grupo de Pesquisa e Extensão em SAFs do Acre (PESACRE), além da UFAC e da EMBRAPA.

Com relação as IAPs, o governo realizou, através de uma equipe multidisciplinar, uma avaliação com resultados positivos sobre sua viabilidade e está interessado na diversificação de produtos, como por exemplo a Folha Defumada Líquida (FDL) e o Couro Vegetal da Amazônia (CVA).

Nos parece que a conseqüente demanda de borracha vinda de projetos como a fábrica de preservativos, e a crescente aceitação no mercado de artefatos de couro vegetal, poderão ser uma mola propulsora para que o projeto IAPs conte com o efetivo apoio do governo, ajudando, ao mesmo tempo, as comunidades na maturação do que representa um projeto de médio a longo prazo.

Com relação ao setor madeireiro, a SEFE visa a discussão, elaboração e implementação de políticas públicas para regulamentação do mesmo, com ações que se destinam a:

- estimular o manejo múltiplo da floresta;
- melhorar o nível de renda dos atores envolvidos na cadeia produtiva de madeira;
- estimular a oferta de empregos de melhor qualidade;
- incentivar maior agregação de valor aos produtos madeireiros;
- promover a adoção integral de práticas de manejo florestal;
- definir as áreas com vocação para uso madeireiro através do ZEE;
- capacitar a mão-de-obra local nas atividades de manejo e processamento industrial;
- consolidar e ampliar uma rede de florestas públicas no Estado; e
- apoiar as iniciativas não governamentais de certificação de produtos florestais.

O Secretário da SEFE acredita que, para que estas metas sejam atingidas, é necessário que sejam trabalhadas em conjunto com instituições governamentais, ONGs, empresários, produtores e técnicos do setor madeireiro do Estado.

3.1.2 Criação dos Centros Comunitários de Serviços Rurais (CCSRs)

No planejamento do governo estadual está a criação dos CCSRs, que tem a finalidade de promover a consolidação das RESEXs, na tentativa de levar a cidadania aos povos da floresta, que está sendo chamada de “florestania”. Seu objetivo é dotar o interior das RESEXs com escola de primeiro grau, posto de saúde, armazém, escritório de assistência técnica e extensão, posto de revenda de insumos, representação da cooperativa, micro agroindústria, oficina comunitária de artesanato, serviços de mecanização agrícola, viveiros de produção de mudas, centro cultural, serviço de assistência social e áreas de lazer.

3.1.3 Lei Chico Mendes

Com a implementação da Lei Chico Mendes, em janeiro de 1999, os seringueiros passaram a ter acesso a um subsídio de R\$ 0,40 por quilo de borracha produzida. O auxílio estadual faz parte do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Cadeia Produtiva da Borracha, executado pela SEFE.

Carro-chefe do Programa da Borracha, o subsídio estadual pagou, de julho a dezembro do ano passado, R\$ 332 mil - o equivalente a 830 quilos de borracha. Seis mil famílias já

estavam cadastradas no Programa até meados de 2000. Para facilitar o acesso ao subsídio, o governo promoveu cursos para os seringueiros.

Além de melhorar a renda familiar de centenas de famílias acreanas, a Lei Chico Mendes aumentou a arrecadação de ICMS do setor, que antes era sonegado. Portanto, com isso e com o aumento da produção, o pagamento do subsídio estadual é compensado. O Secretário também nos informou que atualmente os usineiros têm adiantado aos seringueiros o valor total da carga negociada, permitindo-lhes a geração de capital de giro para suas associações.

Além da criação, implementação e execução do subsídio estadual, também conseguiram que o subsídio federal fosse administrado pelo Estado. Antes ele era enviado às usinas, que não o repassavam aos produtores. A idéia é que vá decrescendo, e seja pouco a pouco retirado. Segundo a SEFE, essas ações geraram 3 mil ocupações em 1999 e há previsão de que gerem 5 mil este ano. No ano passado a produção de borracha do Estado foi de 2,5 mil toneladas e a estimativa para este ano é de 4 mil, sendo que até 2020 a meta é dobrar essa cifra, beneficiando 4 mil famílias de trabalhadores rurais.

Visando o custeio da produção de borracha foi liberado R\$ 1,1 milhão do PRODEX. Atualmente, cada seringueiro pode conseguir um financiamento de até R\$ 420 para custeio e R\$ 1.000 para investimento.

A Lei 1.277 de 13/01/1999 e regulamentada pelo Decreto nº 868 de 05/07/1999 (que passou a ser conhecida como Lei Chico Mendes) dispõe sobre a concessão de subvenção econômica aos seringueiros, produtores de borracha natural bruta, no valor de até R\$ 0,40 por quilo, ficando o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios com entidades nacionais e internacionais, objetivando fomentar a produção da borracha. Com essa medida os seringueiros passaram a receber R\$ 1,05 por quilo, somando-se os R\$ 0,65 que as associações de produtores desembolsam na hora da compra. Esse valor passou a ser mais alto que os R\$ 0,90 pagos pelos atravessadores, os quais estão sendo eliminados devido ao subsídio, que no ano passado fez com que 48% da produção de borracha bruta do Estado fosse comprada por associações de seringueiros. A meta, segundo Mario Fadell, Coordenador do Departamento de Extrativismo da SEFE, é chegar a 100% até o ano de 2002.

Para fazer jus a esse subsídio, os seringueiros devem preencher os seguintes requisitos: utilizar seu trabalho direto e o de sua família na área de produção; não empregar mão-de-obra permanente, recorrendo apenas eventualmente à mão-de-obra de terceiros; residir na área de produção; ter como única fonte de renda a originária da exploração agroextrativista e/ou extrativa vegetal; dedicar-se à atividade agroextrativista e estar vinculado às respectivas

organizações de produtores. Estas devem cadastrar-se junto à SEFE e credenciar-se junto ao BASA, do qual receberão o subsídio, repassando-o aos seringueiros e às suas associações.

Essa política, além de eliminar os atravessadores, ajuda a movimentar a economia e gera empregos. O governo estima que em torno de 20 mil famílias trabalhem na extração do látex, incluindo seringueiros, índios e ribeirinhos. No ano de 1999, os subsídios pagos chegaram a R\$ 322 mil, distribuídos entre 74 associações e atingindo 1.300 famílias. A produção de borracha em estado bruto, que andava estagnada em torno de 1,5 mil toneladas por ano, acabou aumentando para 2 mil toneladas no ano passado. Há uma previsão de que ela chegue a 6 mil toneladas este ano e a 10 mil até 2002. Aproximadamente 50% são beneficiadas no Estado, das quais, um terço pelas cooperativas, segundo Fadell. Há também dentro da previsão orçamentária do governo acreano para este ano, a aplicação de R\$ 800 mil na reforma e construção de usinas.

A Usina de Borracha da Cooperativa Agroextrativista de Xapuri Ltda. está vendendo 25 toneladas de borracha beneficiada por mês à Pirelli, devendo com os investimentos previstos chegar a 80 toneladas. Auricélio Barbosa, gerente de Produção da Usina, informou que esta estava parada desde 1995, devido a problemas técnicos, que acabavam dando origem a má qualidade da borracha beneficiada.

Entretanto, uma campanha pela melhoria da qualidade permitiu que a Usina fosse reativada no primeiro semestre de 1999, conseguindo alcançar o nível de qualidade exigido pela Pirelli, que em outubro de 2000 lançou em Xapuri o primeiro pneu fabricado no país com borracha 100% acreana e que levará o nome dessa cidade. Esse lançamento em escala industrial prevê o consumo de aproximadamente 150 toneladas de borracha e pela primeira vez toda a borracha natural usada em um pneu fabricado no Brasil terá extração e beneficiamento brasileiros. O acordo firmado entre a Pirelli e as associações de seringueiros de Xapuri e Sena Madureira garantirá trabalho e renda para mais de 300 famílias de seringueiros, garantindo a manutenção de uma área de 90 mil hectares de floresta, contribuindo com a preservação ambiental regional.

Além disso, não pode ser esquecida a alta dos preços da borracha e da castanha no mercado internacional. Esta última tendo tido uma supervalorização no início deste ano, passando de R\$ 1,50 a lata de 10 quilos (preço desde dezembro de 1998) para R\$ 5. Porém, a castanha não existe na região do Vale do Juruá, somente no Vale do Acre, onde se produz em média 10 mil toneladas ao ano. Segundo Salustiano Diogo, gerente da Usina de Beneficiamento de Castanha Chico Mendes, 80% de sua produção bruta foram compradas por empresas exportadoras do Pará, que a beneficiam e a vendem para os Estados Unidos, Europa

e Ásia. Os 20% restantes foram vendidos beneficiados para empresas do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná. No caso das cooperativas não terem condições de comprar a castanha dos seringueiros, o governo do Estado garante sua aquisição pelo preço mínimo, sendo que no ano passado as cooperativas compraram 40% da produção, obrigando os atravessadores a acompanharem o preço.

Existem ainda outras iniciativas fora do Estado, como o projeto da UnB, em parceria com o Greenpeace, para a produção de borracha, utilizando a tecnologia de defumação líquida, a qual dispensa o beneficiamento tradicionalmente usado pelos seringueiros em usinas, cuja fumaça e o calor causavam sérios problemas à sua saúde.

Essa nova tecnologia tem a vantagem de fazer com que o produto já saia pronto da floresta, em pequenas lâminas diretamente para as indústrias em São Paulo, aumentando consideravelmente o seu preço. Além disso, o cuidado redobrado com a limpeza, devido aos padrões de qualidade exigidos, faz com que a borracha passe a ser de primeira qualidade. Apesar da tecnologia de defumação líquida já estar sendo usada em cinco estados da Amazônia, a primeira produção comercial será a do Acre. A UnB pretende propor um mapeamento genético das melhores seringueiras, logo que a rede produtiva estiver consolidada.

3.1.4 Proposta de projeto de desenvolvimento sustentável do setor de produtos fitoterápicos

Os fitoterápicos serão alvo de estudos ecológicos, de manejo, beneficiamento e legalização, envolvendo as seguintes espécies: catuaba, ipê roxo, jatobá, marapuama e unha de gato, capacitando para o manejo, produção e beneficiamento preferencialmente as associações e cooperativas. O objetivo é apoiar o lançamento de três produtos em escala comercial ainda em 2000, desenvolvendo políticas para o setor, bem como estimulando e fornecendo dados básicos para atrair investimentos para o Estado.

Dentro do mesmo esquema de planos de manejo, encontra-se a copaíba. Calcula-se que já existem 40 associações inscritas nesse programa e que a região onde o óleo é mais abundante é a de Tarauacá/Envira. Visando fortalecer o mercado regional e a conquista do mercado nacional com produtos da região, como copaíba, catuaba, jatobá, unha de gato, andiroba e outros, esse projeto enfoca fatores da cadeia produtiva de produtos fitoterápicos, como o diagnóstico e a prospecção de mercados, o estudo ecológico, o plano de manejo, o

desenvolvimento e beneficiamento, assim como a racionalização da regulamentação de produtos fitoterápicos no Estado.

Apesar da grande riqueza de recursos medicinais existentes na floresta acreana, seu mercado de fitoterápicos é incipiente, se comparado a outros estados da Região Norte, sendo sua comercialização para outras regiões praticamente inexistente. O projeto pretende fortalecer a linha desses produtos e viabilizar sua comercialização, o que deverá aumentar significativamente a renda das populações extrativistas e rurais, bem como de comerciantes e empresários envolvidos nesse empreendimento. O governo do Acre espera que a conquista do mercado de fitoterápicos venha a contribuir significativamente para o desenvolvimento econômico do Estado.

3.1.5 Projeto Arboreto

Desenvolvido pelo Parque Zoobotânico, vinculado à UFAC, esse projeto lida com a pesquisa e a extensão em SAFs, destacando-se o uso de leguminosas para a recuperação de áreas degradadas e utilização em consórcios. Entre suas atividades destaca-se a promoção de cursos de capacitação em áreas da RESEX Chico Mendes e PAEs.

3.1.6 Mapeamento do planejamento participativo do uso dos recursos naturais

O projeto “Mapeamento Comunitário em Seringais no Estado do Acre”, que está sendo desenvolvido por pesquisadores da UFAC dentro da RESEX Chico Mendes, tem apresentado resultados confiáveis a baixo custo. A capacitação de comunidades extrativistas e rurais, através de imagens de satélite, permite que as comunidades visualizem e mapeiem os recursos e usos de sua terra. Aprendem, assim, a identificar o melhor manejo para cada ecossistema de acordo com seu potencial, assim como identificar desmatamentos.

3.1.7 Fábrica de Preservativos

O Governo do Acre e a Fiocruz no Rio de Janeiro negociaram a instalação de uma fábrica de preservativos masculinos em Xapuri. Segundo Erinaldo Silva, Gerente Geral da CAEX, a princípio está prevista a produção de 94 milhões de unidades.

3.1.8 Projeto Cipó

Através desse projeto o CNPT, em parceria com a ONG norte-americana *Rainforest Action Network*, visa desenvolver a extração de fibras da floresta e a criação de micro-empresas comunitárias de artesanato dentro das RESEXs na Amazônia. Esse projeto poderá representar uma fonte de renda suplementar à extração de produtos tradicionais, como a borracha e a castanha, ao mesmo tempo que incentiva as habilidades e a cultura locais. Além disso, serão criados canais de comercialização entre os produtores e mercados existentes, auxiliando no desenvolvimento desses mercados tanto no Brasil, como no exterior.

3.1.9 Projeto Equinócio

Essa iniciativa partiu de um grupo de engenheiros da UnB e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), através do desenvolvimento de uma tecnologia que transforma óleos vegetais em eletricidade, com o intuito de atender às necessidades de energia das comunidades amazônicas e gerar renda através do extrativismo dessa espécie. É aproveitada a energia de óleos de palmeiras como o buriti, muito abundante principalmente na Amazônia Ocidental (cobrindo em torno de 8 milhões de hectares, sendo que 1 ha pode abrigar de 450 a 550 palmeiras e fornecer 5 mil kg de óleo vegetal).

Como se vê, estão sendo implementadas, com distintos graus de êxito, diferentes propostas que, em sua maioria, trazem à tona demandas e iniciativas fomentadas durante anos no movimento acreano. Além delas, duas outras iniciativas – o projeto “Manejo Florestal de Uso Múltiplo no PAE Porto Dias” e o Projeto “Ilhas de Alta Produtividade – Racionalização da Extração Gumífera em Áreas Extrativistas – assumem um significado especial por se inserirem em um debate – exploração ou não de madeira – que atravessa a construção de uma proposta alternativa de desenvolvimento, não só para o estado do Acre, mas também para toda a Amazônia.

3.2 Dois projetos em jogo: madeira *versus* não madeira

Em um estado tradicionalmente extrativista, que não possui indústrias e sem políticas públicas adequadas para a preservação de sua maior fonte de riquezas, que é a floresta, a

biodiversidade está em jogo, principalmente quando se começa a super valorizar um só de seus produtos: a madeira.

A questão madeireira, encontra-se, pois, na origem do movimento acreano e foi um dos principais alvos de suas lutas, junto com a invasão da pecuária, não só sendo debatida internamente, como também traduzindo-se em novas propostas alternativas a serem impulsionadas por esse movimento. Na realidade ela tem se transformado em um desafio político, cultural e econômico para lideranças, extrativistas e agricultores, dividindo o movimento entre os que aceitam tradicionalmente a exploração seletiva, por sua origem de colonos, e os seringueiros, que apesar de sua resistência a essa prática, às vezes acabam vencidos pela necessidade de sobrevivência. Apesar de vir sendo discutida progressivamente, a partir de 1996 no IV Encontro Nacional de Seringueiros em Brasília, esse tema explode de tal forma que acaba por se transformar em um divisor de águas dentro da direção do CNS e entre esta e a base.

Assim, entre as diferentes experiências produtivas implementadas pelos movimentos sociais em relação as RESEXs, atualmente as duas propostas abaixo tem causado polêmicas pelo tratamento dado a exploração da madeira - no que diz respeito à sustentabilidade dos recursos naturais da floresta e aos benefícios que possam atingir essas populações.

O que acabou por colocar uma dicotomia entre as duas alternativas foi a inclusão do binômio madeira versus não madeira nas propostas, e que tem implicações técnico-científicas, sócio-culturais, econômicas, e logicamente políticas, embutidas na questão. Dessa forma, espera-se que, após esse embate inicial, ocorra um esclarecimento ou mesmo uma explicitação dessas contradições, para que as comunidades das reservas não sofram reveses com essa polarização (KAGEYAMA, 1997).

3.2.1 Projeto “Manejo Florestal de Uso Múltiplo no PAE Porto Dias”

a) histórico

O PAE Porto Dias foi criado em dezembro/1987 através do Projeto 95577/87 e é um modelo de reforma agrária adotado pelo INCRA, que reconhece o direito de uso e permanência na floresta das populações de seringueiros.

Pertencendo ao município de Acrelândia e localizado a 120 km de Rio Branco, possui uma área total de 22.345 ha. Seus limites se estendem pela margem do rio Abunã, que faz fronteira com a Bolívia e é navegável durante todas as épocas do ano, sendo o principal meio de transporte utilizado para a comercialização na região. Além do rio, os acessos ao PAE

Porto Dias são feitos através da BR-364, que liga Rio Branco a Porto Velho até os quilômetros 105 (distante 8 km do PAE) e 109 (distante 7 km do PAE).

Desde os anos 80, a comunidade do Seringal Porto Dias apresenta uma história de resistência ao inadequado modelo de agricultura e pecuária extensiva, imposto pelo poder público, e à exploração predatória de madeira sem nenhum critério.

A partir da organização da comunidade em associações, é que foi possível realizar uma parceria entre o CTA e essa área por ele escolhida para executar um projeto piloto para o manejo florestal de uso múltiplo. O início do trabalho foi o desenvolvimento da Meliponicultura e de SAFs, assim como ações dirigidas à saúde e à educação, com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e sob a tutela de um convênio interinstitucional entre a Fundação de Tecnologia do Acre (FUNTAC), o CNS e o CTA).

Buscando alternativas a curto prazo, em abril de 1996 a Associação Seringueira de Porto Dias passou a desenvolver o primeiro projeto de Manejo Florestal Comunitário de Uso Múltiplo da Amazônia. O PD/A (Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil PP-G7)-Ministério do Meio Ambiente (MMA) financiou US\$209.600, com uma contrapartida de US\$ 90.044 por um período de vinte e quatro meses. Seu principal compromisso era evitar a migração de trabalhadores extrativistas da floresta, assim como reverter a tendência à agropecuarização do Porto Dias. No final de 1998 foi aprovado um projeto com duração de 1 ano, dentro do Programa Amazônia Solidária no valor de R\$41 mil destinados a treinamento e qualificação de mão-de-obra. Além disso, no primeiro semestre de 2000, através de um convênio realizado com o Governo do Estado do Acre iniciou-se a melhoria do ramal e receberam apoio no equipamento destinado ao arraste de toras.

No vídeo realizado pelo CTA, Valdineide Queiroz, engenheira agrônoma do Projeto afirma que “a partir do modelo teórico que concebe o manejo como proposta integral de desenvolvimento com base florestal, são integrados diversos aspectos como educação, cultura e saúde como processo global de desenvolvimento”.

A intenção é trabalhar paralelamente aspectos sócio-econômicos (geração de empregos diretos e indiretos e renda através do manejo da madeira e de produtos não-madeireiros), assim como ecológicos (conservação da cobertura florestal, considerando que a retirada da madeira leva em conta a ocorrência de espécies, a abertura de clareiras e o impacto do solo e da fauna).

Segundo o CTA, o modelo de manejo florestal proposto procura conciliar o conhecimento empírico dos extrativistas com o conhecimento científico, visando uma tecnologia adaptada à realidade das comunidades florestais da região. Apesar disso, em um

levantamento realizado este ano pelo CIFOR, entidade que trabalha junto ao PESACRE, a comunidade reclamou que os técnicos impunham suas idéias, deixando claro que nem sempre o que era prioridade para o CTA era importante para eles. Dessa forma, os técnicos acabam não obtendo as respostas desejadas.

A partir de 1998, o Programa Amazônia Solidária – MMA passou a apoiar o PAE Porto Dias, porém de forma incipiente. No momento contam com um investimento de R\$45.000 para atender as prioridades da comunidade.

b) levantamento socioeconômico do CTA

Os dados abaixo apresentados sobre o projeto “Gestão Comunitária: Manejo Integrado no PAE Porto Dias” são o resultado de um levantamento socioeconômico concluído pelo CTA em dezembro/1999, cujo objetivo era conhecer a realidade da comunidade e apoiá-la em parceria com outras instituições nas atividades do referido projeto.

Tendo como objetivo o estudo de uma população tradicional, com vista à implantação do manejo florestal, o levantamento adotou uma metodologia, que considerava as características culturais da população, suas formas de organização social e econômica. A equipe multidisciplinar das áreas de educação, saúde e desenvolvimento econômico do CTA elaboraram um questionário, para ser aplicado diretamente nos domicílios, contendo perguntas sobre questões referentes à: produção extrativista, agroflorestal, agrícola, saúde, educação, organização social, práticas cotidianas e uso de recursos florestais madeireiros e não-madeireiros para fins de infra-estrutura e uso próprio. Durante os anos de 1998 e 1999 também foram realizadas entrevistas e reuniões com questões direcionadas.

Segundo o levantamento do Projeto Lumiar/Cooperagro, 88 famílias moram no PAD Porto Dias, embora o levantamento tenha contado com a participação apenas de 62 famílias, abrangendo a Área I e a Área II. A Área III não foi levantada, devido às suas péssimas condições, no período do inverno, com varadouros fechados e difícil acesso pelos técnicos.

Pelos dados do levantamento realizado pelo CTA, no ano de 1992 a população do Porto Dias era de 193 pessoas (38,3% de mulheres e 61,7% homens). Considerando os dados atuais, houve um aumento populacional de 52,3%: 294 habitantes (61% de homens e 39% de mulheres).

A faixa etária de 0 a 10 anos é onde há o número mais elevado da população, mostrando uma tendência de aumento da população economicamente ativa. Ao mesmo tempo está ocorrendo o assentamento de novas famílias na faixa etária de 20 a 30 anos.

A população do PAE Porto Dias vem maciçamente de fora, principalmente dos municípios de Tarauacá e de Plácido de Castro, embora também encontrem-se na área famílias de outras regiões como Rio Branco, Assis Brasil, Bolívia e Porto Velho.

O meio de comunicação mais utilizado pela comunidade é através de recados entre parentes e/ou amigos. A comunicação entre a cidade e o PAE é feita através do programa diário de mensagens da rádio regional, a Difusora.

Os meios de transporte mais comuns na região são: as caminhadas a pé, de canoa e animais. O acesso ao PAE por via terrestre é bastante precário, principalmente no inverno quando os varadouros ficam intrafegáveis devido às chuvas. Tanto a manutenção e a abertura dos varadouros secundários, quanto os 30 km do varadouro principal, que permitem o acesso da BR-364 à margem do Rio Abunã, são mantidos e foram construídos pelo CTA e pelos moradores.

No PAE Porto Dias existem duas associações de seringueiros:

- Associação Seringueira de Porto Dias, sediada na colocação “Palhal”, possui 23 sócios, dos quais 10 colocações e 8 famílias fazem parte do Projeto de Manejo de Uso Múltiplo, voltado para a exploração madeireira. Essa Associação, cujos sócios estão mais voltados para o extrativismo e residem próximos ou às margens do Rio Abunã, usufrui de uma boa infra-estrutura (um barracão, peladeira de arroz, barco de 7 toneladas, motor de 11 HP e rádio amador).
- Associação de Produtores Agroextrativistas São José, cuja referência é a colocação Mossoró, ainda não possui sede e está se estruturando. Aglutina os moradores mais próximos à BR-364, que estão mais voltados para a agricultura e a pecuária.

A primeira associação foi fundada há 3 anos e está localizada na Área I, onde a maioria da população do PAE residia. Foi nessa época que o Plano de Utilização da Reserva foi discutido e aprovado. Atualmente, entretanto, com a ocupação de assentamentos mais recentes, a maioria da população encontra-se concentrada no Núcleo II, havendo uma grande pressão para transformar as colocações em lotes agrícolas, que desrespeitam o Plano de Utilização aprovado.

Em 1999 os moradores locais evitaram uma invasão dessa área por agricultores sem terra. Continuam, porém as ameaças de conflitos fundiários, extração ilegal de madeira e

desmatamento para práticas agrícolas e pecuárias, colocando em risco o futuro do PAE. Além da organização via associações, que é a única aceita pelo Estado, encontram-se cada vez mais presentes nas áreas pesquisadas os cultos religiosos, mais especificamente os de ordem evangélica.

O PAE Porto Dias relaciona-se economicamente com quatro municípios: Acrelândia, Nova Califórnia (RO), Rio Branco, Plácido de Castro e a Vila Campinas. Sua fonte de renda tem como base o extrativismo da borracha e da castanha e a venda do excedente da lavoura branca. A renda/consumo mensal médio atual das famílias do Porto Dias é de R\$85.15, variando de acordo com as necessidades e o número de pessoas de cada família.

A economia do PAE Porto Dias é caracterizada por três sistemas básicos de produção: extrativista, agrícola e atividade de criação.

O sistema extrativista é baseado na produção familiar, caracterizando-se pela coleta de produtos da floresta, predominantemente a borracha e a castanha. As atividades são desenvolvidas quase que exclusivamente pela prática manual.

A base do sistema agrícola é a combinação de plantios de culturas anuais para fins de subsistência humana e comercialização em pequena escala dos excedentes. A funcionalidade desse sistema é caracterizada pela pequena ou nenhuma entrada de insumos, tais como: fertilizantes inorgânicos, defensivos agrícolas e implementos mecânicos. Lá predomina também o trabalho manual e as entradas naturais de energia solar, água das chuvas e nutrientes mineralizados (provenientes da queima de material vegetal). Os produtos agrícolas mais plantados pelos seringueiros são: arroz, feijão, milho e macaxeira. O tamanho do roçado do seringueiro pode variar, mas em média é de 1 a 1,5 hectares, onde são plantados o arroz e o milho consorciados, no final do verão (entre os meses de agosto e setembro). A colheita do milho é feita em dezembro e a do arroz é em fevereiro ou março. O feijão é plantado entre os meses de março e abril, na mesma área e é colhido entre junho e julho. A macaxeira é plantada geralmente em roçados de 1 ha nos meses de agosto e setembro e pode ser colhida a partir de fevereiro do próximo ano.

A atividade de criação dos seringueiros segue padrões similares às demais atividades, pequena tecnificação e baixa aplicação de insumos externos, tendo como base a produção familiar. As criações costumem ser de: galinhas, patos e porcos. Poucos ainda possuem bois e carneiros.

A prática da caça e da pesca pode ser considerada mais como um hábito alimentar do que como uma atividade econômica. Assim como os outros hábitos extrativistas, a caça e a pesca têm influências sazonais, sendo estas muito mais quantitativas do que qualitativas. As

caças mais abundantes são: porco do mato, veado, paca, cutia e as “embiaras” (caças de pequeno porte, aves em geral).

A pesca é influenciada principalmente pelos ciclos do rio. No verão, durante a baixa do rio a pesca é mais abundante, tornando-se mais fácil com a utilização das malhadeiras. No inverno, com o rio cheio, torna-se mais escassa e é praticada com linha e anzol. As espécies mais apreciadas são: surubim, piau, traíra, piaba e piranha.

É importante que se observe um fato: a caça é realizada de forma não predatória, apenas o necessário para a alimentação da família. A comunidade é consciente de que práticas predatórias de caça e pesca levam à escassez.

Segundo os técnicos do CTA, esse relatório teve como objetivo mostrar nos indicadores sociais, econômicos e culturais apenas a realidade dos moradores da região, não tendo apresentado dados estatísticos.

c) objetivos do projeto

Segundo o CTA, o projeto visa a promoção do desenvolvimento ambiental, econômico e social do PAE através do Programa de Integração do Porto Dias. As atividades de manejo florestal de uso múltiplo estão baseadas em um modelo teórico, no qual o manejo é uma proposta integral de desenvolvimento de base florestal, que inclui aspectos de educação, saúde, agroecologia, organização e gestão comunitária. O Porto Dias passou a ser uma espécie de laboratório para a integração institucional, ao mesmo tempo em que tentam se ampliar as possibilidades de maior oferta de serviços para a comunidade.

O objetivo geral do projeto era desenvolver no período de dois anos, junto à Associação Seringueira do Porto Dias, experiência piloto de exploração múltipla, beneficiamento e comercialização de um elenco de produtos oriundos da floresta (madeira, seus sub-produtos, artesanatos, óleos medicinais e produtos fitoterápicos), avaliar a viabilidade da produção florestal de uso múltiplo, com base no levantamento das espécies florestais como atividade econômica adequada para a sustentabilidade econômica e ecológica das RESEXs.

Os objetivos específicos são:

- avaliar o potencial florestal total disponível, quanto ao número de espécies e quantidade por espécie de um grupo de dez colocações previamente escolhidas pela comunidade do Porto Dias;

- implantar unidades de beneficiamento piloto e armazenamento para produtos florestais madeireiros e não-madeireiros, a serem comercializados nos mercados local e regional;
- implantar um sistema de escoamento e transporte dos produtos florestais madeireiros e não-madeireiros oriundos das áreas estudadas;
- promover o beneficiamento e a comercialização dos produtos florestais e avaliar o desempenho técnico de dez membros da comunidade, treinados para o manejo florestal de uso múltiplo e beneficiamento de produtos madeireiros e não-madeireiros;
- avaliar os impactos ambientais provocados pela exploração florestal;
- avaliar o desempenho do projeto sob o ponto de vista social, ambiental e econômico;
- registrar cada passo da experiência de forma didática, para divulgação em outras comunidades extrativistas.

Um dos objetivos de longo prazo do projeto é criar perspectivas para os manejadores permanecerem no PAE nos próximos 30 anos, desenvolvendo atividades de exploração do potencial madeireiro com base no uso múltiplo dos recursos florestais.

O objetivo final é provar que a exploração manejada de 1 ha de floresta rende mais dinheiro que a mesma área explorada com gado ou agricultura, sem alteração da paisagem. Sentimos falta da comparação com 1 ha explorado com IAPs, dentro do conceito do Prof. Rêgo de neoextrativismo abordado no capítulo 4.

O projeto propõe-se a manter os extrativistas na floresta, aumentando-lhes a renda familiar, visando contribuir para a melhoria de suas condições de vida e a garantia do potencial de biodiversidade para as gerações futuras.

A expectativa, segundo o relatório parcial do projeto, datado de junho de 1999, era a retirada de 1 mil metros cúbicos de madeira em 100 ha do PAE Porto Dias até julho desse mesmo ano. Cada um dos dez seringueiros selecionados e treinados na função de manejador teria 10 ha para explorar 10 metros cúbicos de cada um, perfazendo 100 metros cúbicos por seringueiro-manejador. Constatamos, porém, através de entrevistas com os seringueiros e no relatório de avaliação do engenheiro agrônomo José Edmar Urano de Carvalho, que apenas 53 metros cúbicos haviam sido extraídos e beneficiados para fins de treinamento dos seringueiros, desde o início do projeto até julho de 2000.

Consideramos, que além de todos os problemas enfrentados, parece natural para os técnicos do projeto o fato de viabilizar a função de manejador, com uma reflexão apenas pragmática, sem considerar devidamente a tradicional cultura extrativista do seringueiro.

A exploração acima prevista seria para o período de um ano, durante a estação do verão (período não chuvoso, ou seja, de junho a outubro). O ideal seria cortar de junho a agosto e realizar as vendas nos meses de setembro e outubro. Considerando a falta de experiência dos seringueiros na comercialização, a princípio o CTA assumiria essa responsabilidade, delegando-a pouco a pouco à Associação. Porém, percebe-se que uma entidade com o perfil do CTA também não tem esse tipo de experiência. Entre outras coisas, não haviam realizado um prévio estudo de mercado e um plano de negócios antes de começar o projeto. A alternativa de manejo múltiplo implica em altos custos e conta com a concorrência de grandes madeiras, que continuam a retirar madeira ilegalmente e, mesmo quando obtêm licenças para seus planos de manejo, não os cumprem por falta de fiscalização dos órgãos ambientais e compram madeira de terceiros a baixo preço.

d) desenvolvimento do projeto

Apesar de não estarem especificadas as metas a serem atingidas, no projeto iniciado em abril de 1996, segundo o parecer do engenheiro-agrônomo José Edmar Urano de Carvalho, de 14 de abril de 2000, a maioria das atividades planejadas e especificadas abaixo foram atingidas:

- reunião para sensibilização quanto a viabilidade do projeto;
- seleção de candidatos que participariam do projeto;
- treinamento dos seringueiros selecionados na avaliação, exploração e beneficiamento de produtos florestais;
- inventário florestal;
- seleção das espécies madeiras e não-madeiras a serem exploradas;
- elaboração do plano de manejo;
- aquisição e montagem de uma serraria portátil na colocação Palhal;
- construção de escritório e alojamentos;
- construção de um armazém para os produtos florestais madeiros;
- caracterização econômica das famílias participantes do Projeto;
- elaboração de um calendário de atividades para cada colocação;

- elaboração de formulários para o acompanhamento das atividades e exploração e beneficiamento dos produtos florestais;
- preparação dos primeiros compartimentos para a exploração;
- início do beneficiamento dos produtos florestais e registro do desempenho das famílias;
- registro em vídeo das atividades desenvolvidas.

Algumas das metas propostas foram parcialmente desenvolvidas, como a implantação de parcelas de inventário contínuo nas áreas exploradas e a viabilização da forma de extração da madeira e de transporte dos produtos florestais. Outras, entretanto, não foram realizadas: a adaptação das carroças para o transporte dos pranchões e toras de pequeno porte e a avaliação da regeneração natural nas clareiras provocadas pela exploração.

Os seringueiros alegaram no vídeo realizado pelo CTA que apesar de possuírem trator e caminhão, devido ao problema da falta de estrada em condições de trafegabilidade, o que os beneficiava realmente era o barco.

Na tentativa de viabilização do uso múltiplo, contam com apoio da FUNTAC e do Ministério do Meio Ambiente. Já haviam sido mapeadas até o mês de julho 7 mil árvores, além da coleta de sementes. A FUNTAC está desenvolvendo, com ajuda de um *design*, 21 artefatos de madeira e treinando quatro seringueiros da Associação Seringueira Porto Dias e um da Associação de Mossoró (fora dos limites do Porto Dias). Além disso, junto com a SEFE apoiará a extração do óleo de copaíba.

A SEFE, por sua vez ajudou a aumentar o número de associados a fim de possibilitar o financiamento para viabilizar a comercialização dos artefatos de madeira, bijuterias, castanha, borracha e copaíba. A comunidade, entretanto, tem receio de pedir empréstimos.

Parte dos recursos coletados ou extraídos da floresta deveriam estar sendo beneficiados em duas unidades (montadas na segunda fase do projeto), padrão doméstico, em fase experimental: uma serraria e uma usina de artesanato, visando a comercialização no mercado regional e nacional. Até julho deste ano, nem a FUNTAC, nem o CTA possuíam um estudo de mercado que pudesse viabilizar a comercialização dos artefatos de madeira ou do artesanato produzido pela comunidade. Fomos informados que o SEBRAE seria contatado para auxiliar na questão da comercialização.

O CTA está em negociações com o IMAFLORA para certificar todos os produtos madeiráveis ou não oriundos desse Projeto. Não acreditamos que os selos verdes possam ser considerados ainda como a grande saída em curto prazo para o mercado nacional, que ainda

não possui a devida conscientização para pagar um preço justo. Acrescente-se a isso, o que ficou constatado pelas declarações de seis grandes empresários do sul e do norte do Brasil, durante a III Oficina de Manejo Florestal Comunitário, realizada em Rio Branco, AC entre 17 e 21 de julho de 2000. Esses empresários têm tido a necessidade de comprar madeira brasileira certificada, devido à pressão de parte de seus clientes no exterior.

Atendendo ao convite dos Amigos da Terra, que trabalha com a questão do mercado de madeira certificada, eles estavam sondando a possibilidade de realizar negócios com as seis comunidades da Amazônia que apresentaram suas experiência na III Oficina. Estas vinham sendo consideradas pelas entidades que as acompanham, como as mais bem sucedidas da Amazônia. Entretanto, as apresentações realizadas demonstraram que esses projetos encontram-se em uma fase bastante incipiente. As pequenas quantidades de madeira processada, o baixo padrão de qualidade e uma periodicidade incerta na produção inviabiliza qualquer negócio com grandes empresas. Essa afirmativa consta inclusive do relatório da II Oficina de Manejo Florestal Comunitário, realizado em Marabá de 27 de setembro a 1 de outubro de 1999 pelos Amigos da Terra (Programa Amazônia), Universidade de Nova York e Programa Natureza e Sociedade – Suny/WWF. Segundo o mesmo, os três fatores acima mencionados são fundamentais para as grandes madeireiras do sul e sudeste do país, restando portanto uma única saída, a venda para intermediários. Isto sem mencionarmos o grande problema do alto custo de transporte da região Norte.

Apesar do consumidor do primeiro mundo estar em um estágio mais avançado nesse processo de consciência ecológica, segundo declarações do consultor Olivier Dubois na III Oficina sobre Manejo Florestal Comunitário, 20% da população européia aceita comprar produtos certificados, estando, porém, dispostos a pagar apenas 5% a mais, enquanto nos Estados Unidos o percentual cai para 3%. Percebemos que a única saída em curto prazo seria o mercado local.

e) problemas

Entre os principais problemas citados pelo responsável pelo projeto, Engº Florestal Stenio Cordeiro de Melo estão:

- a demora de dois anos na aprovação do plano de manejo por parte do IBAMA, devido a sua falta de experiência em autorizar manejos comunitários;
- a falta de “ramal” (pequena estrada que leva até a BR).

- o fato das colocações envolvidas no Projeto estarem dispersas no Seringal e a maioria distante da serraria, resulta no aumento do custo do transporte;
- a serra que está instalada não é apropriada, não tendo conseguido beneficiar nem sequer as únicas oito árvores cortadas desde o princípio do Projeto;
- o pequeno trator que possuem não consegue proceder ao arraste dos troncos.

O PAE vem sendo invadido e alguma de suas colocações estão sendo vendidas a colonos vindos principalmente de Rondônia, correndo o risco de se transformar em um projeto de colonização.

f) situação atual e futuro do projeto

Apesar do principal objetivo do Projeto, a comercialização de 1 mil metros cúbicos de madeira, não ter sido cumprido, seu coordenador garante que não há problemas de mercado. Segundo ele, das 25 espécies previstas na exploração, 15 possuem mercado garantido entre as marcenarias de Rio Branco, 2 seriam vendidas para serrarias em Acrelândia e Rio Branco e algumas das 8 espécies restantes, novas no mercado, seriam compradas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

Da mesma forma, gargalos como a troca da serra pica-pau por uma serra de fita e do trator pequeno por um trator agrícola de 100 CV não haviam sido resolvidos por falta de verba. A tecnologia obsoleta para processar a madeira tem sido responsável por um índice de desperdício em torno de 60%. Embora diversas denúncias tenham sido feitas pela comunidade, que se mostra bastante preocupada com a situação, o INCRA não havia tomado nenhuma providência até julho de 2000.

Os seringueiros entrevistados parecem acreditar que o Projeto não venha a apresentar problemas de sustentabilidade ecológica no futuro, desde que o manejo seja múltiplo. Alguns declararam que eram contra o corte de madeira no início, apesar de alguns terem reconhecido que antes da existência do PAE, eles eventualmente derrubavam árvores que eram vendidas a preços irrisórios. Embora eles não tenham na prática nenhuma experiência de manejo múltiplo, as informações que lhes estão sendo transmitidas é que com ele a floresta não corre o risco de se acabar.

Devido ao baixo preço atingido pela borracha nos últimos anos (R\$ 0,40/R\$ 0,50), a maioria dos seringueiros foi obrigada a parar de cortar seringa. Como forma de sobrevivência, muitos começaram a se dedicar a outras atividades muitas vezes danosas ao seu próprio “habitat”, entre elas podemos citar além da venda esporádica de árvores a intermediários, o

crescimento da pecuária no próprio Seringal Cachoeira. Nessa conjuntura, é que o manejo foi sendo introduzido como alternativa economicamente viável e de curto prazo para essas populações. Entretanto, a realidade é que no Porto Dias, o único retorno financeiro obtido até meados de 2000 pelos seringueiros envolvidos nesse projeto, foi uma diária de R\$ 10 durante os meses de abertura do “ramal”.

Indagados sobre o futuro do Projeto, todos os envolvidos entrevistados, responderam que se até o final do ano a madeira não lhes trouxesse algum lucro, seria melhor desistir. Considerando que o CTA tinha planejado iniciar a comercialização da madeira no primeiro ano, achavam que quatro anos de espera era o suficiente. Citaram como única vantagem, o terem conseguido uma moto-serra e aprendido a usá-la.

Apesar da introdução desse Projeto no Porto Dias, o fato dos seringueiros não terem abandonado completamente suas atividades tradicionais de roçado, corte de seringa e coleta da castanha, faz com que estejam tranqüilos com relação ao futuro incerto desse Projeto. Nas entrevistas realizadas era unânime a opinião de que nenhum deles pretendia abandonar o roçado de subsistência.

A partir de meados de 1999 o preço da castanha subiu, sendo comercializada em julho de 2000 por R\$ 3/lata de 10 litros, tanto na Bolívia, quanto no município de Plácido de Castro. Dentro do Porto Dias, a produção de castanha não é considerada das maiores, variando de colocação para colocação, não permitindo uma avaliação da renda que ela pode gerar. Já o preço da borracha, com o incentivo do governo estadual passou para R\$ 0,90/kg. Considerando uma média de 200 kg/mês, a renda do seringueiro só com borracha chegaria a R\$ 180. Quanto ao roçado, geralmente é para consumo próprio, com pouca produção excedente.

Apesar de considerar o manejo madeireiro como outra alternativa de utilização dos recursos nas RESEXs, o ZEE-AC alerta para os riscos que essa alternativa pode causar às comunidades, considerando os impactos no campo cultural, econômico e ambiental.

3.2.2 Projeto “Ilhas de Alta Produtividade – Racionalização da Extração Gumífera em Áreas Extrativistas

a) histórico

Em 1985, no I Encontro Nacional dos Seringueiros, a proposta dos SAFs (Sistema Agroflorestais) já era abordada como uma alternativa para a diversificação da produção. Desde então, muitos foram os projetos, como o RECA, de ONGs que apoiaram associações na

implantação de SAFs. Segundo Alexandre Dias de Souza, ex-coordenador do Projeto IAPs junto a CAEX, criou-se uma confusão entre os SAFs que vieram da agricultura e os que vieram da floresta, que hoje pode ser analisada com maior clareza.

No caso do Acre, ele considera que há três grandes linhas de SAFs:

- SAF para colono, utilizado para a recuperação de sistemas produtivos, ele representa uma alternativa de melhoria, comparado à agricultura monocultural que é considerada inapropriada para áreas tropicais. Possui baixa diversidade, inclusive externa, e ausência da sucessão ecológica. A sucessão é fundamental para os SAFs, pois é uma observação, ou seja, princípios que guiam observações através do estudo da floresta constituída e como ela se regenera. Por exemplo duas clareiras afastadas são abertas no meio da floresta: uma grande de dez hectares e uma pequena de um hectare. Ao observarmos a recuperação dessa floresta através de diferentes espécies, é possível determinar o comportamento dessas espécies. Portanto, nem sempre espécies que estão dando retorno econômico, se desempenham bem em conjunto. A ausência dos aspectos da sucessão ignora a questão das características da espécie para o seu próprio estabelecimento e bem estar, como por exemplo implantar o cupuaçu a pleno sol e o café sem sombra;
- SAF voltado para os extrativistas, que visa a diversificação da produção, e caracteriza-se pela alta diversidade externa, ausência da sucessão e não priorização da qualidade alimentar, não incluindo as culturas que fazem parte da dieta alimentar, e sim as que o FNO financia. Alexandre coloca que nos SAFs das RESEXs deveria se pensar mais na questão da alimentação e no abastecimento da família com o uso da sucessão, embora também deva se adequar a colocação ao mercado. As entidades envolvidas na questão dos SAFs e que criaram o Grupo de Trabalho (GT) do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo (PRODEX), como o CNS, o PESACRE, a EMBRAPA, o Departamento de Economia da UFAC e o Parque Zoobotânico, há anos vem trabalhando na tentativa de adequar alguns fatores importantes para os SAFs. Aí se incluem as propostas de espécies mais interessantes para definir um SAF e a adequação da colocação a um mercado que ela possa explorar. Por exemplo, no caso do Alto Juruá, onde há dificuldades de

escoamento, procura-se utilizar grãos ou um pré-beneficiamento, para evitar a deterioração.

- IAP, surgiu como idéia em um texto apresentado pelo Prof. Paulo Kageyama em 1991 no Congresso Florestal Mundial em Paris. Ela também é considerada um SAF para a RESEX, porém com uma definição um pouco mais avançada, pois já determina a cultura carro-chefe, que é a seringueira (“*Hevea sp*”), além de ser um projeto de pesquisa participativa e um modelo de neoextrativismo estratégico para a superação da crise do extrativismo tradicional. Suas características são: alta diversidade externa, uso da sucessão, continuação da floresta e produção prevista entre o segundo e o oitavo ano.

A IAP inicia-se no roçado até o segundo ou terceiro ano e nessa fase produz as culturas brancas: milho, arroz, feijão e macaxeira. Já do terceiro ano em diante, quando macaxeira sai da área que logo irá ser abandonada, cria-se um vazio produtivo até o oitavo ou nono ano quando a seringueira inicia sua produção. Além do curto prazo do roçado, onde a IAP se inicia, existe a proposta de resolver o problema da produção de médio prazo da seringueira. A idéia é a introdução de culturas de retorno econômico de curto prazo como a pimenta longa, ou outras de retorno de três a quatro anos. A Ilha está fundamentada na continuidade do princípio do uso do recurso através do extrativismo, associado à preservação da biodiversidade dos ecossistemas. Trabalha com pequenos plantios de seringueira em áreas de roçados, espaçadas entre si e rodeadas pela biodiversidade da floresta natural ou por espécies econômicas, que formam SAFs, que oferecem diversidade, equilíbrio e produção a curto, médio e longo prazos.

Por essas razões, hoje as IAPs são consideradas não só por muitos pesquisadores, mas também por uma parcela da população extrativista, que teve a oportunidade de conhecer o projeto, a proposta mais adequada para áreas com grandes extensões de florestas (Reservas Extrativistas e Indígenas). Propõem-se usar a sucessão como instrumento conceitual no arranjo das espécies que compõem o sistema, que deve ser pensado nos seus diversos momentos.

A idéia do Projeto IAPs baseia-se no fato de que as florestas tropicais possuem uma alta biodiversidade de plantas e animais e, conseqüentemente, uma infinidade de inter-relações, onde algumas espécies evoluíram para possuírem uma baixa densidade natural, como a seringueira. Essa densidade leva o seringueiro a ter um rendimento pequeno do uso da terra e da mão-de-obra, prejudicando seu sistema produtivo tradicional, se comparado com os

índices de produção e produtividade dos plantios adensados fora da região Norte. Como é de conhecimento geral, tentativas de grandes plantações homogêneas como a de Fordlândia e a de Belterra, assim como os PROBOR's, encontram problemas sérios quanto a sua fitossanidade, dando origem ao chamado "mal das folhas" (*Microcyclos ulei*).

Segundo essas observações, Kageyama (1991) formulou uma hipótese de que entre as *plantations* e árvores isoladas na floresta existe um nível em que o fungo não se transforma em epidemia, permitindo a existência de pequenos plantios. Portanto, tal proposta só pode ser aplicada em grandes áreas contínuas de florestas como as RESEXs, que se fundamentam no uso sustentável dos recursos naturais pelo extrativismo, associado à preservação da biodiversidade dos ecossistemas.

As pesquisas nesse sentido, assim como a própria avaliação do governo do Acre sobre as experiências de 2 das 400 IAPs implantadas desde 1995 na RESEX Chico Mendes, apresentada neste capítulo, revelam que as IAPs em áreas de RESEX têm se mostrado viáveis, tanto do ponto de vista econômico, como do social, ecológico e cultural, podendo dar-se um salto em relação à forma de extração tradicional.

b) objetivos do projeto

O Projeto busca gerar uma proposta de manejo florestal adequada aos princípios de uso e conservação da biodiversidade, peça chave na proposta das RESEXs. O trabalho considera os aspectos sociais e culturais das comunidades extrativistas, sem perder de vista a possibilidade de melhoria real de suas atividades produtivas através do uso de técnicas adequadas e específicas que permitam o aumento da produção e da produtividade do extrativismo.

A abrangência sócio-econômica do projeto visa as populações tradicionais da floresta, que necessitam de um novo modelo de extrativismo, que tenha como objetivo a melhoria e a diversificação da fonte de renda familiar e que gere empregos, dinamizando assim, uma área econômica importante do Estado.

A proposta visa a implantação de no máximo 5 Ilhas de 1 ha cada, por colocação. A idéia inicial foi o plantio de quatrocentas seringueiras, prevendo que em torno da metade acabariam se perdendo ou pela ação do fogo ou dos animais. Portanto, acabam restando umas duzentas árvores plantadas em 1 ha. Essa proporção, se comparada com uma estrada de seringa tradicional, que tem em torno de 120/150 árvores dispersas, reduz de 8 para 3 o número de horas do trabalho de corte, coleta, e processamento em Placa Bruta Defumada (PBD), o trabalho diário com a seringa. A previsão é que sua renda chegue a triplicar.

Considera-se importante que em um mesmo seringal haja mais que uma colocação trabalhando com IAPs, para manter viva a figura do “adjunto” (trabalho realizado coletivamente, em mutirão).

Na proposta das IAPs, entende-se que ao final desse tipo de SAF, quando as espécies arbóreas estiverem estabelecidas, haverá uma estrutura muito semelhante a da floresta. Procura, portanto, ser a continuidade da floresta em termos de estrutura final.

c) desenvolvimento e avaliação¹

O trabalho teve início com 55 famílias, em conjunto com o Centro de Formação de Seringueiros (CFS) localizado na colocação Pimenteira, Xapuri, e que foi o responsável pela formação de 12 paraflorestais de 1998 a 2000. Os primeiros recursos utilizados nas IAPs vieram da ESALQ, do IBAMA e do governo austríaco. Até julho de 1995, o Projeto IAPs, foi desenvolvido na RESEX Chico Mendes, pelo Parque Zoobotânico da Universidade Federal do Acre – UFAC, ESALQ/USP em parceria com a CAEX. O projeto expandiu-se por diversos seringais da RESEX.

Entre julho de 1995 e meados do ano 2000 o projeto contou com um total de R\$310 mil destinados em sua maioria para atividades específicas (pagamento de um técnico, compra de clones, elaboração de um vídeo). Entretanto estes recursos oriundos do PNUD, WWF, IBAMA e CNPT vieram de forma descontínua, havendo períodos em que sua falta ameaçou a continuidade do projeto.

A UFAC, entretanto, sempre disponibilizou sua infra-estrutura. A partir de 1998, a AMOREX e a EMATER também passaram a ser parceiros. Recentemente, foram aprovados mais R\$ 60 mil pela WWF para a renovação desse projeto, visando a continuidade da pesquisa e extensão, além do desenvolvimento.

d) Avaliação da UFAC – Parque Zoobotânico

Segundo o Relatório do Projeto “Ilhas de Alta Produtividade – Racionalização da Extração Gumífera em Áreas Extrativistas” de junho de 2000 realizado pela UFAC – Parque Zoobotânico, durante a implementação do projeto, o apoio das comunidades foi intenso pelo número de reuniões realizadas junto à base. Essas reuniões foram dirigidas ao planejamento de atividades de implantação e manutenção de plantios e de trabalho em “adjuntos”; e a

¹ Os comentários e sobretudo as avaliações do Projeto serão feitas a partir de três diagnósticos específicos, a seguir: (i) UFAC – Parque Zoobotânico sobre todo o Projeto; (ii) entrevistas realizadas por mim com técnicos, paraflorestais e seringueiros envolvidos; (iii) avaliação técnica sobre a experiência nos seringais São Pedro e

discussões de projetos e trabalhos de implementação futura, nas quais surgiu a idéia de criação de uma organização para fortificar os paraflorestais, uma espécie de cooperativa. Contudo, a redução das atividades ocorreu pelo fato de o projeto atuar em muitas áreas, não tendo como sustentar a logística de campo com os recursos da UFAC.

Apesar da continuidade do trabalho com todas as famílias, acabaram sendo priorizadas 28 delas em trinta IAPs/SAFs. A grande demanda do projeto de fácil replicabilidade e identificado com a cultura do seringueiro, levou a necessidade dessa priorização, visando maior qualidade dos plantios (diversificação e assistência técnica dos paraflorestais).

No período do primeiro financiamento da WWF, ocorreu a desestruturação completa do CFS, prejudicando as atividades do projeto, que perdeu um ponto estratégico para suas ações. O número médio de pessoas beneficiadas é de um paraflorestal para cada dez famílias, totalizando aproximadamente sessenta pessoas (média de seis pessoas por família).

O projeto tem a vantagem de ser compatível com alguns programas de financiamento do FNO/PRODEX. Citamos alguns dos resultados positivos do projeto IAPs apresentados por Alexandre:

- utilização do método participativo;
- implantação de culturas perenes;
- resgate da assistência técnica alternativa, na medida que as IAPs assumem os paraflorestais que haviam sido treinados no CFS com financiamento austríaco;
- idéia de criação de uma cooperativa de paraflorestais;
- a implantação do projeto gerou capacitação, criação de infra-estrutura, com repasse de material permanente, como a rádio instalada no CFS;
- incentivo do “adjunto” pode ser considerado uma estratégia importante da metodologia.

Opinião dos técnicos, paraflorestais e seringueiros

Em entrevista realizada com João Pereira da Silva, seringueiro da colocação Bom Princípio, Seringal Floresta, e atual coordenador dos paraflorestais, foram apontados os principais problemas com os quais as IAPs se depararam:

- 1) ocorreu uma demanda exagerada pela implantação de IAPs, assim como um grande aumento de pedidos de realização de “adjuntos” pelas comunidades

envolvidas com o projeto. Isso se deveu ao pagamento de uma ajuda de alimentação no valor de R\$ 35,00, que passou a ser feito ao dono da colocação onde o “adjunto” estivesse sendo realizado. Considerando que o trabalho em mutirão sempre havia sido realizado dentro dos seringais no sistema de troca, houve uma divisão de opiniões dentro das comunidades com relação à ajuda financeira e suas conseqüências. Portanto, a decisão a favor do pagamento acabou gerando desentendimentos e inclusive a paralisação de algumas IAPs, quando foi decidida sua suspensão. O STR de Xapuri posicionou-se contra e, parte das comunidades envolvidas, criticaram a atitude assumida por alguns paraflorestais que beneficiaram suas próprias famílias, autorizando um número de “adjuntos” desnecessários;

- 2) falta de assistência dos paraflorestais as IAPs sob sua responsabilidade;
- 3) perda de paraflorestais devido ao atraso do CNPT na liberação do pagamento das parcelas do projeto. Existe uma alternativa que vem sendo discutida, para solucionar a questão de pagamento aos paraflorestais, considerando que em diversas reuniões das comunidades levantou-se a discussão quanto ao pagamento ou não dos mesmos. João e outros seringueiros acreditam na criação de uma cooperativa de prestação de serviço, onde eles ganhariam por serviço prestado;
- 4) falta de capacitação suficiente para os paraflorestais. Apesar de terem recebido oitenta horas de treinamento na UFAC, além das aulas e trabalho de campo no CFS, falta-lhes entendimento pleno da conjuntura mais ampla;
- 5) falta de entrosamento e comunicação entre os paraflorestais e as comunidades;
- 6) perda ou implantação incompleta de muitas IAPs por falta de cuidados dos seringueiros. Das 102 IAPs que existiam entre 1995/96, apenas em torno de 30/40 IAPs estavam merecendo ser trabalhadas em meados de 2000. O ano que os técnicos consideram mais crítico é o terceiro, pois se não houver o cuidado suficiente, existe o risco da mandioca, que não pode ser podada, abafar a seringueira. A sugestão apresentada foi que o critério para implantação de uma Ilha, não seja apenas a demanda da comunidade, mas também o seu grau de organização.

Luis Vasconcelos da Silva, seringueiro-ribeirinho do Rio Acre, e morador há 22 anos do Seringal Caquetá, que transformou-se em um Projeto de Assentamento misto do município

de Porto Acre, é um dos maiores defensores das IAPs. Para ele esse projeto é um período de transição do extrativismo tradicional para o extrativismo intensivo e diversificado, que fortalece a cultura do seringueiro, além de ser um processo educativo, que orienta a comunidade para a auto-suficiência. Com a economia de tempo no corte, o seringueiro pode se dedicar a outras tarefas, como a caça, a pesca, a limpeza do roçado ou o lazer. Entretanto, ele também está consciente e aponta os problemas enfrentados:

- constantes interrupções dos financiamentos;
- falta de entendimento da comunidade, que tem uma mentalidade imediatista.

Uma das saídas, segundo Luis, seria incrementar a introdução de culturas de produção mais imediata visando a questão econômica;

- equipe reduzida para o acompanhamento técnico. Ele acha necessário que se capacitem mais paraflorestais, que passem a atuar como elementos multiplicadores;
- presença do mal das folhas, mas não como epidemia. No Caquetá em torno de 3% das seringueiras foram atacadas, o que permite que o próprio controle biológico resolva o problema.

Outra sugestão, foi que se rediscuta a relação entre as distâncias das áreas de IAPs e as culturas. Ou seja, as que são mais perecíveis, como a acerola e o cupuaçu devem ser introduzidas entre as populações ribeirinhas, que possuem maior facilidade de escoamento e as não perecíveis, como os grãos, para as comunidades mais distantes.

Avaliação Técnica do Projeto IAPs feita pelo Governo do Acre

Considerando que uma das metas do governo do Estado do Acre é a diversificação da produção para a sustentabilidade da economia agrícola, este decidiu através de sua Secretaria de Produção constituir uma equipe multidisciplinar e interinstitucional, para realizar uma avaliação técnica do Projeto IAPs, buscando subsídios para sua possível incorporação em seu Plano de Desenvolvimento. Abaixo, colocaremos os principais dados obtidos através dessa avaliação feita em agosto/2000.

A metodologia utilizada para a verificação da viabilidade técnica das IAPs foi a realização de reuniões com coordenadores e pesquisadores do Projeto e visitas de campo aos

seringais Floresta e São Pedro, na região de Xapuri. A avaliação incidiu em 14 IAPs cujas características principais estão listadas nos quadros 2 e 3, a seguir:

Quadro 2

Ilhas de Alta Produtividade (IAPs) visitadas pela equipe de avaliação técnica no seringal Floresta – Xapuri-AC (1999)

Ilha	Colocação	Pé franco	Clone	Idade (anos)	Consórcio*	Número inicial de plantas
1	Bom Princípio	1		1	N	160
2	Bom Princípio		1	2	N	125
3	Enrascado		1	2	S	125
4	Maloquinha	1		1	N	180
5	Maloquinha		1	2	S	125
6	Bela Vista		1	2	S	125

*N= Não, S= Sim

Quadro 3

Ilhas de Alta Produtividade (IAPs) visitadas pela equipe de avaliação técnica no seringal São Pedro – Xapuri-AC (1999)

Ilha	Colocação	Pé franco	Clone	Idade (anos)	Consórcio *	Número inicial de plantas
1	Bom Levar I	1				200
2	Bom Levar I		1	2	N	295
3	Baixa Verde	1		1	S	150
4	Morada Nova	1		5	N	400
5	Morada Nova	1		4	N	200
6	Morada Nova	1		2	N	200
7	Morada Nova	1		2	S	200
8	Vai Quem Quer	1		3	S	400

*N= Não, S= Sim

A situação na RESEX antes da implantação das Ilhas apresentava os seguintes problemas e prejuízos econômicos e sociais por eles gerados, que o projeto pretende enfrentar:

- não consideração da aptidão econômica da floresta em função de sua biodiversidade a partir da mudança do paradigma da vocação agrícola X florestal;
- baixa produtividade de seringueiras e problemas fitopatológicos;
- baixa diversificação da produção e da sustentabilidade da economia agrícola do Estado.

As perdas e os prejuízos econômicos verificados oriundos desses problemas eram:

- baixa produtividade do extrativismo de borracha tradicional;
- falta de proposta econômica para os produtos da floresta;
- pouca diversificação econômica dos seringais nativos;
- baixa capacidade de competição em função das tecnologias utilizadas nos sistemas de produção das populações tradicionais, considerando a capacidade produtiva (qualidade e quantidade) dos países cultivadores da seringueira (asiáticos).

Quanto às perdas sociais, foram ressaltados o aumento do êxodo rural e o baixo poder aquisitivo das famílias que permanecem nos seringais, com graves prejuízos nas áreas de saúde e educação. Embora as populações tradicionais costumem utilizar a terra sem causar danos e prejuízos ambientais significativos (abertura de pequenas áreas para cultivos de subsistência), a falta de produtos mais rentáveis pode levar ao aumento da pressão das famílias sobre a floresta, principalmente no que diz respeito aos recursos madeireiros.

Com relação às IAPs foi detectado, em termos técnicos, que houve uma redução do *stand* nas Ilhas (em torno de 50%), devido ao ataque de roedores, a falta de tratamentos culturais, a época de plantio inadequada, ao atraso no transporte de mudas e ao fogo. O *stand* estimado para um melhor retorno econômico é um mínimo de 200 árvores/Ilha consorciada.

Quanto à diversidade de espécies introduzidas, não havia um sistema definido para todas as Ilhas implantadas pelas famílias. Além da própria capoeira regenerada, foram encontradas espécies de valor econômico como: café, pupunha, citrus, cupuaçu, graviola, urucum, banana, abacaxi, cana-de-açúcar, mamão, caju, mogno, cedro, jatobá, espécies anuais (arroz, milho e mandioca) distribuídas nas entrelinhas das seringueiras. Há, portanto uma necessidade de definição de espaçamentos que permitam a utilização racional das áreas cultivadas.

Considerando que o “mal das folhas” é um fator limitante à produção de borracha na Amazônia, a equipe avaliou as condições fitossanitárias das seringueiras nas seis IAPs visitadas no Seringal Floresta e nas oito no seringal São Pedro (quadros 2 e 3).

Embora nas IAPs de ambos os seringais tenha sido constatada uma baixa incidência do “mal das folhas”, foi considerado prematuro qualquer julgamento definitivo sobre sua ocorrência, pelo fato de que apenas uma Ilha visitada tinha cinco anos e não possuía as copas das seringueiras fechadas. Geralmente, os ataques epidêmicos ocorrem após o fechamento das copas, ou seja, após cinco ou seis anos de idade.

Apesar de não ter sido detectada a presença de pragas, que causassem dano econômico à cultura, não se pode prever se ocorrerão surtos nos próximos anos. Embora se espere que a diversidade de plantas presentes dentro e ao redor das IAPs possa ser um fator positivo para manter o equilíbrio populacional dos insetos, essa hipótese só poderá ser constatada com o desenvolvimento dessas culturas, uma vez que a maioria delas com menos de três anos, não está ainda em fase de produção. Apenas em duas Ilhas ocorreu desfolhamento mais acentuado (cerca de 20%), causado por uma lagarta ainda não identificada.

O estado de abandono de algumas das IAPs visitadas (principalmente as de um e dois anos) e a falta de tratos culturais, principalmente em áreas de capoeira altamente degradadas, prejudicaram não só o desenvolvimento das plantas de seringueira, como também a avaliação realizada.

O relatório relembra que a implantação tecnológica das IAPs exige solos não degradados, preferencialmente de roçados, com terrenos bem drenados. O tamanho mínimo ideal de 1 Ilha, considerando a demanda e a disponibilidade de mão-de-obra de uma família média acreana, é de 1 ha, com um mínimo de 200 seringueiras, dependendo do tipo de consórcio e do espaçamento e duas Ilhas por colocação, para não comprometer a disponibilidade de mão-de-obra familiar existente observada durante a avaliação. E finalmente, a quantidade de mão-de-obra exigida pelas IAPs, principalmente na sua fase de instalação, é maior do que a que é dedicada às outras atividades rotineiras do seringueiro.

A instalação de IAPs em áreas de roçado reduz a necessidade de mão-de-obra devido a simultaneidade das ações, estimulando o seringueiro no desenvolvimento das mesmas. A expectativa é de que a partir do 4^o ano, essa necessidade diminua, com o fechamento das copas das plantas nativas componentes da regeneração natural, o que reduz a limpeza das áreas.

O nível tecnológico exigido pelas IAPs é superior ao padrão médio utilizado pelos seringueiros nas suas atividades de sangria de plantas nativas, coleta de castanha e roçado de

subsistência. A situação atual e o futuro do Projeto foram avaliados considerando também os aspectos de desenvolvimento, os resultados socioeconômicos e os ambientais.

Segundo o relatório, além das populações tradicionais - índios e seringueiros, que são os maiores interessados na solução dos problemas apresentados, a proposta das IAPs permitiria aos governos estaduais da Amazônia consolidar um projeto de desenvolvimento através de um extrativismo mais tecnificado e produtivo, evitando o êxodo rural, possibilitando a geração de empregos, retomando a cadeia produtiva da borracha e aumentando a arrecadação de impostos.

Foram considerados como impactos socioeconômicos do projeto o aumento da renda familiar, a manutenção do homem no campo e a geração de empregos indiretos (beneficiamento e comercialização) dentro da cadeia produtiva da borracha.

Devido ao fato de nenhuma Ilha estar ainda produzindo plenamente, não se pode constatar através do mercado a rentabilidade. Portanto, a avaliação do governo introduz as projeções econômicas a seguir, sobre o rendimento das Ilhas:

Quadro 4
Avaliação econômica das IAPs

Custo da Mão-de-Obra	Nº de Cortes	Quantidade de IAPs	Custo de Produção (R\$)	Valor Presente Líquido (R\$)	Taxa Interna de Retorno	Benefício/Custo
ILHAS DE SEMENTES						
R\$ 7/dia	10	1	0,93	1.333,98	-	0,90
		5	0,71	2.054,88	2%	1,17
	30	1	0,31	4.039,52	16%	2,71
	50	1	0,49	1.064,90	9%	1,71
R\$ 4/dia	10	1	0,66	112,88	8,05%	1,03
	30	1	0,22	5.249,14	20%	3,88
	50	1	0,34	2.363,10	15%	2,53
ILHAS DE CLONES						
R\$ 7/dia	50	1	0,34	3.164,96	13%	2,31
R\$ 4/dia	50	1	0,24	4.445,45	17%	2,60

Fonte: Governo do Acre

É importante observar que para a implantação de uma IAP são necessários menos de 160 dias de trabalho nos sete anos, com uma exigência maior nos quatro primeiros anos.

Entretanto, se combinado com a implantação dos roçados, dilui a demanda de força de trabalho, além de representar um reforço na motivação para os cuidados necessários com a

IAP. Uma das estratégias do projeto é a seleção de plantas de seringueira mais produtivas, bem como o adensamento das árvores, com mudas de pé franco. Isso prevê o aumento da produção em mais de 100% (numa densidade média de 200 plantas/ha), com relação à produção da extração nativa.

Quanto ao plantio de mudas clonadas, estima-se obter o dobro da produção em relação ao pé franco. No entanto, tais índices deverão ser confirmados através de um acompanhamento e de sistematização dos dados a partir dos primeiros resultados de exploração.

A inserção ambiental do Projeto na floresta foi indicada como um possível impacto positivo, pois espera-se de forma econômica e ecológica, a recuperação de um ambiente antropizado pela ação do uso do roçado do seringueiro que normalmente, independente da implantação das IAPs, faria a exploração agrícola para sua subsistência. Trata-se do enriquecimento das áreas com culturas perenes, tendo a seringueira como principal espécie, sabendo-se que a partir do quarto ano de cultivo, tal cultura e as outras espécies da floresta, farão parte do processo de regeneração do ambiente. A partir daí, haverá uma maior produção de biomassa e reciclagem de nutrientes pelo incremento de matéria orgânica decomposta formada por folhas, raízes, ramos, frutos, etc, evitando a necessidade de novas derrubadas e a degradação do solo.

Quanto às dificuldades para definir o nível de replicabilidade do projeto, temos o fato de nenhuma Ilha estar ainda produzindo, a falta de definição dos consórcios, a falta de assistência técnica e ainda a não definição da avaliação econômica dos consórcios. Entretanto, estes não foram considerados como fatores que inviabilizem a implantação de Ilhas em outros locais, como unidades de observação, ou a implantação de um programa piloto, visando obter resultados para a formulação de um programa mais amplo, a ser implantado posteriormente.

Finalmente o relatório aponta algumas das vantagens e desvantagens das IAPs em relação aos sistemas de produção atual:

Vantagens:

- permitem a utilização racional da mão-de-obra, reduzindo o tempo nas jornadas em relação ao extrativismo tradicional;
- utilizam tecnologias acessíveis aos seringueiros;
- degradam menos o meio ambiente;
- aumento da diversificação dos produtos em relação ao extrativismo tradicional;

- preservação da biodiversidade;
- redução da taxa de desmatamento.

Desvantagens:

- falta de tradição dos produtores no cultivo de espécies perenes com fins econômicos;
- pouca assistência técnica especializada no assunto.

Síntese do processo de avaliação

Segundo a avaliação realizada pela UFAC – Parque Zoobotânico, apesar do apoio das comunidades envolvidas na implantação do Projeto IAPs, ocorreu uma redução de suas atividades. Isso ocorreu não apenas pela desestruturação do CFS, mas também pelo fato do Projeto atuar em muitas áreas, dificultando sua sustentação logística de campo. Houve a necessidade de se fazer uma priorização do número de famílias atendidas, visando a maior qualidade dos plantios através da diversificação e assistência técnica dos paraflorestais.

Entre os resultados positivos apontados por essa avaliação estão: a valorização do método participativo, a implantação de culturas perenes, o surgimento da idéia da criação de uma cooperativa de paraflorestais e a capacitação e criação de infra-estrutura.

A segunda avaliação utilizada, que foi a dos técnicos, paraflorestais e seringueiros envolvidos no Projeto apontou como principais problemas: a demanda exagerada de pedidos de implantação de IAPs, muitas vezes visando o dinheiro recebido na realização do “adjunto”; a falta de assistência dos paraflorestais às IAPs; a perda de vários deles devido ao atraso no seu pagamento, causado por constantes interrupções dos financiamentos; a falta de capacitação suficiente dos mesmos; a inadimplência dos seringueiros no cuidado às IAPs, implantando-as às vezes de forma incompleta, o que acabou resultando em muitas perdas.

Apesar das dificuldades enfrentadas, este Projeto que representa a transição do extrativismo tradicional para o neoextrativismo, teve uma avaliação positiva por parte dos técnicos, dos paraflorestais e dos seringueiros em pontos que nos parecem fundamentais como: o fortalecimento da cultura do seringueiro; o fato de ser um processo educativo que orienta as comunidades para a auto-suficiência; a economia de tempo e o aumento de renda.

Finalmente a última das avaliações consideradas foi a da equipe multidisciplinar do governo Jorge Viana, que nos parece de suma importância na medida em que visa a incorporação do Projeto em seu plano de desenvolvimento, que entre outras coisas visa a

diversificação da produção para a sustentabilidade da economia agrícola. Além disso, esse Governo tem em mente disseminar a proposta das IAPs para que outros governos estaduais da Amazônia venham a consolidar um projeto de desenvolvimento baseado no extrativismo mais tecnificado e produtivo. Isso evitaria o crescimento do êxodo rural, possibilitando a geração de empregos e o aumento da arrecadação de impostos.

Segundo essa avaliação ainda é cedo para se chegar a um resultado definitivo a respeito da presença dos “mal das folhas” pois entre as IAPs avaliadas, apenas uma delas tinha a idade de cinco anos, porém sem haver ainda o fechamento de sua copa, quando costumam ocorrer os ataques epidêmicos. Também o nível de replicabilidade do projeto não pode ser aferido, entre outros fatores, por nenhuma Ilha estar ainda produzindo e pela não definição da avaliação econômica dos consórcios.

A equipe considerou positiva a inserção ambiental do Projeto na floresta, na medida que regenera um ambiente antropizado, que são as áreas de capoeira, enriquecendo-as com culturas perenes e economicamente lucrativas.

CAPÍTULO IV

NEOEXTRATIVISMO E/OU MANEJO DE RECURSOS MADEIREIROS

CAPÍTULO IV - NEOEXTRATIVISMO E/OU MANEJO DE RECURSOS MADEIREIROS

Desde sua campanha para o governo do Estado, Viana vem defendendo que o caminho para superar a situação de estagnação econômica e miséria em que se encontra o estado do Acre, deverá ser a exploração racional e sustentável dos seus recursos naturais. À primeira vista, a proposta de governo de Jorge Viana pareceria incoerente com toda a história do movimento de seringueiros, não fosse a questão de se incorporar a essa exploração, a madeira. O discurso é que o Acre deve fugir da monocultura e buscar a diversidade de atividades econômicas. Porém a curto prazo, nos parece que é, principalmente, através da madeira que se pretende sair da estagnação econômica, pelo fato de já possuir mercado e preço.

Se por um lado existe a intenção por parte do governo de acelerar o crescimento da produção madeireira, visando a criação de empregos e a geração de renda, por outro fica difícil para ele se posicionar oficialmente sobre essa questão sem correr o risco de desagradar uma parte do eleitorado extrativista, que o elegeu como o "Governo da Floresta" e que se identificava com as idéias de Chico Mendes. Portanto, a cautela tem sido a tônica desse governo, quando se trata de delinear políticas públicas para esse setor, restringindo-se a costurar alguns acordos com o mesmo na tentativa de que os madeireiros venham a se enquadrar ao manejo e deixem de retirar madeira ilegalmente.

Percebe-se que questões como a pecuária e a madeira, que antes eram fruto de conflito entre os latifundiários e os seringueiros, passam a ser vistas como assuntos que devem ser discutidos e que podem levar os diversos atores envolvidos a acordos.

Certamente nem Chico Mendes, nem seus companheiros de tantos "empates" suporiam que esse mesmo governo que atualmente os representa assinaria, 11 anos após a sua morte, um termo de compromisso com o setor madeireiro, no qual assume sua determinação de executar uma política de fortalecimento do mesmo, apoio a confecção de planos de manejo, flexibilização do processo de licenciamento da atividade madeireira e de multas aplicadas (exceto às relativas à apreensão de madeiras retirada de áreas de Reserva Legal). O Sindicato dos Madeireiros do Estado do Acre (SINDUSMAD) se comprometia a obter madeira exclusivamente de Planos de Manejo sob Regime Sustentável ou Programa Estadual de Aproveitamento de Madeiras de Áreas de Conversão, adotando o corte seletivo das

espécies; preservar a integridade dos cursos d'água e nascentes e permitir o acesso às serrarias/indústrias, apoiando os pesquisadores no Diagnóstico do Setor Florestal do Governo do Estado.

Entre outras considerações que levaram o governo do Estado à assinatura desse compromisso existe a alegação de que o setor madeireiro acreano necessita de estímulos e apoio para adaptar-se ao princípio de sustentabilidade dos recursos naturais, com vista à promoção de indústrias madeireiras sustentáveis. Os madeireiros tiveram o prazo de um ano, de agosto de 1999 até julho de 2000, para abandonarem as práticas predatórias e se incorporarem ao projeto de manejo. Vale ressaltar, entretanto, que o maior madeireiro do Estado e ex-presidente do SINDUSMAD, o Deputado Valdomiro Soster do PSDB resolveu não assinar esse termo de compromisso, após ter sido multado e ter dois caminhões de madeira apreendidos pelo IMAC por circularem sem as devidas ATPFs (Autorizações para Transporte de Produtos Florestais). Inclusive, como base de sustentação do governo Jorge Viana, o setor madeireiro vem cobrando do mesmo um incentivo para a madeira, semelhante a Lei Chico Mendes, cujo o alvo é a borracha. A imprensa local tem veiculado essas reivindicações e a alegação do setor que sem nenhum incentivo, o mesmo corre o risco de ir à banca rota.

A idéia dessa flexibilização declara Carlos Edgar de Deus, responsável pela Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente do Acre (SECTMA) e pelo Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC), é tentar tornar legalizar o processo, assumindo, portanto, o seu controle. Segundo ele, se isso ocorrer, o Estado possui condições de fiscalizar os planos de manejo dos que firmaram o pacto. O mesmo ocorrerá com o produtor rural que poderá apanhar uma autorização especial para transportar e vender a madeira. Uma das metas é o apoio a micro empresa, que estiver regularizada.

Para o órgão estadual responsável pela questão ambiental, interromper o processo de desmatamento é um grande desafio. Uma das saídas encontradas é o Pacto Federativo do IBAMA com o IMAC, onde ambos passam a atuar em conjunto, delegando o primeiro a este último mais poder em suas ações de licenciamento e fiscalização no Estado.

4.1 O debate no contexto político acreano

Em junho deste ano, ao participar em Londres da conferência do Milênio da Campanha "Florestas para a Vida" e da Feira Mundial de Produtos Certificados de Madeira e Papel, promovidas pela organização não-governamental Fundo Mundial para a Natureza (WWF) e pelo FSC, o governador Jorge Viana declarou seu compromisso de garantir que 25% das florestas do Estado – cerca de quatro milhões de hectares - sejam exploradas através de manejo sustentável. Nessa mesma ocasião, acabou recebendo o certificado *Gift to the Earth*, programa que reconhece pessoas que se comprometem com a conservação da natureza em todo o mundo.

Segundo Edgard de Deus, a declaração do governador estava baseada nos indicativos do ZEE, cuja primeira fase já foi concluída, gerando produtos cartográficos básicos na escala de 1:1.000.000, e refere-se a áreas de reserva legal e terra não discriminada. A idéia é a certificação de todos os produtos de madeira dessa área, com o selo verde, concedido pelo *Forest Stewardship Council* (FSC). A certificação será financiada pelos governos federal e estadual, setor privado e ONGs, segundo ele.

A primeira área a ser certificada será a Floresta Estadual de Antimari, com 66.168 hectares, a qual fornecerá madeira para o mercado local. Não se mencionou, entretanto, que o Projeto de Manejo Florestal de Uso Múltiplo da Floresta Estadual do Antimari, apesar de já existir há 13 anos, encontra-se com problemas fundiários, pois o Estado nunca entrou com um processo de requerimento de área e, que a relação que a FUNTAC mantém com a comunidade continua sendo informal. Esse projeto, localizado no município de Bujarí, cuja área de abrangência é de 1.070 ha, com previsão de aumentar mais 2.000 ha, contou com recursos no valor de US\$ 1,5 milhão da *International Timber Trade Organization* (ITTO) e de US\$ 1,5 milhão do Estado do Acre.

Segundo declarações de Pedro Bruzzi Leon, coordenador do projeto junto à FUNTAC, na III Oficina de Manejo Florestal Comunitário, realizada em Rio Branco entre 17 e 21/07/2000, desde o início do projeto, foram realizados 11 levantamentos e a estagnação do mesmo deveu-se aos dois últimos governos estaduais, que nunca o apoiaram. Entretanto, ele afirmou que no segundo semestre de 1999, o mesmo foi retomado a todo vapor com o aval do governador Jorge Viana.

Em sua apresentação, Pedro Leon afirmou que na realidade o manejo existente na Floresta Estadual do Antimari é comercial, porém a comunidade vem sendo inserida por meio

de treinamentos, visando atingir um tipo de manejo misto. De acordo com suas informações, o projeto do Antimari gerava em torno de 50 postos de trabalho temporário/ano. Além dos problemas apontados, como a falta de infra-estrutura e política de incentivo ao manejo, dificuldades para obter o licenciamento, a falta de mão-de-obra adequada e a consolidação do uso múltiplo com os produtos não madeireiros, a FUNTAC ainda não possui um estudo de mercado para viabilizar a comercialização da madeira retirada.

Gilberto Siqueira acredita que o ZEE representará o conjunto de regras requeridas pelos empresários que desejam investir no Estado. Para viabilizar a política de base florestal do governo, contarão com um empréstimo do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) de US\$240 milhões em cinco anos que serão dirigidos no combate à pobreza, com a priorização da criação de emprego e renda. A previsão é de que com o ZEE sejam intensificadas as ações para garantir a “exploração sustentável das reservas”. Segundo VIANA:

"Não podemos ter vergonha de produzir usando os recursos da floresta, temos que aproveitar as nossas riquezas, mas vamos fazer isso de uma maneira correta e exemplar. O Estado do Acre fez uma opção pela floresta, é um governo pela floresta e é uma referência em se tratando de Amazônia brasileira”.

Para ele, o Acre, além de comprador de madeira e outros produtos certificados, será também o primeiro da Amazônia a se tornar fornecedor de madeira certificada, dando o exemplo de que as florestas podem ser rentáveis sem necessariamente serem destruídas. Apesar de considerar cedo para adiantar qual o tempo necessário para atingir a meta de certificar 25% das florestas do Acre, ele espera que nos próximos três anos consigam chegar bem perto dessa marca.

O governador tem evitado fazer críticas à política do governo federal para a preservação da floresta amazônica. “Apesar de eu ser de oposição tem sido possível estabelecer uma cooperação nesse tema”, disse. Mas ressaltou que os ministérios da Economia e do Planejamento “precisam conhecer mais a dimensão do problema” para reforçarem o apoio à região.

Alguns fatos, entretanto, acabaram lhe valendo críticas da direção do seu partido (PT). Em 28 de julho de 2000, junto com mais treze governadores, Viana assinou uma moção de apoio a Fernando Henrique Cardoso, que acabaria por beneficiar aos estados signatários com recursos na ordem de R\$ 11,5 bilhões até o ano de 2002, por meio do Plano de Apoio aos Estados com Menor Desenvolvimento Humano. O objetivo desse Plano seria a redução da

pobreza. Segundo o jornal O Globo de 29/07/2000, essa atitude do governador do Acre, acabou gerando uma crítica do presidente nacional do PT, José Dirceu que disse discordar “em gênero, número e grau” da nota assinada pelo governador do Acre.

Segundo Dirceu, no recente fato de obstrução da instalação de uma CPI para investigar as relações do ex-secretário de Fernando Henrique, Eduardo Jorge, com a construção superfaturada do prédio do Fórum Trabalhista de São Paulo, o presidente não revelou nem seriedade e nem firmeza de propósito. O líder do PT Luiz Inácio Lula da Silva, também acusou o presidente de omissão. Viana optou por não polemizar, dizendo que seu gesto era pessoal e não partidário e que o presidente vinha sendo muito solidário com o Acre. Lembrou que o fato de seu vice ser do PSDB, não o impede de apoiar a decisão do seu partido de querer abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as denúncias contra Eduardo Jorge.

As diferentes idéias que não se caracterizavam dentro do movimento acreano, e que hoje estão presentes no governo Jorge Viana, acabam nos mostrando um quadro de opiniões bastante distintas que merece ser analisado atentamente. Se por um lado em algumas entrevistas realizadas, fica nítida a posição crítica de algumas lideranças com relação ao encaminhamento político e a algumas formas de desenvolvimento que o Estado está seguindo, por outro, também existem reticências ou críticas veladas dentro do próprio governo. Existe um quadro de complexidade hoje no Acre que nos leva a questionamentos sobre o que pode ocorrer inclusive em um futuro próximo.

Vejamos, pois, como se dá a correlação de forças na questão da madeira. A idéia da construção de um pólo moveleiro, apoiada por uma parte significativa do governo estadual do PT (o governador do Acre, a Senadora Marina Silva, o Deputado Estadual Ronald Polanco e o Prefeito de Xapuri, Julio Barbosa de Aquino), foi discutida e rejeitada pelos STRs de Xapuri, Brasília e Assis Brasil. Não conseguindo o aval dos trabalhadores, a Prefeitura de Xapuri resolveu assumir a construção do pólo em parceria com a central sindical italiana CGIL, que entre outras coisas tem se encarregado da formação profissional, e da prefeitura de Como, que fez a doação de uma marcenaria completa.

O PAE do Cachoeira, onde o processo de pecuarização vem aumentando, foi chamado e acabou concordando em se transformar em área fornecedora de madeira para o pólo moveleiro. Dez hectares de floresta serão utilizados em plano de manejo de uso múltiplo para fazer dez piques de 1 hectare cada. A “colocação” não será utilizada como unidade de referência, mas áreas contínuas, com uma intensidade maior de exploração. Seis seringueiros iniciam ainda este ano seu trabalho como manejadores e foram treinados pela SEFE, que

também foi responsável pela abertura de nove talhões. O CTA ficou a cargo de mais dez talhões e do inventário florestal, além de ter proposto, que a colocação não seja utilizada como unidade de referência, mas como áreas contínuas, com uma intensidade maior de exploração.

Esse tipo de manejo comunitário é distinto do utilizado no PAE Porto Dias, onde as áreas são descontínuas e com baixa intensidade de exploração, o que segundo Stenio, coordenador desse projeto, teve que enfrentar o problema de distância entre a maioria das colocações envolvidas no projeto e a serraria, aumentando o custo do transporte. A previsão é que na retirada de uma árvore, fiquem sempre duas “netas” e uma “filha” daquela espécie. O manejo comunitário a ser realizado no Seringal Cachoeira é considerado de baixo impacto, pois utilizará animais para o arraste e não possui unidades móveis de serrarias, como alguns manejos comunitários que as utilizam retirando a madeira já em tábuas.

O projeto do pólo moveleiro foi apresentado a CGIL pelo Deputado Polanco, segundo Osmarino Amâncio Rodrigues, uma das antigas lideranças do movimento de seringueiros. Em entrevista, ele manifestou sua preocupação com esse projeto e declarou, que em meados de 1999 quando esteve na Itália, alertou a CGIL de que esse projeto não estava levando em consideração a resolução do IV Encontro de Seringueiros ocorrido em Brasília em 1995, quando a maioria da base se manifestou contrária à retirada de madeira, inclusive ele e lideranças de peso no movimento acreano, como Raimundo de Barros de Xapuri, de Francisco das Chagas Batista de Tarauacá e Sandoval Batista de Assis Brasil. As delegações dos Estados de Rondônia, do Maranhão e do Pará também estavam contra. Entretanto parte da direção do CNS estava a favor (o presidente, Atanagildo de Deus Matos, apesar de ir de encontro aos representantes de sua base no Pará, e o vice-presidente Júlio Barbosa de Aquino, apoiados tecnicamente pelo CTA, representado pelo seu então coordenador, o engenheiro florestal Écio Rodrigues).

A crítica de Osmarino contra a postura dos técnicos é acirrada, pois segundo ele costumam vir com pacotes prontos, que acabam não passando pelo crivo do movimento. Este, devido a falta de informação e dificuldade de entendimento, pois grande parte dos sindicalistas tem dificuldade inclusive de ler, acabam engolindo propostas imediatistas e com cara de modernas, como ele denomina o manejo. A questão é que essa proposta visa lucros imediatos, além de representar um incentivo à entrada ilegal das madeiras, pois elas têm muito mais condições de desenvolver esse projeto do que as ONGs. Como exemplo cita o projeto do CTA no PAE Porto Dias:

“Caso o projeto do Porto Dias não funcione, pode abrir uma porta para que essa comunidade acabe firmando acordos com madeireiras. A fiscalização é falha, e o fato de pagar multa, não encobre o estrago feito. Ou seja, minha preocupação é oficializar a depredação desordenada”.

No seu entender, o que está ocorrendo é que no chamado uso múltiplo, acabam trabalhando mesmo é com a madeira por ser esse o produto mais rentável no mercado.

“Mesmo no manejo comunitário, o que ocorre é que a comunidade não tem o domínio da situação, na qual ela mesma elabora, administra, participa na pesquisa e tem poderes de impor sua vontade quando as coisas estão indo para um lado que ela não concorde. Os índios quando faziam o manejo do cacau, da castanha, tinham o domínio dele. Não era colocado de fora para dentro da comunidade. Creio que as associações e cooperativas deveriam romper esse laço umbilical com as ONGs e assumir sua própria identidade”.

Para JOSÉ FERNANDES DO RÊGO, professor da UFAC e atual Secretário de Produção do Estado, em artigo publicado na *Revista Ciência Hoje*, nº 147, de março de 1999:

“A especificidade da Amazônia, quanto à intervenção das populações tradicionais nos ecossistemas naturais, é a diversificação do uso dos recursos em sistemas de coleta, cultivo e criação de animais. Tais sistemas de manejo estão fundados na cultura tradicional das populações amazônicas, que favorecem uma relação harmônica com a natureza”.

Além do risco de que entrem no manejo espécies sobre as quais ainda não há experiências de desenvolvimento em plantio, Osmarino coloca a impossibilidade de não haver prejuízos para a biodiversidade com a entrada de máquinas desmatando e arrastando a madeira e com a queda de árvores que destroem uma grande quantidade de espécies.

Ele comenta que existem diferenças com relação à questão madeireira entre a população das RESEX e a dos Projetos de Colonização, pois estes últimos costumam derrubar e vender suas árvores para os madeireiros, o que normalmente não ocorre na Reserva Chico Mendes. Inclusive, ele lembrou que nas assembléias dos STRs para discutir esse tema, João de Deus, presidente da Federação Estadual dos Trabalhadores da Agricultura no Estado do Acre (FETACRE) posicionou-se a favor do pólo. A sugestão é que se o Estado ou as ONGs desejam fazer experiências de manejo, o façam nos Projetos de Colonização, onde já existe um alto índice de desmatamento devido à atividade agrícola, mas não dentro das RESEX ou dos Assentamentos Extrativistas.

No que diz respeito à forma como os seringueiros se colocavam com relação à questão madeireira há dez ou quinze anos atrás, ele afirma que eles eram contra a retirada, apesar de

não terem clareza suficiente sobre as conseqüências. Hoje, porém a discussão amadureceu e outros projetos são discutidos. Houve uma assimilação das idéias de líderes como Wilson Pinheiro e Chico Mendes e isso se reflete na resistência, apesar das promessas de lucro. Ele avalia, porém, que os técnicos acabam muitas vezes deixando-os confusos e não se sabe quanto os seringueiros vão resistir sem vender a madeira, com tanta propaganda para que assimilem essa proposta. Na opinião de Osmarino todo esse projeto de desenvolvimento que tem como foco principal a madeira, se contrapõe às lutas de resistência e coloca em risco o que resta do movimento acreano.

4.2 Ampliação do debate

Considerando que tanto no governo como no movimento progressista acreano, como já citamos, existe um debate sobre o papel da madeira e do extrativismo da borracha como carros-chefes desse novo modelo de desenvolvimento, entendemos que as duas experiências por nós analisadas, independente de que elas ainda se encontrem em sua fase embrionária, ganham significado relevante. Além disso, tratam-se de propostas de projetos alternativos de desenvolvimento, visando o aproveitamento de recursos naturais da floresta e a conseqüente melhoria das condições de vida dos trabalhadores extrativistas.

Para registarmos a avaliação desses dois projetos pelos atores do movimento social e os atores do governo, faz-se necessário observarmos que paralelo às opiniões dos mesmos, há uma discussão teórica entre os que continuam acreditando no extrativismo e os que o consideram em extinção.

Portanto, mesmo sendo apontadas como modelo de sustentabilidade para a região Amazônica, alguns autores como Alfredo Homma (2000) acreditam que devido ao fato de as Resex terem como cerne o extrativismo vegetal tradicional, mais especificamente a produção de borracha, não podem ser consideradas como modelo de desenvolvimento viável para a região amazônica, considerando que o baixo rendimento da terra e da mão-de-obra, aliados ao progresso tecnológico, acabam por incentivar o processo de domesticação (plantios racionais de seringueiras) e a substituição por produtos sintéticos.

Em seu artigo “Amazônia: Os Limites da Opção Extrativista” publicado em abril deste ano na revista “Ciência Hoje” nº 159, o prof. Alfredo Homma, especialista em economia rural, fundamentado na teoria econômica neoclássica, coloca que é inevitável a extinção do

extrativismo. Para ele a economia extrativa começa pela descoberta do recurso natural, que apresenta possibilidade econômica ou útil, sendo que a seqüência natural do extrativismo é como atividade econômica. Geralmente, devido ao crescimento do mercado e ao processo tecnológico, começa a ocorrer à domesticação dos recursos extrativos e a descoberta de substitutos sintéticos. Para ele toda a atividade de cultivo, criação, beneficiamento ou processamento, mesmo integrando um sistema de produção e um modo de vida extrativos, não é extrativismo, e sim domesticação.

Portanto, as IAPs, o adensamento e os SAFs verdadeiros (cultivo de espécies lenhosas perenes, na mesma área, junto com culturas agrícolas e/ou criações) são consideradas, segundo o seu conceito, como domesticação. O manejo de extração é considerado insustentável devido a dois fatores: a produção do bem elimina o objeto de produção (que ele chama de extrativismo por aniquilamento) e a busca da produção máxima no curto prazo, extingue o recurso a médio ou em longo prazo (que seria o extrativismo de coleta). Sua opinião é que geralmente o manejo ideal do ponto de vista biológico se defronta com a inviabilidade econômica. Além disso, o extrativismo estaria intrinsecamente ligado ao atraso tecnológico e qualquer utilização de tecnologia que beneficie o produto no local de sua extração, representaria outra fase que não a extrativista na cadeia produtiva.

Homma baseia-se na dinâmica econômica dos produtos extrativistas dividida em quatro fases: (i) expansão, caracterizada por preços altos e produção crescente; (ii) estabilização, quando a produção atinge o limite oferecido pelo ecossistema, citando como exemplo a castanha e a seringa; (iii) declínio, quando o recurso fica degradado e/ou os preços altos nas duas primeiras fases resultam em cultivo ou substituição por sintéticos; (iv) plantio racional, quando os recursos deixam de ser extrativos para serem exclusivamente cultivados, como o caso do guaraná, do cacau e da seringa. Para Homma, é inevitável que essas fases acabem levando à extinção das Resex, porque cedo ou tarde os extrativistas terão que plantar os produtos.

Por outro lado, autores como Kageyama (1996), apresentam propostas que chocam-se com a teoria de Homma, afirmando que com o cultivo intensivo da seringueira, o extrativismo tradicional estará fadado ao extermínio. Acrescenta, porém, que isso não ocorrerá desde que haja um avanço para o sistema de produção denominado Neoextrativismo, defendido pelo prof Rêgo (1996), segundo o qual, “o sistema neoextrativista supõe a construção de uma nova base técnica ou um desenvolvimento técnico por dentro do extrativismo, subordinado aos padrões e exigências socioculturais dos seringueiros”. Ele enfatiza a importância das RESEX

como impulsionadoras de “economia baseada nas atividades extrativas e na organização familiar do trabalho”.

No mesmo artigo, o prof. Rêgo critica a visão que reduz o extrativismo ao nível econômico e ao estrito processo de coleta, excluindo-se a elaboração do produto. Isso acaba lhe conferindo um tratamento teórico sumariamente economicista, que gera um preconceito ao invés de um conceito. Ao mesmo tempo, o conceito do neoextrativismo aparece “ligado à totalidade social, a todas as instâncias da vida social: a econômica, a política e a cultural”.

Na dimensão econômica, é um novo tipo de extrativismo, que promove um salto de qualidade pela incorporação de progresso técnico e envolve novas alternativas de extração de recursos associados com cultivo, criação e beneficiamento da produção. Mas a caracterização de neoextrativismo deve partir de um conceito mais preciso e adequado de extrativismo. Em geral, o extrativismo é visto como a atividade de coleta de recursos naturais para obter produtos minerais, animais ou vegetais. O conceito de extração, portanto, é amplo em seu objeto, por se aplicar à totalidade do ecossistema natural, e restrito em sua função, por limitar a apropriação dos recursos às qualidades e quantidades dos estoques primitivos, sem intervenção racional para sua ampliação. Tal concepção supõe uma separação entre o homem e a natureza, ao admitir a existência de áreas naturais intocadas pelo homem”.

O prof. Paulo Kageyama da ESALQ, um dos responsáveis pelo projeto de pesquisa das IAPs, que se insere na proposta de neoextrativismo, considera que ao ser a biodiversidade o maior bem potencial da humanidade e a floresta em pé o caminho para combater parte dos grandes males ambientais da atualidade, “o extrativismo tem toda condição para ser considerada a forma mais importante para o verdadeiro desenvolvimento sustentável para os Humanos da Amazônia”. Entretanto, ele ressalva, desde que:

“tecnicamente bem aplicado, principalmente aquele que não afeta a estrutura da floresta, e portanto aquele que faz uso racional do produto extrativo e não afeta a biodiversidade, por seus serviços ambientais adicionais, e que vem sendo considerado como o verdadeiro manejo sustentável”.

Apesar disso, considera que:

“a pesquisa nunca tratou nem o extrativismo e nem o amazônica como prioridades para os projetos na Amazônia. O neoextrativismo, como cunhado pelo prof. Rego, coloca claramente esta questão, mostrando que há perspectivas para um extrativismo melhorado cientificamente”.

Vejam, portanto, o que ocorre entre os atores do governo e do movimento acreano com relação à avaliação dessas duas propostas. Por sua própria composição, seria impossível que o governo Jorge Viana se aproximasse de um bloco político hegemônico. Independente dos partidos que o compõe, mesmo muitos de seus secretários que eram antigos militantes do movimento, divergem com relação às metas traçadas para o plano de desenvolvimento traçado no que se refere a política florestal.

Há alguns meses Écio Rodrigues, presidente da FUNTAC e ex-coordenador do CTA afastou-se de seu cargo. Um fato anterior que foi motivo de grande polêmica dentro do movimento e do governo e, que talvez tenha sido um sintoma do enfraquecimento político do ex-presidente da FUNTAC, foi o encaminhamento que este defendeu, apoiado pelo Deputado Polanco, com relação ao aproveitamento do grande número de castanheiras mortas existentes no Vale do Acre. Esta discussão vem sendo motivo de polêmica há anos. Alguns defendem o corte e venda da madeira das castanheiras mortas pela ação de desmatamento em seu entorno. Outros temem que essa medida abra caminho para que madeireiros se aproveitem de uma medida como essa e acabem cortando castanheiras ainda vivas. A princípio tudo indicava que o governador apoiaria Écio, seu aliado na questão do manejo, mas após uma grande contraposição não só de instituições não governamentais, mas de uma boa parte de técnicos do governo, como o secretário da SEFE, o presidente da FUNTAC acabou sendo voto vencido.

Estes fatos são importantes, se analisarmos que ele foi uma das pessoas que mais defendeu o manejo florestal desde sua chegada ao Acre, para trabalhar como engenheiro florestal na FUNTAC, onde Jorge Viana também trabalhava. Após sua saída da FUNTAC, já como Coordenador Geral do CTA, acabou enfrentando a oposição de Antonio Alves, um dos diretores do CTA e atual Presidente da Fundação Elias Mansour, que em entrevista em 20/7/2000 declarou que nunca esteve de acordo com a implantação do Projeto Florestal Comunitário de Uso Múltiplo do Porto Dias.

Apesar de na época ter acabado capitulando à pressão de Écio, ele declarou defender um “empate contra a onda manejadora” que invadiu o Acre na última década, com a chegada de uma leva de engenheiros florestais do Rio de Janeiro. Para ele muitos dos técnicos são zero em termos comunitários, mas acabam exercendo o controle político. Ele acredita que projetos como esse, onde o seringueiro é transformado em manejador, são culturalmente inadequados, não podem dar certo e acabarão por ter um efeito devastador, pois não levam em consideração os valores simbólicos, místicos e culturais e das populações tradicionais. “A

rigor não deveria haver um projeto, mas discuti-lo com a comunidade. No diálogo nasceria o projeto”.

Para Antonio Alves, um projeto econômico baseado na madeira não pode ser sustentável, considerando que o volume de demanda do mercado internacional é enorme, não permitindo o manejo. Para ele o ciclo da madeira será como qualquer outro ciclo econômico que o Brasil já teve e o manejo da floresta acaba sendo da madeira, pois ele transforma o morador da floresta em um operário industrial especializado.

Gomercindo Clóvis Garcia Rodrigues², assessor do STR de Xapuri na época da morte de Chico Mendes e até hoje um dos principais defensores de suas idéias, refere-se ao manejo florestal de uso múltiplo como uma das propostas para o desenvolvimento do extrativismo atualmente discutidas no Acre. Mas lembra que o mesmo foi colocado em discussão nos últimos anos por um grupo restrito de engenheiros florestais, com base no CTA. Apesar desse tipo de manejo estar previsto para produtos madeireiros e não madeireiros, isso não vem correspondendo à realidade.

Como exemplo, citou as experiências em andamento no PAE Porto Dias e na Floresta Estadual do Antimari, que acabam trabalhando só com a madeira, alegando que entre os diversos produtos disponíveis na floresta, só ela possui pesquisa tecnológica para a extração sem danos e mercado suficiente para a comercialização. Gomercindo completa que os defensores do manejo afirmam que: “a remuneração das famílias inseridas nesse tipo de projeto, faria com que elas permanecessem na floresta. Porém, esse modelo é extremamente violentador da cultura do seringueiro e altamente danoso em termos ambientais, não obstante o discurso encontrado”.

No que diz respeito aos interesses em jogo , quando se discute a proposta de manejo florestal de uso múltiplo, ele acredita que o discurso do governo estadual de “desenvolvimento e preservação” pode ser “reforçado” com essa proposta e se ela não for bem sucedida, este governo não estará mais no poder para responder. Já para o movimento, nas áreas onde esse tipo de projeto está sendo executado, existe um interesse econômico imediatista.

“Em outras áreas dentro da RESEX Chico Mendes, os extrativistas não aceitaram esse tipo de projeto em reuniões como a da AMOREX, por considerá-lo como grande prejuízo ambiental. Entretanto, o pessoal da Associação do Seringal Cachoeira, acabou aceitando o projeto, alegando que

² Em entrevista à autora, concedida em março deste ano, em sua passagem pelo Rio para receber a medalha Chico Mendes, oferecida pelo Grupo Tortura Nunca Mais.

o faziam para que o dinheiro não voltasse, pois esse projeto já estava financiado. Ao que parece, era um repasse do governo federal para a Prefeitura de Xapuri”.

Já Stenio Cordeiro de Melo, atual coordenador do Projeto do Porto Dias no CTA, é um dos defensores do manejo florestal, principalmente do comunitário, que ele considera “um divisor de águas entre o manejo empresarial e o extrativismo. É um híbrido, ele não impõe. Depende da comunidade e de sua organização”. Vê na certificação do manejo (que o CTA já está tramitando com o Imaflora – certificadora autorizada pelo FSC) uma forma de melhorar a comercialização e nos informou que o governo do Estado acena como potencial comprador. Quando questionado sobre a sustentabilidade ecológica do projeto de manejo, garante que ela está garantida devido à baixa intensidade de exploração, às estradas secundárias planejadas para facilitar o arraste das toras e a técnica da derrubada, evitando que a queda da árvore seja nas remanescentes, evitando as que vão ficar como reserva natural. Ele não acredita na borracha como saída e, por ser defensor do manejo de uso múltiplo e de alternativas com retorno rápido, como a madeira, critica o projeto IAPs que incentiva o adensamento de seringueiras, questionando: “porque não se aproveita a floresta que já está pronta para ser utilizada? Basta saber manejá-la.”

Por outro lado, o prof. Paulo Kageyama alega que:

“(…) o extrativismo da madeira, também chamado de Bom Manejo ou Manejo Sustentável, que se baseia nas espécies valiosas para o mercado, que por ironia do destino são de muito baixas densidade (no geral: Mogno, Jatobá, Ipê, Cerejeira, etc) e com regeneração incerta e também muito rara, por isso impossíveis de serem manejadas nos ciclos propalados de 25-30 anos, não tem sustentação científica. Certamente, sabe-se que existem espécies que são passíveis de serem sustentáveis, ou aquelas que são comuns, não emergentes na mata de estoque de jovens abundantes, etc., mas que são muito menos valiosas. Por que a certificação não mostra ao mercado que existem aquelas espécies que preservam a floresta, ou são sustentáveis, só que não são aquelas belezas que eles querem mostrar em seus luxuosos offices?”.

Apesar das divergências dos que são contra ou a favor de um dos dois projetos, algumas lideranças e técnicos que defendem as IAPs não são contrários ao manejo, desde que se garanta o baixo impacto e a participação da comunidade. É o caso de Alexandre, principal técnico responsável pelas IAPs desde seus primórdios e que acredita que a proposta de manejo de uso múltiplo comunitário é boa e deve ser potencializada.

O mesmo ocorre com o atual presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros, Juarez Leitão, entrevistado em Rio Branco, em 11/07/2000. Grande defensor do projeto das IAPs, principalmente se considerando o preço da borracha após o incentivo, ele lembra que se alguém tivesse pensado nesse projeto há 50 anos atrás, hoje estaria muito bem, porém ele se queixa de que sempre faltou investimento tecnológico para a borracha. Entre os principais pontos positivos das Ilhas ele cita:

- a continuidade da cultura do seringueiro, concomitante a introdução de novas tecnologias;
- melhor qualidade das sementes plantadas que são retiradas das árvores mais produtivas;
- aumento da produção e maior chance de competir no mercado;
- benefício de ordem ambiental considerando que as áreas de capoeiras são regeneradas com a implantação das IAPs;
- economia de tempo, que poderá ser aproveitado para outras tarefas e para o lazer.
- os consórcios com diversas culturas permitem lucratividade a pequeno e médio prazos, antes que a seringa esteja produzindo.

Juarez reconhece o apoio do governo estadual a esse projeto através da implementação de políticas públicas que somadas ao acúmulo do próprio movimento de seringueiros, pode fazer com que as IAPs se multipliquem por outros estados da Amazônia.

Quanto à proposta de manejo de uso múltiplo comunitário, ele admite que não é a saída para todos os problemas da Amazônia, mas a considera um complemento. “Há várias Amazônias e, portanto, devem ser consideradas várias experiências”. Defende projetos de manejo florestal de produtos madeireiros e não madeireiros desde que seja comunitário e a madeira saia das áreas beneficiada. Deixou claro, entretanto, que a defesa do manejo não é a posição da maioria da direção do CNS, pois muitos não a aceitam.

Citou a comercialização como um dos grandes problemas que eles terão que enfrentar devido a concorrência com os madeireiros, acreditando que mecanismos como o selo verde podem ajudar a reverter a situação. Outro grande entrave é a falta de fiscalização, devido ao desmantelamento do IBAMA por parte do governo federal. Citou o pacto existente entre o IBAMA e a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Acre para coordenação conjunta de algumas áreas. Apesar de alguns avanços, denuncia que suas ações quanto à fiscalização

deixam muito a desejar, pois as parcerias que tem sido feitas com os sindicatos, associações e ONGs ainda são muito tímidas, não existindo ainda um planejamento para operacionalizar essas ações.

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

A política desenvolvimentista dos governos militares para a Amazônia, principalmente a partir dos anos 70, baseadas na integração nacional e na defesa das fronteiras do Norte, acabou levando a planos de ação econômica que deram origem a incentivos fiscais que só beneficiaram grandes empresas e latifundiários, assim como a criação de instrumentos institucionais como a SUDAM, o BASA e o INCRA.

Na realidade, sob a bandeira da segurança e do desenvolvimento havia a intenção de trazer do Nordeste e do Sul populações consideradas excedentes, que acabam em conflito com as oligarquias locais por questões fundiárias. Os planos de colonização promovidos pelo governo assentavam colonos sem nenhum tipo de infra-estrutura ou assistência técnica para viabilizar o cultivo.

Grandes projetos agropecuários e de exploração de riquezas naturais da região, como o Projeto Carajás, foram incentivados, bem como a construção de grandes barragens, que inundaram imensas extensões de floresta e acabaram beneficiando principalmente empresas estrangeiras exportadoras. O resultado foi a expulsão de grande contingente de populações tradicionais das suas áreas, além da destruição da fauna e da flora, com prejuízos incalculáveis à biodiversidade.

Por outro lado, a abertura de grandes estradas como a Transamazônica, acabaram ignorando os direitos das populações locais e o meio ambiente, além de incentivar a instalação dos primeiros grandes projetos madeireiros que obtinham licenças dos órgãos responsáveis pelo meio ambiente, que posteriormente negligenciavam sua fiscalização.

A maioria dos colonos migrante continuou sua peregrinação, tendo que abandonar as terras que ocupavam e os verdadeiros beneficiados por esse falso desenvolvimento econômico, que acabou se transformando em especulação fundiária, foram o latifúndio e as grandes empresas nacionais e estrangeiras.

No Acre as políticas militares de integração e o declínio dos seringais nativos a partir dos anos 60, deram origem a um fluxo migratório de empresários do sul e sudeste do país, atraídos não só pelos incentivos fiscais criados pelo governo federal, mas principalmente pelos baixos preços das terras oferecidas pelo governo Walderley Dantas (1970-1974), que

adotou a agropecuária como atividade econômica básica do Estado do Acre. Isso deu origem a uma reconcentração fundiária local.

A venda de extensas áreas de floresta aos pecuaristas e especuladores resultou na redução da produção da borracha, devido aos grandes desmatamentos dos seringais para introduzir a pecuária. O resultado foi a expulsão de inúmeras famílias de seringueiros para às cidades e para a Bolívia e grande devastação ambiental. Portanto, a história se repete: por um lado, fazendeiros enriquecidos com a especulação de terras e com empréstimos a juros reduzidos, que não são utilizados realmente na pecuária, mas em rentáveis transações financeiras e, por outro lado um imenso contingente de excluídos.

A partir da década de 80, madeireiros vindos de outros estados encontram um campo fértil para expandir sua atividade, considerando a grande disponibilidade de recursos florestais acreanos, a falta de fiscalização e de políticas públicas definidas, assim como um mercado consumidor em expansão. Os grandes grupos asiáticos, que já invadiram estados como o Pará e o Amazonas, cada vez mais se aproximam do Acre.

Por sua história de lutas e por ser a partir da década de 70, um dos movimentos mais organizados da região, dando origem à criação do CNS e a lideranças como Chico Mendes, ele acabou se expandindo para outros estados, como o do Amapá, onde as propostas básicas desse movimento se traduzem em uma tentativa de projeto de governo verdadeiramente sustentável.

Paralelamente ao crescimento desses movimentos sociais, houve a progressiva construção de forças políticas que passaram a questionar a hegemonia das elites tradicionais. Foi nesse contexto que ocorreu a eleição de Jorge Viana para a prefeitura de Rio Branco e sua posterior eleição para governador do Acre, assim como ocorreu com João Alberto Capiberibe no Estado do Amapá.

No Acre, o movimento, o governo e as populações tradicionais estão implementando propostas alternativas ao projeto hegemônico dominante, onde prevalecem as oligarquias formadas por grande parte dos políticos locais, do judiciário e das forças policiais envolvidas com a corrupção e o tráfico de drogas. Figuras como o ex-deputado federal, Hildebrando Paschoal, cassado e preso após investigações e provas conseguidas pela CPI do narcotráfico, não deixam dúvida do que ainda pode vir à tona a respeito de outros políticos da região.

Na procura de implementar essas propostas alternativas, o governo Jorge Viana vem estabelecendo amplas alianças, inclusive com setores tradicionalmente combatidos pelo movimento, como os madeireiros. Também existe uma política de colaboração com o governo

federal cujo resultado tem sido a aprovação de mais RESEX, apesar da falta de implementação adequada para as já existentes.

Apesar de não negarmos os avanços conseguidos por esse governo, restam dúvidas sobre os resultados políticos a médio e longo prazos de como esse tipo de aliança tão ampla e, como era de se esperar, com interesses geralmente antagônicos, será capaz de levar a uma verdadeira hegemonia, que permita que esse projeto que está sendo construído com as bandeiras de luta do movimento e o apoio de grande parte da população acreana, não desmorone nas próximas eleições para o governo do Estado.

Nas últimas eleições para prefeito realizadas em outubro de 2000 ocorreram algumas vitórias importantes dos candidatos apoiados por Viana nos municípios de: Xapuri, Brasiléia, Assis Brasil, Tarauacá, Manoel Urbano, Feijó e Santa Rosa do Purus. Entretanto, o PT e sua frente sofreram derrotas nos maiores municípios como Sena Madureira, Cruzeiro do Sul e Rio Branco (onde se encontra metade da população do Estado).

Reconhecemos, entretanto, que mudanças importantes estão em curso no estado do Acre - como também no Amapá - através de projetos que, caso sejam bem sucedidos, podem vir a se tornar componentes importantes de um modelo de desenvolvimento viável para toda a região amazônica.

Considerando que tanto no governo como no movimento progressista acreano, como já citamos, existe um debate sobre o papel da madeira e do extrativismo da borracha como carros-chefes desse novo modelo de desenvolvimento, entendemos que as duas experiências por nós analisadas, independentes de que elas ainda se encontrem em sua fase embrionária, ganham significados relevantes. Além disso, trata-se de propostas de projetos alternativos de desenvolvimento, visando o aproveitamento de recursos naturais da floresta e a conseqüente melhoria das condições de vida dos trabalhadores extrativistas.

Nesse sentido é que o Projeto de Manejo Florestal de Uso Múltiplo no PAE Porto Dias se propõe a considerar o manejo como uma proposta integral de desenvolvimento com base florestal, visando a integração de componentes educacionais, culturais e de saúde, como processo global de desenvolvimento, tendo em mente trabalhar paralelamente aspectos socioeconômicos e ambientais.

Consideramos, entretanto, bastante crítico o momento em que o projeto começou a ser desenvolvido no Porto Dias, pois devido ao baixo preço atingido pela borracha (R\$0,40/R\$0,50/kg), a maioria dos seringueiros estava se vendo obrigada a parar de cortar seringa. O manejo foi a única opção a curto prazo que lhes foi apresentada como alternativa economicamente viável. Entretanto, o retorno financeiro obtido até meados de 2000 pelos

seringueiros envolvidos nesse projeto, tinha sido apenas uma diária de R\$10,00 durante os meses de abertura do *ramal*.

Embora a proposta feita pelo CTA seja conciliar o conhecimento empírico dos extrativistas com o conhecimento científico, segundo pesquisa realizada este ano pelo CIFOR em parceria com o PESACRE, através de entrevistas com a comunidade, tiveram conhecimento de que muitas idéias lhes eram impostas pelos técnicos sem serem consideradas suas prioridades.

Em nossa opinião, o CTA deveria ter se preocupado com alguns subsídios básicos, como um estudo de mercado não só da madeira, mas também de seus artefatos e dos artesanatos que a comunidade produziria, que lhes permitiria não só elaborar um projeto mais adequado à realidade e com a participação da comunidade, mas também viabilizar a comercialização.

Segundo técnicos como Olivier Dubois da IIED a alternativa de manejo implica em altos custos, comparada com o extrativismo de produtos não madeireiros, além de contar com a concorrência de grandes empresas, que continuam retirando madeira ilegalmente e comprando de terceiros a baixo preço. Ele também considera que a segurança fundiária deve ser considerada para o envolvimento com manejo florestal, o que, aliás, tem sido um problema sério enfrentado no últimos anos pelo PAE Porto Dias.

Uma das questões mais preocupantes com relação aos recém formados manejadores, são os riscos de acidentes, considerando o número de denúncias dos sindicatos de trabalhadores na indústria da madeira da região.

O objetivo final do projeto de manejo do Porto Dias é apenas provar que a exploração manejada de 1 ha de floresta, sem alterar a paisagem, rende mais que a mesma área explorada com gado ou agricultura, não considerando, entretanto, a prática alternativa do neoextrativismo, que é defendida pelo projeto IAPs. Mesmo se levarmos em conta o preço de R\$ 0,90/kg de borracha, após o incentivo do governo estadual e uma média de 200 kg/mês de borracha por seringueiro, veremos que sua renda mensal aumentou de R\$ 86,00 (segundo levantamento sócio-econômico do CTA) para R\$ 180,00. Isto sem contarmos com o que ele ganha com a coleta da castanha, cujo preço em julho deste ano era R\$ 3,00/lata de 10 litros.

O impacto para a floresta com este tipo de atividade é quase nulo, comparado à retirada de madeira manejada. Inclusive, até o momento há controvérsias sobre o nível de impacto que o manejo pode causar à biodiversidade das florestas tropicais, seja em ciclos de 30 anos ou mais. O próprio ZEE-AC alerta para os riscos que esse tipo de projeto pode causar.

As três avaliações do Projeto IAPs consideradas no capítulo 3 não deixam dúvidas a respeito de seu potencial e dos benefícios socioambientais que eles podem trazer para a população extrativista e para a conservação da biodiversidade. Evidentemente, esse tipo de experiência não tem tempo de vida suficiente para uma consideração final, mas tudo indica que os problemas surgidos no desenvolvimento do projeto não o inviabilizam.

Partindo do fortalecimento da cultura do seringueiro, além de introduzir novos componentes em sua dieta, sem deixar lacunas com relação à sua viabilidade econômica, o Projeto tenta avançar do extrativismo tradicional, à beira da falência em um mundo globalizado, para um extrativismo intensivo e diversificado. Essa é uma tentativa de ir de encontro às perdas e prejuízos provenientes dos problemas enfrentados pelo extrativismo tradicional, tais como: baixa produtividade de borracha, falta de proposta econômica para os produtos da floresta, pouca diversificação econômica dos seringais nativos, baixa capacidade de competição devido às tecnologias utilizadas nos sistemas de produção das populações tradicionais, considerando a capacidade produtiva (qualidade e quantidade) dos países asiáticos e dos seringais de cultivo brasileiros. Duas das principais metas do Projeto são a diminuição do êxodo rural, através da geração de empregos indiretos (beneficiamento e comercialização) dentro da cadeia produtiva da borracha e o aumento do poder aquisitivo das famílias.

Nosso parecer é que o Projeto IAPs é um exemplo de manejo verdadeiramente participativo e sustentável do ponto de vista social, cultural, ambiental e econômico. Partindo da disponibilidade da mão-de-obra familiar, não afasta os seringueiros de suas tarefas tradicionais, utilizando como estratégia importante de sua metodologia o incentivo ao “adjunto”, que reforça a capacidade de organização da comunidade. Considerando que o nível tecnológico exigido pelas IAPs é superior ao padrão médio utilizado nas atividades de coleta de seringa e castanha, a capacitação faz parte das prioridades do Projeto, assim como a criação de infra-estrutura.

Além de ter a vantagem de ser compatível com alguns programas de financiamento do FNO/PRODEX, conta com o apoio do governo estadual do Acre, que já o incorporou a seu Plano de Desenvolvimento.

Finalmente, esse Projeto possui um potencial de replicabilidade e adaptabilidade para toda a região amazônica, podendo ser consolidado por outros governos que além dos pontos positivos já apontados, aumentariam a arrecadação de impostos em seus estados. Independente das discrepâncias existentes entre os que defendem qualquer um dos dois casos

analisados neste estudo, os projetos alternativos que o atual governo vem desenvolvendo são a esperança de uma população excluída que sempre ficou fora dos debates.

Há apenas 10 anos, com a criação das RESEX, os seringueiros que acabavam de perder uma de suas maiores lideranças, conseguiram uma grande vitória na conquista de seu território. É também graças a esse movimento que a oligarquia acreana é derrotada em duas eleições e é desafiada pelo governo eleito que se empenha na luta contra a corrupção, no desmantelamento do esquadrão da morte, ligado ao narcotráfico, e na moralização do judiciário. Assim, continuam se enfrentando os desafios para a construção de um novo modelo de desenvolvimento viável para toda a região amazônica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLEGRETTI, Mary H. Extractive Reserves: An Alternative for Reconciling Development and Environmental Conservation in Amazonia. In: ANDERSON, A.B. *Alternatives to Deforestation: Steps Toward Sustainable Use of the Amazon Rain Forest*. New York: Columbia University Press, 1990. p. 252-264.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. *Conflito e Mediação*. Os Antagonismos Sociais na Amazônia segundo os Movimentos Camponeses, as Instituições Religiosas e o Estado. Rio de Janeiro, 1993. 463p. Tese (Mestrado – Antropologia) – Museu Nacional, UFRJ.
- ALMEIDA, Mauro. A Luta dos Seringueiros. *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, nº 239, p. 20, jul. 1989.
- AMIGOS DA TERRA. Programa Amazônia. *Acertando o Alvo*. São Paulo: IMAFLORA/IMAZON, 1999.
- ANDERSON, Anthony B. Land-Use Strategies for Successful Extractive Economies. In: SYMPOSIUM EXTRACTIVE ECONOMIES IN TROPICAL FORESTS: A COURSE OF ACTION, 1989, Washington D.C.
- ANTUNES, Archibaldo. Cidadania na Floresta. *Revista Outras Palavras*, Governo do Estado do Acre, Fundação Elias Mansour, v. 1, nº 2, p.6-7, 1999.
- ARNT, Ricardo Azambuja. *O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia*. Rio de Janeiro: Relume-Dunará; Curitiba: IEA, Fundação Konrad Adenauer, 1994. 276 p.
- ASSOCIAÇÃO SERINGUEIRA DE PORTO DIAS. *Avaliação de Apoio do MMA*. Programa Amazônia Solidária à Comunidade Extrativista de Porto Dias. Porto Dias, 1999. 30p.
- ÁVILA, Cristina. Nascimento da florestania: fim do amadorismo. *Correio Brasiliense*, Brasília, 17 fev. 2000. Trabalho e Economia, p. 25.
- BRILHANTE, Silvia Helena Costa. *Recurso Madeireiro do Estado do Acre: Quanto e como é Explorado*. Rio Branco, 2000. Dissertação (Mestrado - Ecologia e Recursos Naturais) - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - Universidade Federal do Acre.
- CAPÓSSOLI ARMELIN, Mauro J. et al.. Manejo Florestal Comunitário. In: OFICINA SOBRE MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO, 2ª, outubro de 1999, Marabá.
- CENTRO DOS TRABALHADORES DA AMAZÔNIA. *Certas Ações*. Experiências Coerentes para um Acre Sustentável. Rio Branco: Fundação Ford, 1998. 156 p.
- _____. *De volta para floresta*. Rio Branco: CTA, 1999. 35 p.
- _____. *Relatório CTA*. Rio Branco. 1998. 28 p.

- _____. *Relatório do Projeto "Manejo Florestal de Uso Múltiplo na Reserva Extrativista Porto Dias*. Rio Branco, 1998. 14 p.
- _____. FUNDAÇÃO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. *Gestão Comunitária: Manejo Florestal Integrado no PAE Porto Dias: Diagnóstico Sócio-econômico*. Rio Branco: CTA, 2000. 28 p.
- DUBOIS, Olivier. *Algumas Lições sobre Experiências Internacionais de Manejo Florestal Comunitário (MFC)*. Oficina sobre Manejo Florestal Comunitário, 3, 17-21 jul. 2000, Rio Branco, Acre.
- FEARNSIDE, P.M.. Deforestation in Brazilian Amazonia: The Rates and Causes of Forest Destruction. *The Ecologist*, v.19, nº 6, p. 214-218, 1989.
- _____. Development Alternatives in the Brazilian Amazon: An Ecological Evaluation. *Interciência*, v. 8, n.2, p.65-78, 1983.
- _____. Manejo Florestal na Amazônia: Necessidade de Novos Critérios na Avaliação de Opções de Desenvolvimento. *Pará Desenvolvimento*, n.25, p.49-59, 1989.
- _____. *Avaliação e Identificação das Causas e dos Agentes de Desmatamento*. SINDAMAZONIA: Seminário Internacional sobre Meio Ambiente, Pobreza e Desenvolvimento da Amazônia, 1992, Belém, 16 a 19 de fev. Belém: Governo do Estado do Pará - Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente, 1992. p. 177-184.
- _____. Extractive Reserves in Brazilian Amazonia: an Opportunity to Maintain Tropical Rain Forest Under Sustainable Use. *Bioscience*, v. 39, n.6, p.387-394, 1989.
- _____. The Rate and Extent of Deforestation in Brazilian Amazonia. *Environmental Conservation*, v. 17, n. 3, p. 213-226, 1990
- GREEPEACE et al. *A Exploração de Madeira na Amazônia Brasileira: Situação e Perspectivas*. Belém: IMAZON, 1998.
- HOMMA, A. K.. Esgotamento dos recursos finitos - O caso do extrativismo vegetal na Amazônia. *Boletim da FBC*, v. 18, p. 44-48, 1983.
- HOMMA, A. K., Amazônia: Os limites da opção extrativista. *Ciência Hoje*, nº 159, p. 70-73, abr. 2000.
- LOUREIRO, V. R.. *Amazônia: Estado, Homem, Natureza*. Belém: CEJUB, 1992.
- MAY, Peter H., Direitos de Propriedade e a Sobrevivência das Economias Extrativistas. *Pará Desenvolvimento*, v. 25, p. 65-71, 1989.
- MENEZES, M. A.. As Reservas Extrativistas na Luta de Chico Mendes. *Boletim Reforma Agrária*, p. 17-25, julho 1989.

- PARQUE ZOOBOTÂNICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE. *Relatório do Projeto Ilhas de Alta Produtividade – Racionalização da Extração Gumífera em Áreas Extrativistas*. Rio Branco, 2000.
- POLÍTICAS Públicas para um Acre Sustentável: Estratégia de Atuação das ONG's e Movimentos Sociais. Belém: Grupo de Trabalho Amazônico; Comitê Chico Mendes; Projeto Aquiri, 1998.
- RÊGO, José Fernandes do. Amazônia: do Extrativismo ao Neoeextrativismo. *Ciência Hoje*, nº 147, p. 62-65, mar. 1999.
- SCHWARTZMAN, Stephan. Deforestation and Popular Resistance in Acre: From Local Movement to Global Network. SYMPOSIUM The Social Causes of Environmental Destruction in Latin America, AAA, Washington D.C. 1989. Paper.
- SERINGUEIROS renovam esperanças com a Lei Chico Mendes. *Outras Palavras*, v. 1, nº 2, p. 6-7, 1999.
- SILVA, J. Porfírio da. Preservação e Sutileza: A Política de Desenvolvimento do Governo do Acre (1987/1990). Rio de Janeiro, 1998. Dissertação (Mestrado – Desenvolvimento Agrário) – CPDA/UFRRJ.
- SILVEIRA, Vanessa da. Reserva de Esperanças. *Outras Palavras*, v. 1, n.2, p.6-7, 1999.
- TONI, A. *Deflorestando o Planeta: Madeiras Asiáticas Invadem nossas Últimas Fronteiras Florestais*. São Paulo: Greenpeace Internacional, 1997.
- VALVERDE, O. e FREITAS, T.L.R.. *O Problema Florestal da Amazônia Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- VIANA, G.. *Relatório da Comissão Externa da Câmara dos Deputados destinada a averiguar a aquisição de madeiras, serrarias e extensas porções de terras brasileiras por grupos asiáticos*. Brasília: Câmara dos Deputados, agosto. 1998.

GLOSSÁRIO

AMOREX	Associação de Moradores da Reserva Extrativista
ATPF	Autorização para Transporte de Produtos Florestais
BASA	Banco da Amazônia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CPEB	Central de Associações de Pequenos Produtores Rurais de Epitaciolândia e Brasileia
CCSR	Centro Comunitário de Serviço Rural
CTA	Centro dos Trabalhadores da Amazônia
CNPT	Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CMM	Companhia Multinacional Madeireira
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CONTAG	Confederação dos Trabalhadores da Agricultura
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
CAEX	Cooperativa Agroextrativista de Xapuri Ltda.
CVA	Couro Vegetal da Amazônia
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FETACRE	Federação Estadual dos Trabalhadores da Agricultura no Estado do Acre
FLONA	Floresta Nacional
FNO	Fundo Constitucional do Norte
FSC	Forward Stewardship Council
GT	Grupo de Trabalho
IAP	Ilha de Alta Produtividade
IBDF	Instituto Brasileiro de Defesa Florestal
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

IMAC	Instituto de Meio Ambiente do Acre
INPA	Instituto de Pesquisas da Amazônia
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IMAFLORA	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
IMAC	Instituto de Meio Ambiente do Acre
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITTO	International Timber Trade Organization
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONG	Organização não Governamental
PT	Partido dos Trabalhadores
PESACRE	Pesquisa e Extensão em SAFs do Acre
PBD	Placa Bruta Defumada
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PAE	Projeto de Assentamento Extrativista
PRODEX	Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PDA/MMA	Projeto Demonstrativo A – Ministério do Meio Ambiente
RESEX	Reserva Extrativista
SECTMA	Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente
SEFE	Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais
SINDUSMAD	Sindicato dos Madeireiros do Estado do Acre
SAF	Sistema Agroflorestal
SUS	Sistema Único de Saúde
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

UFAC	Universidade Federal do Acre
WWF	Fundo Mundial para a Natureza
ZEE	Zoneamento Ecológico-econômico